

# DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

ANO LXII

FLORIANÓPOLIS, 6 DE JUNHO DE 2013

NÚMERO 6.555

## MESA

Joares Ponticelli  
**PRESIDENTE**

Romildo Titon  
**1º VICE-PRESIDENTE**

Pe. Pedro Baldissera  
**2º VICE-PRESIDENTE**

Kennedy Nunes  
**1º SECRETÁRIO**

Nilson Gonçalves  
**2º SECRETÁRIO**

Manoel Mota  
**3º SECRETÁRIO**

Jailson Lima  
**4º SECRETÁRIO**

## LIDERANÇA DO GOVERNO

Aldo Schneider

## PARTIDOS POLÍTICOS

(Lideranças)

### PARTIDO PROGRESSISTA

Líder: Valmir Comin

### PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO

Líder: Carlos Chiodini

### PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO

Líder: Darci de Matos

### PARTIDO DOS TRABALHADORES

Líder: Ana Paula Lima

### PARTIDO DA SOCIAL DEMOCRACIA BRASILEIRA

Líder: Dóia Guglielmi

### DEMOCRATAS

Líder: Narcizo Parisotto

### PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL

Líder: Angela Albino

### PARTIDO POPULAR SOCIALISTA

Líder: Altair Guidi

### PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA

Líder: Sargento Amauri Soares

## COMISSÕES PERMANENTES

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Mauro de Nadal - Presidente  
Silvio Dreveck - Vice-Presidente  
José Nei A. Ascarí  
Jean Kuhlmann  
Ana Paula Lima  
Dirceu Dresch  
Serafim Venzon  
Narcizo Parisotto  
Aldo Schneider

### COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO

Reno Caramori - Presidente  
Carlos Chiodini - Vice-Presidente  
Volnei Morastoni  
Darci de Matos  
Aldo Schneider  
Marcos Vieira  
Sargento Amauri Soares

### COMISSÃO DE PESCA E AQUICULTURA

Dirceu Dresch - Presidente  
Maurício Eskudlark - Vice-Presidente  
Edison Andrino  
Moacir Sopelsa  
Reno Caramori  
Dóia Guglielmi  
Sargento Amauri Soares

### COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

Marcos Vieira - Presidente  
Silvio Dreveck - Vice-Presidente  
Ciro Roza  
Dirceu Dresch  
Aldo Schneider  
Mauro de Nadal  
Angela Albino

### COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

José Nei A. Ascarí - Presidente  
José Milton Scheffer - Vice-Presidente  
Altair Guidi  
Luciane Carminatti  
Dirce Heiderscheidt  
Antonio Aguiar  
Serafim Venzon

### COMISSÃO DE RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO MERCOSUL

Altair Guidi - Presidente  
Neodi Saretta - Vice-Presidente  
Silvio Dreveck  
Aldo Schneider  
Edison Andrino  
Dado Cherem  
Maurício Eskudlark

### COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Gilmar Knaesel - Presidente  
Darci de Matos - Vice-Presidente  
Angela Albino  
Valmir Comin  
Neodi Saretta  
Luciane Carminatti  
Aldo Schneider  
Antonio Aguiar  
Marcos Vieira

### COMISSÃO DE AGRICULTURA E POLÍTICA RURAL

Moacir Sopelsa - Presidente  
José Milton Scheffer - Vice-Presidente  
José Nei A. Ascarí  
Dirceu Dresch  
Narcizo Parisotto  
Mauro de Nadal  
Dóia Guglielmi

### COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MINAS E ENERGIA

José Milton Scheffer - Presidente  
Angela Albino - Vice-Presidente  
Gelson Merisio  
Dirceu Dresch  
Carlos Chiodini  
Moacir Sopelsa  
Dado Cherem

### COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE

Neodi Saretta - Presidente  
Altair Guidi - Vice-Presidente  
Ciro Roza  
Valmir Comin  
Dirce Heiderscheidt  
Edison Andrino  
Gilmar Knaesel

### COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Dóia Guglielmi - Presidente  
Jorge Teixeira  
Gelson Merisio  
Valmir Comin  
Luciane Carminatti  
Volnei Morastoni  
Moacir Sopelsa  
Antonio Aguiar  
Narcizo Parisotto

### COMISSÃO DE DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS, DE AMPARO À FAMÍLIA E À MULHER

Luciane Carminatti - Presidente  
Angela Albino - Vice-Presidente  
Jorge Teixeira  
Dirce Heiderscheidt  
Antonio Aguiar  
Gilmar Knaesel  
José Milton Scheffer

### COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Maurício Eskudlark - Presidente  
Carlos Chiodini - Vice-Presidente  
Sargento Amauri Soares  
Reno Caramori  
Ana Paula Lima  
Antonio Aguiar  
Marcos Vieira

### COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

Antonio Aguiar - Presidente  
Luciane Carminatti - Vice-Presidente  
Silvio Dreveck  
Ismael dos Santos  
Sargento Amauri Soares  
Carlos Chiodini  
Dado Cherem

### COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Angela Albino - Presidente  
Jean Kuhlmann - Vice-Presidente  
Reno Caramori  
Volnei Morastoni  
Edison Andrino  
Dirce Heiderscheidt  
Gilmar Knaesel

### COMISSÃO DE SAÚDE

Volnei Morastoni - Presidente  
Antonio Aguiar - Vice-Presidente  
José Milton Scheffer  
Sargento Amauri Soares  
Jorge Teixeira  
Mauro de Nadal  
Serafim Venzon

### COMISSÃO DE PROTEÇÃO CIVIL

Jean Kuhlmann - Presidente  
Aldo Schneider - Vice-Presidente  
Silvio Dreveck  
Volnei Morastoni  
Mauro de Nadal  
Altair Guidi  
Gilmar Knaesel

### COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Serafim Venzon - Presidente  
Ismael dos Santos - Vice-Presidente  
Ana Paula Lima  
Dirce Heiderscheidt  
Carlos Chiodini  
Valmir Comin  
Narcizo Parisotto

### COMISSÃO DE PREVENÇÃO E COMBATE ÀS DROGAS

Ismael dos Santos - Presidente  
Ana Paula Lima - Vice-Presidente  
Antonio Aguiar  
Dado Cherem  
Reno Caramori  
Gelson Merisio  
Sargento Amauri Soares

<p><b>DIRETORIA LEGISLATIVA</b></p> <p><b>Coordenadoria de Publicação:</b> Responsável pela revisão dos documentos digitados, bem como editoração, diagramação e distribuição. Coordenador: Carlos Augusto de Carvalho Bezerra</p> <p><b>Coordenadoria de Taquigrafia do Plenário:</b> Responsável pela composição e revisão das atas das sessões ordinárias, especiais, solenes e extraordinárias. Coordenadora em exercício: Nadia Regina Pereira</p> <p><b>DIRETORIA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES</b></p> <p><b>Coordenadoria de Divulgação e Serviços Gráficos:</b> Responsável pela impressão. Coordenador: Francisco Carlos Fernandes Pacheco</p>	<p><b>DIÁRIO DA ASSEMBLEIA</b></p> <hr/> <p><b>EXPEDIENTE</b></p> <hr/>  <p><b>Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina</b> <b>Palácio Barriga Verde - Centro Cívico Tancredo Neves</b> <b>Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC</b> <b>CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500</b> <b>Internet: <a href="http://www.alesc.sc.gov.br">www.alesc.sc.gov.br</a></b></p> <p><b>IMPRESSÃO PRÓPRIA - ANO XXII</b> <b>NESTA EDIÇÃO: 28 PÁGINAS</b> <b>TIRAGEM: 5 EXEMPLARES</b></p>	<p><b>ÍNDICE</b></p> <p><b>Plenário</b> Ata da 002ª Sessão Solene realizada em 16/05/2013 .....2 Ata da 039ª Sessão Ordinária realizada em 22/05/2013 .....6 Ata da 009ª Sessão Extraordinária realizada em 22/05/2013 ..... 16 Ata da 010ª Sessão Extraordinária realizada em 22/05/2013 ..... 17 Ata da 011ª Sessão Extraordinária realizada em 22/05/2013 .....20</p> <p><b>Publicações Diversas</b> Portarias .....22 Redações Finais .....24</p>
--	--	---

## P L E N Á R I O

# ATA DA 002ª SESSÃO SOLENE DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA REALIZADA EM 16 DE MAIO DE 2013 PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JOARES PONTICELLI HOMENAGEM AO ANIVERSÁRIO DE EMANCIPAÇÃO POLÍTICO- ADMINISTRATIVA DE BIGUAÇU

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão solene.

Convido as excelentíssimas autoridades que serão nominadas para compor a mesa:

Excelentíssimo sr. prefeito municipal de Biguaçu, em exercício, Ramon Wollinger;

Excelentíssimo sr. presidente da Câmara de Vereadores de Biguaçu, Manoel Airton Pereira;

Excelentíssimo sr. secretário de Desenvolvimento Regional da Grande Florianópolis, deputado Renato Hinning;

Excelentíssimo sr. procurador-geral do município de Biguaçu, Daniel Luz;

Excelentíssimo sr. presidente da Associação Empresarial e Cultural de Biguaçu - Acibig, Valério Juvenal Silva;

Excelentíssimo sr. presidente da Câmara de Dirigentes Lojistas, Marco Aurélio Dias;

Excelentíssimo sr. prefeito municipal de Biguaçu, licenciado, Castelo Deschamps;

Excelentíssimo sr. prefeito do município de Governador Celso Ramos, Juliano Duarte;

Excelentíssimo sr. prefeito do município de Antônio Carlos, Antônio Paulo Remor;

Senhoras, senhores e demais autoridades, a presente sessão em homenagem ao município de Biguaçu pela passagem dos seus 180 Anos de Emancipação Político-Administrativa e a entrega do livro "De são Miguel da Terra Firme a Biguaçu - o Legislativo Catarinense contando a história da cidade" - 1853 a 2013, foi convocada por solicitação deste deputado e aprovado por unanimidade pelos demais parlamentares.

A seguir teremos a execução do hino Nacional.

(Procede-se à execução do hino.)

Queremos cumprimentar o nosso presidente da Câmara e em seu nome cumprimentar todos os srs. vereadores e vereadoras, o nosso prefeito em exercício e o licenciado, todo o secretariado do município, colaboradores que, tenho certeza, prestam um grande trabalho junto ao Executivo, as demais autoridades, as senhoras e os senhores.

Nós, após algumas tratativas com o nosso amigo e presidente da Acibig, Valério Juvenal Silva, e com o presidente da CDL,

Marco Aurélio Dias, faremos a leitura do documento para que fique registrado nos anais da Assembleia Legislativa, a fim de homenagearmos esse município, hoje aqui representando os demais srs. deputados e sras. deputadas que não puderam estar presentes, justificando-se que nas quintas-feiras a grande maioria já tem compromissos nas suas bases. Mas como não tínhamos outro dia vago para a realização desta sessão solene e em respeito ao povo de Biguaçu, entendemos que mesmo na quinta-feira faríamos a sessão para prestigiar o referido município. E trago o abraço dos demais parlamentares da nossa Assembleia.

(Passa a ler.)

"Biguaçu, 11 de Março de 2013  
Ofício n. 15/13

Excelentíssimo sr. Reno Caramori, deputado estadual, Florianópolis, SC

Senhor deputado, cumprimentando-o cordialmente, a Associação Empresarial e Cultural de Biguaçu - Acibig - e a Câmara de Dirigentes Lojistas de Biguaçu - CDL - solicitam a vossa excelência para, através da Alesc, publicar o livro 'O Legislativo Catarinense e o Município'.

Na data de 27/02, recebemos a notícia do seu gabinete que o livro estava em fase final, o que nos deixou muito satisfeitos em mostrar aos municípios a nossa história no Legislativo catarinense. Reconhecemos e parabenizamos o seu empenho e carinho com Biguaçu.

Biguaçu fará 180 anos de emancipação política no dia 17 de maio. Como em todo município, no mês de aniversário há várias festividades, como a Bigfest, Praça Cidadã e a sessão solene da Câmara de Vereadores.

Para abrilhantar ainda mais as festividades, solicitamos a vossa excelência uma sessão solene da Alesc, em Biguaçu, no Centro Cultural Casarão Born, para lançar o referido livro. Nossa sugestão seria no dia 16 de maio, quinta-feira.

Ficamos no aguardo.

Atenciosamente,

Valério Silva, presidente da Acibig, e Marcos Aurélio Dias, presidente da CDL."

Felizmente, conseguimos cumprir com a solicitação.

Eu, agora, farei um pequeno relato que está no livro, por isso lerei na íntegra o nosso pronunciamento na Assembleia, quando buscamos a permissão dos demais parlamentares para a sua edição.

"Sr. presidente, sra. deputada, srs. deputados, é com muita honra que faço uso da palavra, nesta noite, para tornar pública a história de alguns municípios de Santa Catarina. Por isso, apresentamos requerimento a esta Casa, que diz o seguinte:

"O deputado que subscreve, no amparo do Regimento Interno, requer sessão solene, no município de Biguaçu, no dia 16/05/2013, às 19h, no Centro Cultural Casarão Born, a fim de homenagear os 180 anos de Emancipação Político-Administrativa do município."

Portanto, srs. e sras. deputados, aproveitamos o espaço desta Casa para fazer referência especial ao município de Biguaçu que completa 180 anos de emancipação político-administrativa neste mês de maio. E em comemoração e homenagem, apresentamos ao público o trabalho desenvolvido nesta Assembleia, a pedido da Associação Empresarial e Cultural de Biguaçu, da Câmara de Dirigentes Lojistas e da prefeitura municipal.

O resgate histórico publicado na forma de livro - 'De São Miguel da Terra Firme a Biguaçu - o Legislativo Catarinense contando a história da Cidade' - 1835 a 2013 é uma compilação legítima de informações inéditas, que tiveram impacto direto para a construção histórica de Biguaçu, um dos municípios mais antigos de Santa Catarina. São mais de 350 páginas de história, reunindo ofícios, pareceres, atas, decretos, entre outros, agrupados por assuntos referentes à criação do município de São Miguel da Terra Firme, hoje Biguaçu.

O município começou a surgir quando, em 1748, imigrantes portugueses vindos do Arquipélago dos Açores e da Ilha da Madeira foram assentados no lugarejo denominado São Miguel da Terra Firme.

Em janeiro de 1751, foi inaugurada a igreja de São Miguel Arcanjo. A provisão que nomeia o primeiro vigário, padre Domingos Pereira Machado, para a freguesia de São Miguel é de 8 de fevereiro de 1752. Embora de caráter temporário, a freguesia de São Miguel foi a capital da capitania de Santa Catarina, no período de 10 de outubro de 1777 a 2 de agosto de 1778, quando os espanhóis ainda ocupavam a ilha de Santa Catarina.

Por ato do Conselho Administrativo da Província, em primeiro de março de 1833, a freguesia de São Miguel foi elevada à vila, e foi

criado o município de Desterro (atual Florianópolis). A instalação do município de São Miguel ocorreu em 17 de maio de 1833.

Face à decadência econômica, aos frequentes surtos de malária, ao desmembramento de novas freguesias, São Miguel foi aos poucos perdendo o seu prestígio.

No início da segunda metade do século XIX, surgia, à margem direita do rio Biguaçu, um povoado que aos poucos crescia devido às terras férteis, ao trabalho dos colonos, à construção de uma igreja e a um cemitério, que resultou na criação de uma freguesia, em 19 de dezembro de 1882, sob a invocação de São João Evangelista.

Lideranças políticas do município conseguem, em 1886, transferir a sede do município para Biguaçu, que fica elevado à categoria de vila. Em 1888, por decisão do governo da província, a sede municipal volta para São Miguel, vindo a acontecer quase no final de 1889 devido à relutância dos vereadores.

Já no período republicano, João Nicolau Born consegue, junto ao governador do estado, a mudança definitiva de sede municipal de São Miguel para Biguaçu, em 22 de abril de 1894.

Até a década de 1970 dependia principalmente da agricultura, pecuária e pesca. Hoje, graças à pujança de sua gente, a indústria responde pela maior parte dos empregos gerados, junto com um comércio em expansão.

Seus principais produtos industrializados derivam da indústria de plástico e alimentícia. Dispõe de boas áreas para a instalação de plantas industriais e conta com acesso ao gás natural e a facilidade de escoamento de sua produção pela BR-101. A agricultura também é representativa, expandindo-se principalmente no cultivo de plantas ornamentais para jardinagem, com destaque para a produção de gramas e palmeiras, além da produção de verduras para o comércio regional.

A pesca continua sendo praticada artesanalmente, embora o município tenha um potencial hidráulico considerável, que caracteriza a cidade como local preferencial para investimentos na cadeia produtiva do segmento náutico em geral, com empresas atuando direta e indiretamente no setor de prestação de serviços, como garagens para barcos, marinas, estaleiros, manutenção tecnológica, elétrica, hidráulica, moveleira, despachantes e movimentação do setor de turismo hoteleiro e gastronômico durante a realização de eventos que visam à comercialização e prestação de serviços que envolvem atividades náuticas.

Seus principais pontos turísticos estão no balneário de São Miguel, no centro e no interior do município. Em São Miguel, o destaque é para os casarios açorianos, o Museu Etnográfico e a igreja São Miguel Arcanjo, além da bela via gastronômica especializada em frutos do mar. No centro da cidade o majestoso Casarão Born, construído em 1891 e que pertencia ao primeiro prefeito João Nicolau Born, chama a atenção pela beleza e conservação.

No interior do município, existem várias cachoeiras de águas cristalinas para o banho, como na localidade de Amâncio. A atração são as belas quedas d'água, algumas com mais de 30 metros, que formam verdadeiras piscinas naturais.

A aldeia indígena Balneário de São Miguel também não pode deixar de ser visitada, pois retrata um pouco da cultura guarani de Santa Catarina. As festas religiosas locais, além da tradicional Bigfest, Praça Cidadã e a

Exponáutica, são outros atrativos aos turistas que visitam o município.

'De São Miguel da Terra Firme a Biguaçu - o Legislativo Catarinense Contando a História da Cidade' é mais uma rica e democrática fonte de pesquisa, elaborado pelos funcionários do centro de Memória e Coordenadoria de Documentação, parte do nosso Arquivo Permanente, que tem o compromisso de preservar, conservar e restaurar a história catarinense, garantindo que fatos importantes não se percam e caiam no esquecimento. São documentos que serviram de fontes para a reconstrução da história legislativa do município de Biguaçu, são *fac-similes* dos originais, que tramitaram nesta Casa no período compreendido entre os anos de 1853 até os nossos dias.

Esta é uma homenagem a todos que contribuíram para o desenvolvimento do município de Biguaçu ao longo dos anos, tanto àqueles pioneiros desbravadores que têm seus nomes perpetuados pela história, quanto aos que se dedicaram de forma anônima, mas não menos importante. É um presente para todos os habitantes do município de Biguaçu que ainda se dedicam, em cada pequeno detalhe do cotidiano, a continuar contando a história de forma honrada e progressista."

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

(Palmas)

Esse é o nosso pronunciamento que consta dos Anais do livro. E quero fazer um parêntese, com a permissão dos senhores, para agradecer àqueles que confeccionaram esse livro. Foi um trabalho longo, árduo, e a dedicação dessa equipe foi definitiva para que pudéssemos efetuar essa obra.

Refiro-me à coordenadora da Documentação, Túlia de Freitas Ribeiro, à gerente do Centro de Memória, Tessália Rodrigues, e aos funcionários que trabalham no Centro de Memória, Azuir Abílio do Nascimento, Amilton Gonçalves, Bernadete Carlece, Bruno Alves Matos, idealizador do CD, e também o Cláudio Fernando da Silva, a Magda Bianc Matos, a Marli Lima Barroso e o Pedro Ideraldo Sampaio.

Quero aqui também agradecer o empenho, a dedicação e a insistência do nosso amigo secretário executivo da Cebig e da CDL, Hermes de Azevedo. Ele incomodou muito. Quase todos os dias ele ligava para a equipe e quando não para a dona Betha, nossa querida coordenadora. Mas só assim se realizam as coisas. O Hermes foi insistente.

Parabéns, Hermes, por sua insistência. A nossa equipe trabalhou com mais rapidez e muita dedicação.

Com esse registro quero prestar mais uma vez a nossa homenagem ao município de Biguaçu, a todos aqueles que realmente aqui vivem, aos saudosos que tiveram a iniciativa de fazer com que Biguaçu chegasse nesses dias, porque 180 anos não é fácil. Mas aqui também aconteceu uma coisa muito curiosa.

Vejo hoje a briga aqui na região por causa do pedágio, meu amigo Castelo. Aqui em Biguaçu, há 146 anos, já se cobrava pedágio. É uma curiosidade que consta nos documentos. Através de Lei n. 581, de 18 de maio de 1867, a Câmara de Vereadores autorizou o Executivo a cobrar pedágio na ponte sobre o rio Biguaçu. E o imposto era cobrado das carroças e dos cavalos. Aí, nove anos depois, foi extinta a cobrança dos cavalos. Mas as carroças continuaram pagando pedágio.

Convido para fazer uso da palavra o sr. Valério Juvenal da Silva, presidente da Associação Empresarial e Cultural de Biguaçu.

O SR. VALÉRIO JUVENAL SILVA - Cumprimento o deputado Reno Caramori, o

nosso prefeito em exercício, Ramon Wollinger, o prefeito licenciado, José Castelo Deschamps, o secretário Renato Hinning, o nosso presidente da Câmara, José Manoel Pereira, o Marquinho, presidente da CDL de Biguaçu, o Daniel Luz, o prefeito de governador Celso Ramos, Juliano Duarte, o Paulo Remor, prefeito de Antônio Carlos, as demais autoridades, os demais vereadores.

Este é um momento único para o enriquecimento da cultura e de todos nós biguaçuenses, ao sermos presenteados pela Assembleia Legislativa do estado de Santa Catarina, na pessoa do deputado Reno Caramori, que atendeu a um pedido da Cebig e CDL para a publicação do livro *De São Miguel da Terra Firme a Biguaçu* pelo Legislativo catarinense, contando a história da cidade.

Fizemos uma compilação legítima de informações inéditas que tiveram impacto para a construção da história de Biguaçu. Estão reunidos ofícios, leis, atas, decretos, entre outros, agrupados por assuntos referentes à criação do município de São Miguel da Terra Firme hoje Biguaçu.

O registro do desenvolvimento de Biguaçu vem desde 1894, quando João Nicolau Born passou a administrar o destino do nosso município.

Agradecemos desde então a João Nicolau Born, (1894), o nosso primeiro prefeito, até o atual prefeito José Castelo Deschamps. Assim agradecemos a todos os ex-prefeitos e ex-vereadores que contribuíram com essa história do município de Biguaçu.

Solicito às entidades que hoje são presenteadas com o livro que o mantenham aberto a toda comunidade que se interessar em conhecer melhor a história de Biguaçu.

Quero agradecer à diretoria anterior da Acibig/CDL, na pessoa dos presidentes Robson Carvalho e Marco Aurélio Dias, e a toda diretoria atual que iniciou essa árdua cavalgada de trazer esse livro para Biguaçu.

Agradeço aos servidores da Assembleia Legislativa bem mencionados pelo deputado, que não mediram esforços para que pudessem nos presentear com esse livro. Eu, inclusive, fiz a pesquisa de alguns municípios que já ganharam esse livro. Mas vendo-o, hoje, aqui, como se diz, arrepiamos-nos, pelo contexto e pelo trabalho muito bem feito.

Meus agradecimentos aos colaboradores da Acibig e, de modo especial, ao Hermes de Azevedo, que, com certeza, foi incansável. A quilometragem dos nossos carros e da nossa conta telefônica são prova disso. Mas quero agradecer a todos.

Também agradeço à prefeitura municipal de Biguaçu, que sempre foi nossa parceira e também contribuiu muito.

Devo agradecer ao presidente da Câmara, Manoel Airton Pereira, e a todos os vereadores que anteciparam a sessão solene, que seria no dia de hoje, para terça-feira, a fim de que todos pudessem estar aqui juntos.

Meus agradecimentos à nossa diretoria atual, por contribuir e ser parceira nesse projeto.

Em especial, agradeço ao deputado Reno Caramori, por estar presenteadando-nos no dia de hoje com esse livro.

Queremos dizer que nós, a partir desse momento, começamos a construir mais uma história, e esperamos que daqui a 180 anos pudessem estar fazendo o mesmo, e alguém estar lendo e vendo o que fizemos no dia de hoje.

Muito obrigado e boa-noite a todos!  
(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Convidamos para fazer uso da

palavra o sr. Marco Aurélio Dias, presidente da Câmara de Dirigentes Lojistas.

O SR. MARCO AURÉLIO DIAS - Boa-noite a todos! Cumprimentando o sr. Ramon Wollinger, prefeito em exercício, cumprimento todos os prefeitos da Grande Florianópolis.

Cumprimentando o deputado Renato Hinnig, cumprimento todas as autoridades aqui presentes, especialmente o deputado Reno Caramori, que é o presidente da sessão neste momento.

Então, quero agradecer a homenagem que a Assembleia Legislativa vem prestar através dos 180 anos de Biguaçu com essa linda lembrança e provar que realmente a Acibig/CDL vem trabalhando para botar histórias no nosso município. E uma dessas histórias vai ser esse livro, uma grande homenagem que a Assembleia Legislativa vamos prestar.

Também quero fazer um breve relato aqui de uma pessoa que fez a história desse livro e hoje não se encontra mais no nosso meio, que é o deputado Lício Mauro da Silveira, que foi uma das pessoas que nos ajudaram a estar com essa grande obra em nossas mãos. E, automaticamente, o deputado Reno Caramori, sabendo que era uma obra do deputado Lício Mauro da Silveira, não mediu esforços, tenho certeza, porque, como já foi relatado aqui, não é fácil o município conquistar um livro dessa magnitude.

O deputado Reno Caramori, mais uma vez, está de parabéns, até porque era um projeto do deputado Lício Mauro da Silveira e uma grande história também no estado de Santa Catarina.

Eu quero somente agradecer a todos que vieram aqui e aos associados da Acibig/CDL, e dizer que estamos de portas abertas, sempre trabalhando pela comunidade.

Agradeço a presença de todas as autoridades, não se esquecendo da sra. Sara Camargo, diretora Distrital da Federação das Câmaras de Dirigentes Lojistas, que está aqui representando o presidente Sérgio Alexandre Medeiros.

Muito obrigado a todos!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Convidamos o jornalista Valter Souza para dar início à nominata da entrega do livro *De São Miguel da Terra Firme a Biguaçu - O Legislativo Catarinense Contando a História da Cidade - 1835 a 2013*.

O SR. MESTRE-DE-CERIMÔNIAS (Valter Souza) - Senhoras e senhores, muito boa-noite!

Eu gostaria, em nome do deputado Reno Caramori, de registrar e agradecer a presença das seguintes autoridades:

Vice-presidente da Câmara de Dirigentes Lojistas do Município de Biguaçu, Robson Carvalho;

Sra. diretora de Marketing e Eventos da Associação Empresarial e Cultural do Município de Biguaçu, Sandra Molinaro;

Sr. vice-presidente da Associação Empresarial e Cultural de Biguaçu, Valério Osvaldo de Carvalho;

Sra. diretora Distrital da Federação das Câmaras de Dirigentes Lojistas de Santa Catarina, Sara Camargo, neste ato representando o presidente Sérgio Alexandre Medeiros;

Senhor Eduardo Rockenbach, gerente regional da Caixa Econômica Federal - superintendência Florianópolis;

(Palmas)

Senhora Ivonete Catarina Vieira, diretora de Núcleos Setoriais da Associação Empresarial e Cultural do município de Biguaçu;

(Palmas)

Senhor Jucélio Jacob de Andrade, presidente do Rotary Clube de Biguaçu;

(Palmas)

Senhora Isonide Helena Waltrich, neste ato representando a senhora diretora da escola Básica Municipal Fernando Viegas, Karina Ana da Silva Feijó;

(Palmas)

Senhor Marcelo Quirino Goulart, neste ato representando o exmo. sr. deputado estadual Jailson Lima;

(Palmas)

Senhora Zaida Rabelo Petry, neste ato representando a exma. sra. deputada Dirce Heiderscheidt;

(Palmas)

Senhor Nei Claudio da Cunha, vice-presidente da Câmara Municipal de Biguaçu;

(Palmas)

Senhor Matheus Hoffmann Machado, secretário do Desenvolvimento Econômico de Biguaçu;

(Palmas)

Senhora Maria Bernadete Salazar, secretária do Orçamento Participativo do Município de Biguaçu;

(Palmas)

Senhora Kátia Roussenq Bichels, secretária de Educação do município de Biguaçu;

(Palmas)

Senhor João Luiz Luz, secretário de Administração do município de Biguaçu;

(Palmas)

Senhora Salette Cardoso, secretária de Cultura, Esporte, Turismo e Lazer do município de Biguaçu;

(Palmas)

Senhor John Kennedy Lara da Costa, secretário da Fazenda do município de Biguaçu;

(Palmas)

Senhora Ana Lúcia Coutinho Locks, presidente do Grupo Arcos;

(Palmas)

Senhor Ozias Alves Junior;

(Palmas)

Senhor João Fernandes Motter, presidente do Partido da Social Democracia Brasileira - PSDB -, de Biguaçu;

(Palmas)

Senhora Eloisa Acorde, agente administrativa da Biblioteca Pública do estado de Santa Catarina;

(Palmas)

Senhor Edinei Miler Coelho, vereador do município de Biguaçu;

(Palmas)

Senhor José Braz da Silveira, vereador do município de Biguaçu;

(Palmas)

Senhor historiador Joaquim Gonçalves dos Santos, neste ato representando o senhor presidente da Academia de Letras de Biguaçu, Adauto Beckhauser;

(Palmas)

Senhor revisor da editora da Universidade Federal de Santa Catarina, Júlio Cesar Ramos;

(Palmas)

Senhor José Braz da Silveira, vereador do município de Biguaçu;

(Palmas)

Senhor Douglas Borba, vereador do município de Biguaçu;

(Palmas)

Neste momento o Poder Legislativo catarinense presta homenagem ao município de Biguaçu pela passagem dos seus cento e oitenta anos de emancipação político-administrativa, com a entrega do livro *De São Miguel da Terra Firme a Biguaçu - o Legislativo Catarinense contando a história da cidade -*

1835 a 2013", uma homenagem da Assembleia Legislativa ao município de Biguaçu, pelo seu aniversário de 180 anos de emancipação político-administrativa. Esta edição foi executada pela gerência do centro de memória da coordenadoria de documentação, setor que conserva, preserva, restaura e disponibiliza todo o acervo documental produzido neste Poder.

Os documentos que serviram de fonte para a reconstrução da história legislativa do município de Biguaçu são *fac-similes* dos originais, que tramitaram na Assembleia desde os anos de 1835 até os nossos dias.

Esses originais, fonte histórica de inestimável valor, propiciam muitas reflexões sobre esse longo período e abrem perspectivas para a reconstrução dos acontecimentos que delinearão a história da cidade. São leis, decretos, ofícios, atas de sessões plenárias, resoluções, discursos, enfim, documentos que se inter-relacionam, formando, ao longo de quase dois séculos, a sociedade biguaçuense.

A presente edição está organizada em oito capítulos, classificados por assuntos, que por sua vez, abordam respectivamente: origem do município, administração pública, código de posturas, desenvolvimento econômico, religião, educação, cultura e saúde pública e, finalmente, Biguaçu 180 anos.

Convido o senhor deputado Reno Caramori para fazer a entrega dos livros.

Gostaria de lembrar a todos que nem todas as pessoas que vou chamar estão presentes. Muitas pessoas passaram diretamente pelo cerimonial e não se identificaram. Se isso acontecer, todo o material será encaminhado pelo cerimonial da Assembleia Legislativa às pessoas que vão receber os livros.

Convido para receber o livro o excelentíssimo senhor prefeito em exercício, Ramon Wollinger, neste ato representando a prefeitura municipal de Biguaçu e acompanhado do prefeito atualmente licenciado José Castelo Deschamps.

(Procede-se à entrega do livro.)  
(Palmas)

Convido para receber o livro o vereador Manoel Airton Pereira, presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Biguaçu, neste ato representando-a.

(Procede-se à entrega do livro.)  
(Palmas)

Convido para receber o livro a excelentíssima doutora juíza de Direito Gabriela Sailon de Souza Benedet, diretora-geral, neste ato representando o Fórum da Comarca de Biguaçu.

(Procede-se à entrega do livro.)  
(Palmas)

Convido para receber o livro o excelentíssimo senhor prefeito Antônio Paulo Remor, neste ato representando a prefeitura de Antônio Carlos.

(Procede-se à entrega do livro.)

Convido para receber o livro o excelentíssimo sr. prefeito Juliano Duarte, neste ato representando a prefeitura de Governador Celso Ramos.

(Procede-se à entrega do livro.)  
(Palmas)

Convido para receber o livro o vereador Edson Lair Decker, presidente da Câmara Municipal de Antônio Carlos, neste ato representando-a.

(Procede-se à entrega do livro.)  
(Palmas)

Convido para receber o livro o vereador Gidalte Mafra, presidente da Câmara Municipal de Governador Celso Ramos, neste ato representando-a.

(Procede-se à entrega do livro.)

(Palmas)

Convido para receber o livro o excelentíssimo senhor Matheus Hoffmann Machado, neste ato representando a secretaria de Desenvolvimento Econômico.

(Procede-se à entrega do livro.)  
(Palmas)

Convido para receber o livro o senhor Pedro Joaquim Cardoso Junior, gerente administrativo do Campus A e B, neste ato representando a Univali - Biguaçu.

(Procede-se à entrega do livro.)  
(Palmas)

Convido para receber o livro o senhor Adualto Beckhauser, presidente da Academia de Letras de Biguaçu, neste ato representando-a.

(Procede-se à entrega do livro.)  
(Palmas)

Convido para receber o livro a excelentíssima senhora Katia Roussenq, secretária municipal da Educação, neste ato representando a Biblioteca Pública Municipal de Biguaçu.

(Procede-se à entrega do livro.)  
(Palmas)

Convido para receber o livro a senhora Eloisa Acorde, neste ato representando a Biblioteca do Estado de Santa Catarina.

(Procede-se à entrega do livro.)  
(Palmas)

Convido para receber o livro o senhor Julio Cesar Ramos, neste ato representando a Biblioteca da Universidade Federal de Santa Catarina.

(Procede-se à entrega do livro.)  
(Palmas)

Convido para receber o livro o excelentíssimo senhor Juliano Duarte, prefeito do município de Governador Celso Ramos, neste ato representando a Biblioteca Pública do município.

(Procede-se à entrega do livro.)  
(Palmas)

Convido para receber o livro o excelentíssimo senhor Antonio Paulo Remor, prefeito do município de Antônio Carlos, neste ato representando a Biblioteca Pública do município.

(Procede-se à entrega do livro.)  
(Palmas)

Convido para receber o livro a excelentíssima senhora Salete Cardoso, secretária Municipal de Cultura, Esporte, Turismo e Lazer, neste ato representando o Centro Cultural Casarão Born.

(Procede-se à entrega do livro.)  
(Palmas)

Convido para receber o livro o senhor Vitório Freta Colossi, neste ato representando a Casa dos Açores/São Miguel.

(Procede-se à entrega do livro.)  
(Palmas)

Convido para receber o livro o senhor Jucélio Jacob de Andrade, presidente do Rotary Clube de Biguaçu, neste ato representando-o.

(Procede-se à entrega do livro.)  
(Palmas)

Convido para receber o livro o senhor Valério Juvenal Silva, presidente da Associação Empresarial e Cultural de Biguaçu, neste ato representando-a.

(Procede-se à entrega do livro.)  
(Palmas)

Convido para receber o livro o senhor Marco Aurélio Dias, presidente da Câmara de Dirigentes Lojistas de Biguaçu, neste ato representando-a.

(Procede-se à entrega do livro.)  
(Palmas)

Convido para receber o livro a senhora Ana Lucia Coutinho Locks, neste ato representando o Grupo Arcos.

(Procede-se à entrega do livro.)  
(Palmas)

Convido para receber o livro o senhor Alair Francisco Tissot, neste ato representando a Federação das Associações Empresariais de Santa Catarina - Facisc.

(Procede-se à entrega do livro.)  
(Palmas)

Convido para receber o livro a senhora Sara Toscan Camargo, neste ato representando a Federação das Câmaras de Dirigentes Lojistas.

Convido para receber o livro a sra. Izoneide Helena Valtrik, neste ato representando a Escola Básica Municipal Fernando Viegas.

(Procede-se à entrega do livro.)  
(Palmas)

Convido para receber o livro o secretário João Paulo Rodrigues, em nome da OAB do município de Biguaçu.

(Procede-se à entrega do livro.)  
(Palmas)

Convido para receber o livro o sr. Reinaldo Valmor Marcelino, neste ato representando a Escola Básica Municipal Donato Alípio de Campos.

(Procede-se à entrega do livro.)  
(Palmas)

Convido para receber o livro o sr. Valter Campolino Elias, neste ato representando a Escola Estadual Tânia Mara Farias Silva Ilocks.

(Procede-se à entrega do livro.)  
(Palmas)

Convido para receber o livro das mãos dos deputados Reno Caramori, Renato Hinnig, o vereador José Braz da Silveira, representando a Rádio Biguaçu - FM.

(Procede-se à entrega do livro.)  
(Palmas)

Muito obrigado a todos e uma boa noite! E mais uma vez parabéns a Biguaçu pelos seus 180 de emancipação político-administrativa.

Parabéns!

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Senhoras e senhores, convido neste momento para fazer uso da palavra o vereador Manoel Airton Pereira, presidente da Câmara de Vereadores de Biguaçu, representando todos os vereadores e vereadoras.

O SR. MANOEL AIRTON PEREIRA - Quero cumprimentar o sr. Antônio Paulo Remor, prefeito de Antônio Carlos, avaião de coração; o sr. Marco Aurélio Dias, presidente da Câmara de Dirigentes Lojistas; o sr. Daniel Luz, procurador-geral do município de Biguaçu; o sr. Juliano Duarte, prefeito de Governador Celso Ramos; o sr. Romon Wollinger, prefeito em exercício de Biguaçu; o sr. Valério Juvenal Silva, presidente da Associação Empresarial e Cultural de Biguaçu; o sr. Renato Hinnig, secretário de Desenvolvimento Regional de Florianópolis; o sr. Ramon Wollinger, prefeito em exercício de Biguaçu; o mentor desta homenagem ao município de Biguaçu, deputado Reno Caramori; os diretores e ex-diretores da Acibig; a sra. Salete Cardoso, secretária de Cultura, Esporte, Turismo e Lazer, em nome de quem saudar os demais secretários presentes nesta noite.

Cumprimento, em nome do presidente do PP, todos os presidentes de partidos de Biguaçu, os vereadores Wilson Norberto Alves, Ednei Muller Coelho, Fernando Duarte, Douglas Borba, José Braz da Silveira, Nei Claudio da Cunha.

Quero cumprimentar, em nome do dr. João Paulo Rodrigues, todos os advogados da comarca de Biguaçu, também a OAB de Biguaçu e os demais representantes de municípios presentes.

É uma honra muito grande para nós comemorar a passagem dos 180 anos de Biguaçu.

Foi um dos grandes presentes para nós, de iniciativa da Acibig, juntamente com a Assembleia Legislativa, conforme disse o presidente da Câmara de Dirigentes Lojista, já era uma ideia do nosso saudoso Lício Mauro da Silveira, também um dos responsáveis pelo tombamento do Casarão Born, decretado patrimônio público do município de Biguaçu...

Quero parabenizar também a sra. Túlia de Freitas Ribeiro que com sua sabedoria coordenou e buscou os dados concretos da história de Biguaçu. Na sua tarefa encontrou uma pessoa que para mim é um arquivo vivo, pois sabe toda a história e tem tudo guardado em casa, que é o Hermes de Azevedo, e isso ninguém pode negar.

Então, Biguaçu está de parabéns. Biguaçu agradece essa honraria.

Muito obrigado!

A Câmara de Vereadores de Biguaçu, na pessoa de seu presidente, na pessoa de seus vereadores presentes e ausentes, estará sempre de portas abertas para a Assembleia Legislativa. Só temos a agradecer e dizer que hoje começa a festa do município de Biguaçu aqui, na praça central, com uma boa organização. Vocês todos já estão convidados a participar dessa festa.

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Convidamos para fazer uso da palavra o sr. Ramon Wollinger, prefeito municipal em exercício.

O SR. RAMON WOLLINGER - Quero cumprimentar aqui o presidente da sessão especial, deputado Reno Caramori.

Excelentíssimo sr. Renato Hinning, secretário de Desenvolvimento Regional;

Excelentíssimo prefeito de Antônio Carlos, Antônio Paulo Remor, em seu nome cumprimento o vice-prefeito Adelino Kretzer;

Excelentíssimo prefeito de Governador Celso Ramos, Juliano Duarte;

Excelentíssimo prefeito de Biguaçu, Castelo Deschamps;

Excelentíssimo presidente da Câmara de Vereadores, Manoel Henrique Pereira;

Excelentíssimo presidente da CDL, Marco Aurélio Dias;

Excelentíssimo sr. presidente da Acibig, Valério Juvenal Silva.

Quero cumprimentar os secretários aqui presentes, em nome da secretária Saete

Cardoso, que é anfitriã das nossas festividades.

Ao cumprimentar duas grandes personalidades de Biguaçu, dois grandes historiadores de Biguaçu, quero cumprimentar os demais cidadãos da nossa cidade, que é a Ana Lúcia Coutinho e o nosso professor Joaquim Gonçalves, autor da síntese elaborada para o grande livro 180 anos de Biguaçu. Muito obrigado pela grande colaboração para a nossa cidade.

Quero ainda cumprimentar a imprensa presente e o também os funcionários da Assembleia Legislativa pela belíssima apresentação e pelo belíssimo trabalho realizado aqui hoje.

Muito me orgulha, em 2009, nós da administração do Castelo termos reaberto o nosso Centro Cultural Casarão Born, porque não imaginávamos outro lugar senão aqui para fazer uma sessão especial dos 180 anos de Biguaçu e lançar um belíssimo trabalho que apenas oito municípios de Santa Catarina possuem. O nosso é o oitavo município catarinense a ser abrihantado com esse grande trabalho.

Então, deputado Reno Caramori, aos nobres pares da Assembleia Legislativa rendemos o nosso grande carinho e admiração, pela lembrança póstuma ao deputado Lício Mauro da Silveira, que também foi um batalhador para a reabertura do Casarão Born.

Hoje o meu orgulho só não é maior do que a minha vontade de trabalhar por essa cidade. E juntamente com toda a nossa equipe, com todos os municípios de Biguaçu, estamos trabalhando para fazer a nossa cidade crescer. Eu sempre costumava dizer que uma cidade, um povo sem passado será um povo sem futuro, porque realmente Biguaçu foi e é muito rico. E esse trabalho só vem abrihantar a história da nossa gente, seja das raças, das colonizações, seja do negro, do escravo, do índio, do alemão, do francês, de todas as raças e etnias que colonizaram a nossa cidade. Sintome muito honrado no momento de hoje, assim como me senti ontem na sessão solene da Academia de Letras e também na terça-feira, na sessão solene da Câmara Municipal.

Quero agradecer aqui mais uma vez a todos vocês e agradecer à Assembleia Legislativa, dizendo que Biguaçu ainda irá crescer e dar muito orgulho ao estado de Santa Catarina. Isso conta com o apoio e a participação de todos nós. Mais uma vez muito obrigado e sejam bem-vindos aqueles que vieram para a festa que começa hoje e vai até domingo. Espero que todos venham aproveitar

as diversas atrações gastronômicas, culturais e de lazer que a nossa cidade pode oferecer para comemorar 180 anos.

Sou um biguaçuense cheio de orgulho. Então, agradeço de coração e agradeço também as duas instituições que ficaram à frente desse trabalho da CDL e da Acibig, nas pessoas do Valério, do Marquinho e também do Hermes. Agradeço de coração o trabalho dessas instituições que resultou na noite de hoje.

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Eu gosto de fazer um pouquinho de suspense. E tenho aqui a incumbência de, não só em nome de todos os deputados, mas em nome da equipe que preparou todo esse trabalho nessa longa caminhada e pela insistência dele durante todo esse período, chamar aqui para receber o seu livro o nosso amigo Hermes de Azevedo.

(Procede-se à entrega do livro.)

(Palmas)

Senhoras e senhores, estamos chegando ao fim da nossa bela e reconhecida homenagem à querida Biguaçu.

Queremos mais uma vez agradecer a participação da associação empresarial, da CDL, do poder municipal, do fotógrafo e de todos aqueles que colaboraram e fizeram a sua parte para que este documentário acontecesse. Trata-se de um livro documentário que conta um pouco da história da querida Biguaçu. São mais de 300 páginas que mostram um pouco do que foi Biguaçu. Procuramos trazer para a atualidade alguns documentos que até hoje estão na Assembleia e chegaram até a época da confecção.

Por isso, queremos agradecer às autoridades, ao prefeito em exercício, ao prefeito que está de férias, bem como a todos os senhores e senhoras presentes e dizer da nossa satisfação em poder representar aqui o Poder Legislativo, juntamente com o deputado Renato Hinning, para externar a nossa gratidão por tudo o que Biguaçu representa para Santa Catarina, pois 180 anos não é fácil.

Com essas palavras, agradecendo a presença de todos aqueles que nos prestigiam, antes de encerrar a presente sessão, convocamos outra, solene, para amanhã, em Chapecó, em comemoração aos 40 anos de fundação da Associação Chapecoense de Futebol.

Está encerrada a sessão.

# ATA DA 039ª SESSÃO ORDINÁRIA

## DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA

### REALIZADA EM 22 DE MAIO DE 2013

#### PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JOARES PONTICELLI

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Ana Paula Lima - Angela Albino - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Ciro Roza - Dado Cherem - Darci de Matos - Dirceu Dresch - Dóia Guglielmi - Edison Andriano - Gelson Merisio - Gilmar Knaesel - Ismael dos Santos - Jailson Lima - Joares Ponticelli - Jorge Teixeira - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Luciane Carminatti - Manoel Mota - Marcos Vieira - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta -

Padre Pedro Baldissera - Reno Caramori - Romildo Titon - Sandro Silva - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Valmir Comin - Volnei Morastoni.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Passamos às Breves Comunicações. O primeiro orador inscrito é o deputado Valmir Comin.

(Pausa)

Na ausência deste, o próximo orador é o deputado Antonio Aguiar, por até dez minutos. Antes, porém, quero cumprimentar o vereador Tangará João e demais vereadores que se fazem presentes nesta sessão, pois estão participando de eventos na capital do estado.

Sejam todos bem-vindos!

O SR. DEPUTADO ANTONIO AGUIAR - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, comunidade catarinense, quero me reportar hoje a um grande segmento da nossa sociedade, se não o mais importante em termos de salvar vidas, que são os médicos.

Estou apresentando uma moção neste plenário para a presidente Dilma Rousseff e o ministro da Saúde, dr. Alexandre Padilha.

(Passa a ler.)

"Excelentíssimo senhor presidente da Assembleia Legislativa do estado de Santa Catarina

[...]

- tendo em vista a iniciativa do governo federal na questão da importação de médicos alegando déficit de profissionais de Medicina, é lastimável para as faculdades de Medicina e também para os profissionais de saúde;

- em 2012, apenas 77 foram aprovados pelo Conselho Federal de Medicina, dos 884 médicos formados no exterior;"

O que significa isso? Que a faculdade onde se formaram não está dando conhecimento necessário para exercer dignamente a profissão.

"- os médicos estrangeiros, sem a revalidação de seus diplomas no Brasil, não têm comprovação de formação à altura do necessário, configurando uma pseudoassistência com maiores riscos à população brasileira; e

- o que declarou o Conselho Federal de Medicina - CMF, tratar a população de maneira desigual é sinal de desconsideração e de desprezo para com seus direitos de cidadania;

Requer encaminhamento de moção à Presidência da República e ao ministro da Saúde, nos seguintes termos:

"A Assembleia Legislativa do estado de Santa Catarina, aprovando proposição do deputado Antonio Aguiar, manifesta preocupação e apela a vossa excelência para que essa iniciativa de trazer médicos estrangeiros para trabalhar no Brasil seja reanalisada de forma emergencial, por se tratar de ato lamentável à Medicina brasileira, atenciosamente, deputado Joares Ponticelli - presidente."[sic]

Ora, vejam em que pé chegamos, a Medicina no Brasil está sendo deixada de lado. A presidente Dilma com o ministro Padilha está querendo importar médico para atender à nossa população no interior.

Essa é uma forma desastrosa de não valorizar os médicos que temos no Brasil. Temos que conversar, temos que chegar a um acordo para que os médicos possam atender no interior.

Como o governo federal quer que o médico vá atender no interior, se não tem um aparelho de raios x, se não tem um laboratório, se não tem um local para o atendimento médico? Como quer que o médico atenda à população? Quero que o governo federal dê condições ao médico de atender no interior.

Temos a certeza de que os médicos, tendo condição, vão atender, sim, à nossa população no interior. Mas vejo neste momento um descaso da presidente Dilma Rousseff e do próprio ministro Padilha, do PMDB, para com a classe médica. Por quê? Porque nem sequer temos a profissão de médico regulamentada. Quantas profissões têm a sua regulamentação! Mas nós médicos do Brasil não temos a profissão do médico regulamentada.

Como é que um governo quer exigir dos médicos que trabalhem no interior, se não regulamentam a sua profissão? Como é que o

governo federal quer exigir dos médicos que atendam decentemente pelo SUS, se não pagam dignamente e não fazem uma nova tabela?

É com pesar que estamos aqui lamentando o ato de o governo de importar profissionais médicos para atender no Brasil. Esperamos que os srs. deputados aprovelem essa nossa moção e façam com que a presidente Dilma não tenha na sua campanha política a classe médica contra. Nós não queremos isso; o que queremos é que olhem com dignidade para a nossa classe. A classe médica está sendo vilipendiada por dois motivos, primeiro, pela não regulamentação da profissão e, segundo, pelo reajuste da tabela do SUS. São dois fatos importantes. E que queremos de público vir aqui com veemência apelar para que aprovelem a nossa moção.

Quero também me reportar ao fato de o governador, em exercício, Eduardo Pinho Moreira, se locomover, estar presente no planalto norte. Na quinta-feira passada, como governador do estado em exercício, esteve em Canoinhas, onde foi recebido com muita alegria por todos os integrantes do poder municipal, Legislativo e Judiciário, que juntamente com o secretário da Infraestrutura, Valdir Cobalchini, merece ser parabenizado pela sua presença e pela ajuda que tem nos dado nas questões do planalto norte.

É verdade, temos tido dificuldades, mas estamos enfrentando com galhardia. E temos a certeza de que o governo federal vai fazer com que a BR-280, de Canoinhas a Porto União, se transforme, sim, em rodovia federal.

Nós aqui da Assembleia já fizemos a nossa parte. Os deputados já votaram a lei transferindo a BR-280 para o governo federal. Então, basta fazer a sua parte.

Temos a certeza de que o vice-governador Eduardo Pinho Moreira, médico, cardiologista, esteve conosco no Hospital Santa Cruz, onde temos lá uma unidade de pronto atendimento médico a ser inaugurada, mas que precisa de verba para poder aparelhá-la. E prontamente o nosso governador recebeu os nossos pedidos. Portanto, temos a certeza de que vai encaminhá-los para que consigamos fazer com que a unidade do pronto socorro esteja completa em seus equipamentos que devem ser colocados à disposição da população.

Hoje, o Hospital Santa Cruz atende a uma população de aproximadamente de 150 mil habitantes. E temos condições de fazer com que o centro de excelência de saúde do planalto norte seja, sim, o referido hospital de Canoinhas, pois lá temos ressonância magnética, tomografia computadorizada, UTI com dez leitos, arco cirúrgico, carrinho de anestesia, recuperação dos leitos, enfim, está atendendo à demanda do planalto norte. E mais, é um hospital filantrópico que presta serviço à comunidade. E são esses hospitais que o governo estadual está olhando com bons olhos. Ele quer que a produção desses hospitais continue acontecendo, para que a nossa população, principalmente a mais carente, seja atendida.

Também, quero me reportar aqui à reunião da SDR de Joinville, onde lá estiveram os deputados Darci de Matos e Kennedy Nunes. Nós aprovamos o primeiro tomógrafo computadorizado público da história de Joinville. Foram R\$ 600 mil para Joinville, juntamente com o secretário da Saúde, dr. Armando Dias Pereira Júnior, e o sr. prefeito Udo Döhler. Parabéns, Joinville, por esse grande equipamento que vai fazer parte da história do Hospital São José. É equipamento público, para que as pessoas carentes sejam atendidas. Não é equipamento da Unimed nem

do Bradesco nem de particular, é equipamento para atender ao setor público, às pessoas carentes, àquelas que não têm condições de pagarem os seus exames.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Esta Casa registra a presença da comitiva que está divulgando a 17ª Expofeira Estadual do Leite, de Presidente Getúlio, a qual é composta pela secretária de Educação, Oriana Fillagranna, pela agente de educação, Jeana Cris dos Santos, pela assessora de imprensa, Bianca, pelo assessor Joacir e a rainha Nadine Souza, pela primeira princesa, Jéssica Weise, e a segunda princesa, Beatriz Andriara Pereira.

Sejam todos bem-vindos a esta Casa no dia de hoje. É uma alegria recebê-los.

O próximo orador inscrito é o sr. deputado Serafim Venzon, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, quero saudar o eminente deputado Antônio Aguiar que apresenta uma moção que seguramente imagino ter a assinatura, o apoio de todos nós deputados, com relação à intenção da importação de seis mil médicos. Alguns de Cuba, de outros países que, imagino, podem estar vindo e que certamente também querem buscar esses médicos para entrarem no mercado de trabalho do Brasil, sem terem que passar pelo sistema de revalidação do diploma médico deles.

O povo catarinense e o povo brasileiro precisam saber que no Brasil temos 388 mil médicos, que todos os anos se formam de 17 a 18 mil médicos, que a cada semestre se formam nove mil médicos no Brasil.

Enquanto nós discutimos, já se forma uma legião de médicos que poderiam atender à necessidade da população brasileira. E o médico não está no interior não é por que ele não quer. Não é porque ele é mercenário. Ele não está lá, porque infelizmente o atual sistema público, o SUS, dito como o maior programa de saúde do mundo, que no papel é algo excelente, mas que na prática tem uma burocracia que centraliza, faz movimentar as pessoas em longa distância, para receberem atendimento médico, de várias maneiras. Uma delas é não pagando o médico, porque atualmente os procedimentos médicos...

Antigamente eram pagos o médico, o anestesista, todo procedimento era pago diretamente na conta do médico. Agora ele paga na conta do hospital.

Então, essa é a primeira maneira de desestimular o médico de fazer procedimentos em qualquer lugar, inclusive no interior. Segundo, é o tal do credenciamento. Em Santa Catarina, por exemplo, passa pela cabeça dos senhores que Rio do Sul não tem credenciamento para cirurgia neurológica, para cirurgia urológica, para cirurgia gastrointestinal, que não tem alta complexidade?

Então, os pacientes de lá obrigatoriamente precisam ser transferidos para cá, para Lages, para Joinville, para Blumenau. Não podem ser atendidos lá, quando na verdade, em Rio do Sul, tem condições técnicas tanto por parte dos médicos quanto por parte dos hospitais. E assim acontece com um grande número de Santa Catarina.

A terceira grande facada que é dada no sistema de atendimento é a tal da gestão plena. Diz-se que o SUS é para todos, mas na verdade se estabelece um teto. Em Blumenau, só pode atender a 400 pacientes. Dos 800 que estão na fila, 400 ficam de fora. Assim é em Lages, assim é em Joinville, assim é em

Brusque, assim é nas 295 cidades. E isso não é coisa do governo do estado, não é coisa do governo municipal. É nacional. É do SUS. Por isso a crise da saúde é nacional.

Agora, não vai ser importando seis mil médicos, deputado Antônio Aguiar, para o Brasil que se resolverá o problema. Isso vai aumentar ainda mais a ambulancioterapia. Se eles ficarem no interior, vai ter mais médicos lá, mandando gente para as capitais, para os centros de referência e aí aumentando um pouco mais, para o centro de referência, aumentando um pouco mais a ambulancioterapia, até porque lá ele vai apenas escrever ao fulano de tal, ao sicrano.

O deputado Antônio Aguiar tem o meu apoio e a nossa assinatura em sua moção.

Quero cumprimentar a delegação de Presidente Getúlio, em nome das princesas Nadine, Jéssica e a Beatriz, que já foram aqui citadas pelo presidente; quero cumprimentar também o público presente nas galerias; saúdo o prefeito Napoleão Bernardes, que hoje recebeu o governador Raimundo Colombo, quando deu a ordem de serviço para a reconstrução de uma escola que será totalmente refeita, que é o Colégio Estadual Carlos Tecentin, que tem mais de 750 alunos, num bairro que cresce muito.

Hoje o estado possui 1.324 colégios estaduais, e o governo do estado está fazendo um grande volume de investimentos na educação, seja na qualificação profissional, seja na valorização do salário, mas também na melhoria dos equipamentos nas escolas e na melhoria da própria escola.

Serão investidos mais de R\$ 500 milhões só em melhorias e na qualidade de ensino, nas escolas de Santa Catarina. Alguns colégios como esse de Blumenau estão sendo feitos totalmente novos e contam com a colaboração dos alunos, dos pais, dos professores.

Naturalmente que isso tudo vai exigir por parte de toda comunidade acadêmica, inclusive dos alunos, uma compreensão muito especial. Então, o prefeito Napoleão recebeu o governador que foi levar esse investimento de mais de R\$ 7,5 milhões para a construção daquele colégio.

O prefeito Napoleão, em Blumenau, recebeu a primeira parcela dos 53 Jogos Abertos, que este ano acontece em Blumenau. Estava presente o nosso secretário, o Beto Martins, o Vadinho, que também é do nosso município. Foi uma grande festa de lançamento, por parte do governador, das atividades preparativas para os Jogos Abertos que acontecerão em Blumenau.

Por último, sr. presidente, gostaria de reforçar um convite para sexta-feira desta semana, quando a comissão de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente estará na Câmara de Vereadores de Criciúma. E foram convidados todos os prefeitos, vice-prefeitos, vereadores. E estão intimados os conselheiros tutelares, os conselhos municipais de defesa da criança e do adolescente, para discutirmos na região sul de Santa Catarina as medidas socioeducativas, que são cinco ou seis, normalmente aplicadas a menores infratores, que varia desde a repressão até a internação. Com isso, queremos diminuir a incidência de infrações por parte desses menores.

Quero destacar que todos nós, todas as crianças nascem boas, que todas as famílias, os pais, as mães são bons, mas queremos, através da comissão e desta Casa, dar apoio a inúmeras iniciativas que são apoiadas pela família, pela prefeitura, que tem apoio e vontade de muitas entidades religiosas, esportivas, educacionais, que tem apoio de entidades empresariais, de pessoas que pagam

Imposto de Renda, enfim, há um conjunto de forças que podemos unir e, sem dúvida, obter um melhor resultado para as nossas crianças.

Muito obrigado!  
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra o próximo orador inscrito, o sr. deputado Dirceu Dresch, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, sras. deputadas, srs., deputados, público que nos acompanha pela TVAL e pela Rádio Alesec Digital, hoje, em especial, cumprimento a equipe lá da Expofeira Estadual do Leite, de Presidente Getúlio. Gostaria de dizer que foi uma satisfação poder aprovar o projeto aqui nesta Casa, que transformou esse evento de festa para Feira Estadual do Leite. Quero cumprimentar a rainha, a primeira-princesa e a segunda-princesa da festa e, em seus nomes cumprimentar toda a equipe que colabora com essa feira e que se prepara novamente fazer esse que é um grande evento, de destaque na região do vale do Itajaí.

Sr. presidente, estou acompanhando na imprensa nos últimos dias, tenho recebido muitas ligações dos prefeitos do nosso partido, tenho visto nos jornais os deputados e o vice-governador anunciando recursos para os municípios, algo em torno R\$ 1,5 milhões, R\$ 2 milhões, para o estado afora.

Pelo que tudo indica são recursos federais, via BNDES. Mas o que queremos saber é se esses recursos, que nós ajudamos a buscar para Santa Catarina, juntamente com a nossa ministra Ideli Salvati e com o nosso deputado Décio Lima, já anunciados em jornais e capas de revistas, têm critérios.

Os prefeitos do Partido dos Trabalhadores estão apavorados porque não sabem os critérios que serão usados para a distribuição desses novos recursos. Estaremos muito atentos a isso. Queremos criar critérios para a distribuição desses recursos, isso não pode ser um troca-troca. Inclusive, há o comentário de que já estão acertando votos com esse dinheiro, visando às convenções que vem pela frente. Teremos que acompanhar isso bem de perto! Mas por enquanto estamos apenas alertando, porque nós, da bancada do PT, do partido do governo federal, estamos aqui para fazer o nosso papel de Oposição, mas para nós, não serve o quanto pior melhor, queremos ajudar Santa Catarina, e o estado está buscando um recurso muito grande. Falo isso porque se somarmos os recursos que o estado arrecada para fazer investimentos, ficará em torno de R\$ 1 bilhão por ano, somente, vindo do Tesouro. Quer dizer, receber algo em torno de R\$ 9 bilhões, não é pouca coisa, apesar de sabermos que boa parte é empréstimo, mas são recursos que serão investidos em nosso estado e somos totalmente favoráveis a isso. Inclusive, hoje, pela manhã, fizemos uma reunião extraordinária na comissão de Constituição e Justiça para aprovar os projetos e agilizar o processo.

Então, estamos ajudando, mas queremos respeito, não podemos admitir aqui que se faça jogo político-partidário e se discrimine municípios. É justamente isso que o governo federal, a presidente Dilma Rousseff, não está fazendo.

Então, no Rio Grande do Sul na semana passada e me parece que aquele estado está recebendo menos recursos do que Santa Catarina.

Então, não há discriminação e nós não queremos que isso aconteça com os prefeitos do Partido dos Trabalhadores, a exemplo do prefeito Eli Mariott, de Novo Horizonte.

Por isso, vamos acompanhar isso de perto e criar aqui um grande debate, se for preciso.

Mas eu quero tratar, hoje, de um tema central, e que já estou acompanhando há algumas semanas, que é o desconto da energia elétrica.

O governo da presidente Dilma Rousseff, através da Lei n. 12.783, cria uma regra para o sistema energético do Brasil, que é toda uma política de reestruturação e reorganização das concessionárias de energia elétrica. E daí temos aí um desconto de energia elétrica, que no caso de Santa Catarina é de 18.5% aos consumidores residenciais da Celesc.

Agora há uma polêmica. Temos 22 cooperativas de eletrificação no estado, sendo que duas são do vale do Itajaí, uma é do oeste e as demais são do sul do estado de Santa Catarina. Segundo dados, são em torno de 211 mil residências, com 650 mil pessoas, que têm energia, hoje, das cooperativas.

Estivemos no ministério das Minas e Energia, na semana passada, discutindo esse tema. E a partir de toda uma discussão que vem ocorrendo com a Aneel e o ministério das Minas e Energia, foi incluído na MP n. 605 o art. 17 que propõe que se tire da conta do Fundo de Desenvolvimento Energético do país recursos para custear essa diferença da energia elétrica. E por isso essa Medida Provisória n. 605 tem que ser aprovada até o dia 3 de junho justamente porque ela perderá a sua validade até lá.

Então, há um esforço nesse sentido e eu estou apresentando uma moção, a ser encaminhada ao Congresso Nacional, no sentido de agilizar a aprovação dessa medida provisória. Felizmente ela já passou na comissão especial e está indo, nos próximos dias, para o plenário para também beneficiar a nossa população que tem energia das cooperativas. Por que isso é importante? Porque atinge especialmente a agricultura familiar.

Eu sou associado de uma cooperativa de eletrificação. Então, temos na região uma cooperativa importante. E, inclusive, na sexta-feira da semana passada foi inaugurada a nova sede e quero parabenizar toda a direção, a equipe de funcionários e os sócios dessa cooperativa, a Ceraçã. Então, temos lá esta cooperativa que atende a mais de cinco mil agricultores e agricultoras familiares daquela região.

Portanto, essa Medida Provisória n. 605 beneficia em Santa Catarina um grande número de pessoas. Segundo levantamentos, em torno de 211 mil residências e 650 mil pessoas são beneficiadas, e que hoje não recebem, deputada Ana Paula Lima, o desconto da energia elétrica. E daí é injusto: de um lado o agricultor que tem energia da Celesc possui um desconto de 18.5%, mas aquele a que é filiado a uma cooperativa não tem esse desconto e está pagando cheio.

Então, há uma injustiça e isso precisa ser corrigido. Nós estamos atuando nessa perspectiva de resolver esse impasse que hoje preocupa tanto as cooperativas quanto também, especialmente, os nossos agricultores, porque essas cooperativas atingem principalmente a área rural. Também há consumidores urbanos, mas, principalmente, são aqueles que atuam na área rural, inclusive empresas que têm energia dessas cooperativas no nosso estado.

Era isto, sr. presidente, que eu queria registrar no dia de hoje, no sentido de conseguir resolver essa questão e amenizar o custo da energia elétrica para os consumidores, sejam residenciais ou de uma

empresa industrial ou comercial no interior do nosso estado e também do país.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Sargento Amauri Soares, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Muito obrigado, sr. presidente. Eu quero iniciar falando de dois pronunciamentos aqui proferidos pelo deputado Serafim Venzon: um na tarde de ontem, e não tive a oportunidade de falar ainda ontem para responder, e outro na tarde de hoje.

Na tarde de ontem, o deputado Serafim Venzon, estava falando da convenção nacional do PSDB. Até aí evidentemente que todo o nosso respeito, era a convenção do PSDB. Divergências programáticas e ideológicas à parte, os partidos políticos fazem convenções. Na tarde de hoje, no entanto, o deputado Serafim Venzon falou dos médicos Cubanos.

Eu quero me reportar sobre esses dois assuntos, porque também ontem, depois de falar da convenção do PSDB, falou da importância da figura de Fernando Henrique Cardoso, ainda como liderança nacional do PDSB, e disse de algumas conquistas durante o governo de FHC. As citadas por ele foram as privatizações. E falou de algumas delas, da geração de energia e da telefonia.

Bom, sobre a telefonia, o que significou a privatização para a telefonia, basta constatar que temos CPIS para investigar o descaso das operadoras privadas de telefonia em praticamente todos os estados da nação, em diversos municípios. Aqui mesmo nesta Assembleia Legislativa, temos uma CPI para tentar pressionar, pelo menos, os órgãos competentes por fiscalizar e regular o funcionamento da telefonia móvel no nosso país. Ou seja, as empresas privadas não estão nem aí para a qualidade dos serviços que prestam à população. Um completo descaso. E esta Assembleia mesmo é continuamente desrespeitada pelas operadoras de telefonia móvel, que sequer se dignam a responder encaminhamentos formais da Assembleia, aprovado sem sessão plenária.

Então, é um desrespeito absoluto ao poder público pelas operadoras privadas de telefonia, isso que foi apresentado como a salvação da nação, a privatização da telefonia.

No caso da geração de energia elétrica, se tem crescido, e tem crescido, felizmente, é com financiamento público do BNDS. Essas empresas monopólios internacionais têm vindo para cá para lucrar e transferir esse lucro líquido para outras partes do mundo e não investir novamente no país.

E os investimentos são do poder público federal, através do BNDES, tanto para hidroelétrica quanto para a energia eólica, todas as formas de energia são com financiamento do BNDES. E são realidades constadas.

Eu falava outro dia aqui também de outros setores que foram privatizados com festa, com aplausos, na era de FHC. O setor das ferrovias, a rede ferroviária federal foi privatizada no governo FHC, e o argumento é de que seria recuperada a rede ferroviária e ampliada.

O resultado é o que estamos vendo hoje, que o governo da presidente Dilma Rousseff tem sido pressionado por todo mundo, inclusive por nós deste Parlamento, e de forma correta evidentemente, para que ele, o governo federal, volte a financiar, volte a construir ferrovia, porque a iniciativa privada foi incompetente para manter inclusive a precária rede ferroviária que já existia. Não por

incompetência, evidentemente, por falta de vontade.

A iniciativa privada, os monopólios querem ganhar dinheiro, não querem investir com perspectiva de médio e longo prazo, querem ganhar dinheiro rápido. Estão lucrando em cima daquilo que o estado brasileiro investiu, ao longo de anos e décadas, no setor de telefonia, no setor de energia, no setor de telecomunicações em geral, no setor de ferrovia, no setor de rodovia, também. Os pedágios são o quê, se não são a privatização das rodovias?

Então, querem ter lucro rápido e fácil, sustentados numa base material, que foi construída pelo povo brasileiro, através de um poder público, em décadas da história do nosso país. E após sugarem tudo, deixarem tudo sucateado, recorrem de novo ao poder público, para que invista novamente, para criar uma nova base que possa avançar nessa produção.

O Sr. deputado Antônio Aguiar - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Pois não!

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - Quero me reportar, nobre deputado, realmente às ferrovias que v.exa. citou. A ferrovia que foi privatizada, foi uma concessão à ALL.

Pois bem, essa ALL não só não fez funcionar a Rede Ferroviária Federal como vilipendiou a Rede Ferroviária Federal. Retirou os trilhos, retirou os dormentes, sumiu com os vagões, sumiu com um monte de coisas.

Então, o que acontece? Em vez de melhorar o setor ferroviário, pioramos ainda mais.

Parabéns pelo seu pronunciamento.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Muito obrigado, deputado Antônio Aguiar, é uma satisfação ter o aparte de v.exa., sobretudo trazendo esse testemunho, o senhor que conhece, no planalto norte, o que a privatização fez com o sistema ferroviário.

Venderam os trilhos em vez de recuperar, ampliar e recuperar. O que a privatização fez? Vendeu o trilho no ferro velho, usou o material para outra coisa, na indústria, e desmanchou o pouco que tinha de ferrovia. Então, isso a gente não pode deixar de registrar.

Acerca do discurso de hoje, deputado Serafim Venzon, com todo respeito, tenho grande amizade com ele, uma pessoa fácil de conversar, de boa relação, mas ontem e hoje ele veio defender uma política que não dá para deixar passar, porque senão vai até parecer que neste plenário não tem ninguém que pensa diferente. E evidentemente que tem.

Hoje ele falou de forma crítica, contrária à contratação de médicos estrangeiros para trabalhar no Brasil, e criticando o governo federal da presidente Dilma, que eu espero que mantenha a posição e que não volte atrás, porque parece que no jornal estrangeiro, lá na Espanha, já saiu a notícia de que a Dilma já está pensando melhor, ou seja, há pressão das corporações médicas do Brasil.

A realidade é que os médicos brasileiros, em número insuficiente, preferem ficar nos litorais e nas cidades maiores e se recusam a ir para os cantões. Essa é a realidade. E a contratação desses médicos de diversos países, inclusive de Cuba, da Espanha, de Portugal, era justamente para trabalhar nos lugares onde os médicos brasileiros não querem ir, para atender à população pobre. Não iriam competir com as empresas privadas de planos de saúde, as unimed da vida, não iriam competir porque não trabalhariam em Florianópolis e talvez nem em Santa Catarina.

Trabalhariam no nordeste, na Amazônia profunda, mas mesmo assim as corporações médicas brasileiras... E admiro-me de um deputado, com uma visão social diferente, se entende que deveria ter, vem aqui se posicionar com essa tese de ser contrário à presença de médicos estrangeiros para atender à população pobre do Brasil, lá no sertão nordestino e lá na Amazônia distante e profunda, onde os médicos brasileiros não querem ir.

Então, estão mesmo preocupados com a saúde do povo brasileiro ou estão preocupados com a concorrência, com a sua posição corporativa e com a lógica do lucro privado, de ganhar dinheiro e ter cada vez menos médicos para poderem cobrar cada vez mais em virtude da insuficiência de profissionais?

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Pois não!

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Muito obrigado, deputado Sargento Amauri Soares. Quero parabenizar v.exa. pela firmeza como coloca esse tema aqui em pauta. Não é possível, mesmo lá no nordeste, mesmo aqui no interior, em municípios mais distantes como Galvão, São Domingos, Coronel Martins ou Irati... Paga-se no mínimo acima de R\$ 20 mil, R\$ 22 mil, R\$ 24 mil para os médicos, mas não tem médico para trabalhar no serviço público.

Então, precisa se resolver isso, e parablenizo a iniciativa do governo da presidente Dilma em olhar para esse lado social.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Há um assunto que é a relação de uma delegada com os policiais militares, lá na serra catarinense, deputado Maurício Eskudlark, que vamos ter que discutir. Então volto a falar na sessão de amanhã.

Muito obrigado, senhoras e senhores.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Fim das Breves Comunicações.

Passamos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Os próximos minutos são destinados ao PSDB.

Com a palavra o deputado Dóia Guglielmi.

(Pausa)

Na ausência deste, o próximo partido é o PMDB.

Com a palavra o deputado Antônio Aguiar por até 14m.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Sr. presidente em exercício, deputado Padre Pedro Baldissera, srs. e sras. deputadas, é com satisfação que estamos aqui hoje falando um pouco da comunidade polonesa. Ontem, no plenarinho desta Casa, tivemos uma importante reunião, com a posse da Associação Polonesa de Florianópolis.

(Passa a ler.)

"E nós, como deputado estadual, fizemos a Lei n. 14.164, de 26 de outubro de 2007, que tem o objetivo de prestar homenagem a essa comunidade pela contribuição de colonizadores dessa nação ao estado de Santa Catarina.

É significativa a contribuição à vida brasileira dos imigrantes poloneses aqui chegados, desde o final do século XIX e, especialmente, no estado de Santa Catarina, a partir de 1869. Atualmente o Brasil, ao lado da França, ocupa a terceira colocação em número de poloneses que vivem fora de seu país, com cerca de um milhão e meio.

Essa imensa comunidade tem no dia três de maio a Data Nacional da República da Polônia, o Dia da Constituição, que foi

promulgada em 1791, e é considerada a primeira constituição moderna da Europa. Contemporânea da Constituição Americana e também da própria revolução francesa, com sua Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, a Carta Polonesa foi precursora na garantia da pluralidade religiosa e no respeito aos contratos de trabalho estabelecidos entre nobres e agricultores.

O desejo de liberdade, de autonomia política e progresso, fez do povo polonês um exemplo de luta. Ao longo da história, o espírito de três de maio tem inclusive permeado as relações bilaterais entre Brasil e Polônia. O Brasil foi o primeiro país da América Latina a reconhecer a legitimidade do governo da Polônia independente, estabelecendo relações diplomáticas em 26 de maio de 1920.

Em 1961, essas relações diplomáticas foram elevadas em nível de embaixadas. Hoje existem, além da Embaixada em Brasília, os consulados-gerais de Curitiba, do Rio de Janeiro e de São Paulo. Na América Latina, o Brasil é o primeiro parceiro da Polônia, tanto do ponto de vista político, quanto econômico.

Não bastassem os motivos históricos e econômicos, o legado cultural do povo polonês às tradições e costumes dos catarinenses está hoje indissolúvel no nosso cotidiano. Assim considero importante a lembrança da data nacional daquele país, instituindo o dia três de maio como o Dia Estadual da Imigração Polonesa no âmbito do estado de Santa Catarina.

E nós, como criador desta lei, indicamos que o dia 03 de maio seja considerado a data da imigração polonesa. Esse povo de fé, esse povo que lutou pela liberdade, um povo persistente, um povo sofrido.

Portanto, nossos parabéns à entidade polonesa."

Também gostaria de me reportar ao importante tema que hoje está vivendo Santa Catarina, que é o tema das ferrovias. E eu, como filho de ferroviário, não poderia deixar de fazer a nossa manifestação para que tenhamos a Ferrovia do Frango reperfilada através da antiga ferrovia Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Essa ferrovia sairia do projeto de Chapecó, Herval do Oeste, Caçador, Porto União, Mafra, Jaraguá do Sul, Joinville e o Porto de São Francisco.

Ora, a ferrovia é, sim, um tema importante para nós. Temos a certeza de que, juntamente com o nosso deputado estadual Darci de Matos, realizaremos, nobre deputado Maurício Eskudlark, no dia 7 de junho, uma importante audiência pública, com a presença do nosso ex-governador Luiz Henrique da Silveira, com a presença de deputados estaduais, dos senadores Paulo Bauer e Casildo Maldaner, enfim, pessoas que estão pensando em Santa Catarina, pensando no planalto norte também, pois nos foi tirada a ferrovia nos idos de 1970.

Foi falado aqui anteriormente, deputado Maurício Eskudlark, que tiraram a nossa ferrovia, uma ferrovia histórica. A Ferrovia do Contestado significa muito para nós, porque através dela transportávamos madeira, cereais. E lá em Iriênópolis até hoje existe lá a moega onde eram embarcados de seis a oito vagões de soja por dia.

Isso significa que temos potencial econômico para reativar essa importante rodovia. E mais, essa importante ferrovia não é uma ferrovia nova, é o reperfilamento que iremos fazer, e por quê? Porque já temos o leito pronto e não precisamos pedir licença ambiental. Nós temos, sim, a bitola diferente, ou seja, a bitola de um metro. E queremos a bitola de 1,60m. Queremos que os nossos produtos cheguem ao Porto de São Francisco,

cheguem ao Porto Itapoá e cheguem, sem dúvida nenhuma, com o crescimento e desenvolvimento das regiões que falamos. Na Ferrovia do Frango é muito mais fácil fazer 70 quilômetros de ferrovia, de São Francisco a Itajaí, fazendo parte já da Ferrovia Litorânea.

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ANTONIO AGUIAR - Com prazer concedo um aparte ao nobre deputado Maurício Eskudlark.

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - Quería agradecer pela oportunidade, deputado, e comungar desse pensamento de v.exa. com referência à ferrovia. E quero unir os dois pronunciamentos feitos, porque me lembro de quando com meu pai saía de Canoinhas para ir a Porto União, União da Vitória, de trem, já que ele era celeiro produzia os arreamentos e levava para vender no município de Porto União.

Então, naquela época já utilizávamos a ferrovia. E vejo que é muito importante aumentar a bitola para permitir maior capacidade de carga e maior velocidade dos trens, mas o leito já está feito, e a nova é importantíssima! Revitalizar ou reestruturar a existente é muito importante.

Parabenizo v.exa. que foi o autor da lei em homenagem aos poloneses. Penso que entre os 40 deputados da Assembleia eu seja o único descendente polonês.

Sou grato por essa homenagem, pela importância que os poloneses têm no desenvolvimento do nosso estado. Eu tenho na minha casa um relógio que o meu avô trouxe da Polônia. Mas o que quero é registrar o reconhecimento a v.exa. pela criação dessa homenagem aos poloneses. E também dizer que é muito importante a reativação da ferrovia no planalto norte catarinense.

O Sr. Deputado Darci de Matos - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Vou ceder um aparte a v.exa. que também é autor, com este deputado, do requerimento da grande audiência pública em Joinville, e um lutador pela nossa ferrovia.

O Sr. Deputado Darci de Matos - Eu desejo parabenizar v.exa. não só pelo pronunciamento, mas também pelas ações que v.exa. tem empreendido ao longo dos anos, sobretudo nesses últimos meses, defendendo de forma consistente e com dados o traçado da Ferrovia do Frango, passando pelas regiões de Caçador, Porto União, Canoinhas, Mafra, ligando ao Porto de São Francisco do Sul. Sem dúvida alguma, esse é o traçado ideal. Quem sabe até possamos, não em detrimento do traçado que liga o porto de Itajaí, Blumenau ao alto vale, mas esse traçado que acabei de colocar e que o deputado Antônio Aguiar tanto defende, que tem uma extensão de 250 quilômetros a menor.

Então, são quase R\$ 1 bilhão a menos que nós vamos gastar na implantação dessa ferrovia. E com um braço a Ferroeste, que vai do porto de Paranaguá a Cascavel e a Amaral, em Mato Grosso, pode interligar esses três estados. Então, essa ferrovia, além de ser mais barata, vai trazer grãos do meio-oeste para o único porto graneleiro de Santa Catarina, que é o Porto de São Francisco, o que irá desenvolver aquela região de menor IDH de Santa Catarina, que é a região de Canoinhas, a região do Contestado.

Portanto, eu e o deputado Antônio Aguiar protocolamos o pedido dessa audiência pública em Joinville e vamos mobilizar prefeitos, senadores, autoridades políticas, empresariais, da sociedade civil organizada, para debatermos efetivamente esse traçado que é muito importante para o desenvolvimento da economia de Santa Catarina.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Obrigado pelo apoio dessa grande audiência pública que se realizará no próximo dia 7 de junho. Temos a certeza de que os deputados Kennedy Nunes e Nilson Gonçalves farão fileiras conosco para que essa grande ferrovia saia do papel.

Quero explicar aos catarinenses que essa ferrovia já existe, pois já tem o leito pronto e não precisa mais de licença ambiental, porque para isso levam três anos, quatro anos. Então, temos que aproveitar o leito já existente para fazer com que o transporte ferroviário seja feito pelo planalto norte, saindo de Chapecó, Herval do Oeste, Caçador, Porto União, Mafra até Joinville, com a certeza de desembarcar no Porto de São Francisco do Sul. E por que não fazer também de São Francisco do Sul a Itajaí, uma ferrovia de 70 quilômetros, pois Itajaí também será beneficiada.

Portanto, essa ferrovia que nós falamos aqui é mais barata, vai ser construída em menos tempo, já tem o leito ferroviário e achamos que, sim, é a primeira viabilidade do governo federal em termos de ferrovia para Santa Catarina.

Queremos, também, a ferrovia que passa pela cidade de Blumenau da deputada Ana Paula Lima, queremos. Mas queremos que o planalto norte que é menos desenvolvido tenha prioridade nessa ferrovia, por motivos econômicos e óbvios.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSD.

Com a palavra o sr. deputado Darci de Matos, por até 14 minutos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Muito obrigado, sr. presidente.

Srs. deputados, sras. deputadas, telespectadores da TVAL e ouvintes da Rádio AleSC Digital, vou fazer o meu pronunciamento no horário do meu partido para falar um pouquinho da nova lei dos portos, mas sem dúvida alguma não poderia deixar de lincar essa minha posição à questão da importância fundamental de investimentos urgentes no sistema de ferrovias de Santa Catarina e do Brasil.

Sem dúvida alguma, deputado Kennedy Nunes, o Brasil, apesar dos pesares, em 2020 poderá ser a quinta economia mundial. Eu diria que nós estamos ganhando o jogo, deputado Antonio Aguiar, por 1 x 0 em termos econômicos, de crescimento do país, mas no meu entendimento poderíamos estar ganhando de goleada, de 5, 6, 7 a zero.

Nós temos a crise americana, asiática e a europeia. E o Brasil tem conseguido, por uma série de fatores, passar praticamente ao largo dessas crises. Mas poderíamos aproveitar esse bom momento no contexto internacional econômico para dar um salto de crescimento. O nosso PIB de 1%, deputado Antonio Aguiar, poderia ter sido 3%, 4%, 5% ou 6%. Nós estamos com a inflação na casa dos 5%, 5,5% ou 6%, e isso nos preocupa muito. Assim, isso significa dizer que, apesar dos esforços da presidente Dilma Rousseff, que tem sido generosa com Santa Catarina, o Brasil poderá estar perdendo uma grande oportunidade de dar esse salto de crescimento e de qualidade de vida nessa última década.

Também sabemos, deputado Antonio Aguiar, v.exa. que tem tratado desse tema, que temos alguns gargalos, problemas, deputado Sandro Silva, que impedem esse crescimento desejado, que não acontece, do nosso país. Por exemplo: a excessiva carga tributária, a lentidão nos processos judiciais da nossa

Justiça que é muito lenta e onerosa, a questão ambiental, pois é muito difícil você conseguir aprovar um grande projeto, como aconteceu aqui em Florianópolis, quando houve a possibilidade de investimento do empresário Eike Batista, que no final das contas acabou passando a perna em todos nós. E o principal gargalo, deputada Ana Paula Lima, sem dúvida alguma, como disse, apesar dos esforços da presidente Dilma Rousseff, que impede o crescimento do Brasil e que poderíamos estar muito melhor nessas últimas décadas é, deputado Kennedy Nunes, a falta de infraestrutura, de energia, de rodovias e, sobretudo, de aeroportos que agora foram privatizados, felizmente, de portos e ferrovias.

Deputado Dirceu Dresch, esse é o grande problema. E não estamos aqui para buscar culpados, porque também estivemos no governo federal durante oito anos. E essa questão de infraestrutura não se resolve em dois anos, três anos, quatro anos, cinco anos. Eu diria que isso é uma deficiência dos últimos governos, inclusive do governo do meu partido. E faço aqui um *mea culpa*.

Dito isso, quero dizer que acompanhamos atentamente o esforço da presidente Dilma Rousseff, o esforço da nossa ministra Ideli Salvatti, o esforço do governo, para mobilizar o Congresso Nacional, para aprovar a nova lei dos portos. Uma lei necessária, importante, fundamental, que efetivamente dá uma adequação à nossa legislação, para que os nossos portos possam ser mais eficientes, mais baratos, mais racionais, que dá a possibilidade, deputada Ana Paula Lima, de a iniciativa privada investir recursos nos portos do nosso país, porque não temos recursos públicos. E aí a revista *Veja* trouxe uma matéria dos dados. E estampa das filas do porto de Paranaguá, de 79 quilômetros, do porto de São Paulo, de 400 quilômetros, do litoral do Paraná, de 103 quilômetros. Quer dizer, é um absurdo. Não estou dizendo que isso é uma deficiência somente do governo Lula e do governo Dilma. É também do nosso governo, que não fez aquilo que deveria ser feito. Mas sem essa lei, sem dúvida alguma, não teríamos condições nenhuma de transformar o nosso país num país competitivo.

Deputado Moacir Sopelsa, eu estava lendo um artigo, e o articulista colocou muito bem. Coube ao ex-presidente Fernando Henrique Cardoso dar estabilidade econômica ao país. E isso ninguém pode tirar do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso. Isso é inegável. Coube ao ex-presidente Lula as ações efetivas com o social, com as pessoas pobres, com as pessoas menos favorecidas deste país. Ele, efetivamente, implantou políticas públicas para resgatar a dignidade, a cidadania de milhares e milhões de famílias brasileiras. Esse é outro legado que ninguém pode tirar do ex-presidente Lula. Agora, esperamos o que da presidente Dilma Rousseff? Esperamos, como disse o articulista, que ela possa preparar o nosso país nesses quatro anos. E quem sabe e possivelmente estaremos juntos com a presidente Dilma Rousseff nos próximos quatro anos da próxima gestão, para preparar o Brasil e deixar o legado para que o país possa ser um país competitivo.

Esperamos o legado da competitividade, que o país possa estar preparado na sua legislação ambiental, no campo judiciário, no campo tributário, no campo da infraestrutura, para receber os grandes investimentos internacionais, porque o Brasil é a bola da vez. Nós estamos sendo percebidos pelo mundo inteiro.

Eu estive há um ano e meio na Espanha, e os jovens espanhóis me diziam: deputado, nós queremos ir para o Brasil,

porque o Brasil está crescendo, porque o Brasil está se transformando em uma potência mundial. Lá vamos ter a Jornada Mundial da Juventude, a Copa do Mundo, as Olimpíadas.

Então, precisamos efetivamente aproveitar essa onda positiva, esse cenário positivo, para que o Brasil possa ser um país competitivo. E essa, no meu entendimento, e estou roubando aqui a tese do articulista, é a tarefa da presidente Dilma Rousseff, ou seja, tornar o Brasil um país competitivo.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Pois não!

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Sr. deputado, v.exa. está empolgado em falar do nosso querido país, no qual todos têm uma parte de responsabilidade de conduzi-lo e construí-lo, ou seja, todos os brasileiros afinal que estão trabalhando, lutando e que acreditam no nosso país.

Mas quero ressaltar que temos no nosso país eleições a cada quatro anos para prefeito, governador ou presidente. E infelizmente grande parte dos nossos governantes olham para esses quatro anos e pensam um projeto para quatro anos e isso é muito pouco. A grande diferença do presidente Lula foi olhar para o Brasil por 50 ou 60 anos, na questão da educação, das políticas sociais e também na questão da infraestrutura.

Que bom que temos filas nos portos, e antes não tínhamos, isso é sinal que estamos crescendo. Agora, o país também não tem as mínimas condições de crescer 7% ou 8% ao ano, porque estoura a infraestrutura de aeroportos, portos, rodovias, não temos ferrovias. Então, precisamos crescer sustentavelmente. De forma lenta, com segurança e preparar de fato a infraestrutura e aí não tenho problemas em dizer que sou contra a privatização, mas também concordo que precisa haver concessões, pois há serviços centrais que não podem ser

Da iniciativa privada, tem que ser público, o estado tem que dirigir. Pode se fazer concessões, mas não podemos vender o patrimônio público do país.

Concordo, portanto, com boa parte da intervenção de v.exa.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Nós, liderados pelo nosso grande governador Raimundo Colombo vamos ajudar a presidente Dilma a conquistar esse outro mandato para que ela possa transformar o Brasil num país competitivo.

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Pois não!

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - Concordo com v.exa. e com o deputado Dirceu Dresch. O PMDB já é governo, mas temos certeza de que a presidente Dilma fará, sim, diferença em Santa Catarina.

Eu, como médico, tenho que defender a classe médica, mas em termos de crescimento e de desenvolvimento v.exa. foi perfeito, deputado Darcy de Matos, em abordar o tema e citar os entraves que existem no crescimento e desenvolvimento do nosso estado e do país.

Quero ainda parabenizar v.exa. por essa grande audiência pública em Joinville, juntamente com o deputado Sandro Silva. Estaremos lá no dia 07 de junho as 16h com o nosso senador Luiz Henrique da Silveira, com deputados federais, estaduais e outros senadores para fazermos um grande debate sobre ferrovia.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Vamos fazer esse grande evento na maior cidade de Santa Catarina, reunindo inúmeras

autoridades, porque o transporte ferroviário é da maior importância. Transportamos apenas 5% da nossa economia via ferroviária, enquanto que países desenvolvidos transportam até 45 ou 50%.

Acho que somos o único país que nas últimas décadas diminuímos a nossa malha ferroviária. Nós tínhamos ligação ferroviária para o alto Vale, para Rio do Sul, que foi absurdamente desativada. Então, é o momento da retomada!

Temos também a perspectiva da ferrovia litorânea, mas existe alguns questionamentos da importância dessa ferrovia litorânea, pois qual a intenção do porto de Itajaí, por exemplo, mandar carga para o porto de Imbituba e vice-versa.

Isso tem que ser rediscutido, mas é uma ação importante do governo federal, que espero que faça a ferrovia litorânea, esperamos também que conclua a BR-101 e que dê o pontapé inicial na fazer essas duas grandes obras nesse governo, ela fará na gestão seguinte, se Deus quiser.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Ainda dentro do horário destinado aos Partidos Políticos, os próximos minutos pertencem ao Partido dos Trabalhadores.

Com a palavra a sra. deputada Ana Paula Lima, por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Boa-tarde, sr. presidente, srs. parlamentares, pessoas que nos acompanham pela TVAL e pela Rádio AleSC Digital.

Tenho uma série de assuntos a tratar, sr. presidente, há muitas provocações, mas como líder da bancada do Partido dos Trabalhadores, temos compromissos e, sendo assim, preciso ater-me a alguns assuntos, na defesa, sim, do governo da presidente Dilma Rousseff, porque é um governo diferenciado, assim como foi o do presidente Lula, mencionados, inclusive, por deputados que não são do nosso partido e que entenderam que o Brasil durante esses dez anos do governo do PT, mudou significativamente, principalmente, a vida do povo brasileiro.

Mas vou abordar um assunto que, tenho certeza, srs. deputados, tocará o coração de vocês, e os demais assuntos, como a Ferrovia do Frango e a vinda de médicos para o Brasil para atender a nossa gente mais carente, falarei num segundo momento.

Gostaria de anunciar, primeiramente, a boa-nova: Dilma Rousseff é a segunda mulher mais poderosa do mundo, conforme a revista *Forbes*, atrás apenas da chanceler alemã Angela Merkel.

Com certeza isso se deve a grande gestão do seu governo, à eficiência no seu trabalho na defesa das pessoas, nas ações que tem defendido, não penas no Brasil, dando exemplo para todo o mundo.

(Passa a ler.)

"Gostaria de registrar, sr. presidente, que há coisas na vida que precisamos ter pressa, que são urgentes. Falo das coisas para as quais não pode existir espaço nem lugar para indiferença, acobertamento ou intolerância, falo de vida, de gente.

Senhoras e senhores, o que me traz à tribuna no dia de hoje é a minha indignação como mãe, mulher, esposa, cidadã, enfermeira e o meu mais profundo repúdio aos atos de abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes em nosso estado e em nosso país.

No dia 18 de maio tivemos um dia de reflexão para essas coisas que vêm acontecendo com muita frequência no estado de Santa Catarina, para construirmos um

mundo de paz, mais justo, com dignidade para todos, que, tenho certeza, sonhamos para os nossos filhos e netos. Queremos viver num mundo com dignidade no qual devemos ser firmes contra qualquer manifestação de violência, pois é difícil definir qual é a pior delas. Porém, quando falamos de atos praticados contra crianças e adolescentes, que não têm como se defender, é algo que mexe com o que há de mais humano entre nós, acredito, pois não se trata de algo civilizado, normal, mas que tem acontecido com as nossas crianças e adolescentes há várias décadas.

Com os avanços sociais que temos conquistado, hoje é possível termos alguma noção do quadro de verdadeiro horror que acontece dentro das casas, escondido, camuflado e dissimulado.

No último sábado, Dia Nacional de Luta Contra Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, alguns dados foram revelados sobre esse tipo de violência. Nem todos, mas alguns.

De acordo com os dados do Programa Sentinela Estadual, a cada mês cerca de 500 crianças e adolescentes sofrem abusos, o que significa a ocorrência, no estado de Santa Catarina, de 16 casos, diariamente. O mais assustador é saber que esses números não representam nem 10% dos casos. As autoridades judiciais acreditam que de 80 a 90% dos crimes não chegam a ser denunciados pelas famílias ou por crianças e adolescentes.

A nossa pergunta é a seguinte: por quais razões esses crimes não são denunciados e não temos as estatísticas reais no nosso estado?

Entendo que ainda vivemos sob a cultura do silêncio e medo. As nossas meninas e meninos sofrem calados, são molestados e violentados dentro de suas casas, onde deveriam ter carinho, amor, tranquilidade e segurança de poder brincar, estudar e ser acolhido pelos pais. E a maioria dos casos de violência sexual acontece dentro da casa dessas famílias. "E muitas delas são aliciadas para alimentar uma das mais perversas formas de comércio na atualidade, que é a prostituição infantil, infelizmente."

Ora, nem os animais fazem isso, senhoras e senhores. Até os animais têm cuidado com os seus filhotes. Abusar sexualmente de criança e adolescente não dá para ficar calado!

(Continua lendo.)

"Todas as pesquisas apontam que os abusos são praticados por parentes ou pessoas próximas à família. Por medo ou vergonha, a vítima geralmente silencia." Quando a criança é muito pequena, ela pensa que é até normal acontecer aquilo com ela. Mas ela se silencia também por medo de denunciar o seu agressor, que pode ser o pai, um parente, o irmão, o tio ou algum amigo da família. "Em muitos casos, a pouca idade não permite nem que a criança tenha a possibilidade de fazer a denúncia do que está ocorrendo com ela. É fundamental a atenção quando há uma mudança de comportamento que possa evidenciar esse tipo de violência."

E os pais, mães, principalmente, têm que estar atentos à mudança de comportamento dessa criança, assim como os amigos da família e os professores.

(Continua lendo.)

"Tenho destacado, srs. parlamentares, a importância de rompermos com o silêncio. Essa mudança cultural é de responsabilidade de todos nós. Como pretendemos ter uma sociedade mais saudável, com pessoas inteiras, tanto no corpo quanto na

mente, sem traumas, se não cuidamos das nossas crianças?"

Vivemos um mundo de violência. Vemos o que tem acontecido no nosso estado com a superlotação dos presídios, com as pessoas andando nas ruas buscando até, às vezes, a droga para sanar um problema que teve na sua infância, e que não teve a coragem ou o respaldo para ser atendido.

(Continua lendo.)

"São necessárias mudanças, srs. parlamentares, de posturas individuais, mas também ações coletivas. Os governos municipais, o governo estadual e o governo federal têm a obrigação de investir em políticas públicas que levem a informação, que previnam essa brutalidade. Os agressores também não podem ficar impunes" - porque se agridem uma criança, hoje, vão agredir muitas outras crianças, é só ter a oportunidade -, "reproduzindo os ataques a pessoas indefesas."

Há um estudo que mostra que a criança que foi agredida, abusada, pode ser a que estará cometendo também essa agressão futuramente.

(Continua lendo.)

"Entre as questões que eu levanto, está o fato de que, uma vez identificado o abuso, as vítimas, muitas vezes, são retiradas de suas casas e recolhidas em abrigos." Essa é uma discussão que temos que fazer, pois os abrigos no estado de Santa Catarina estão superlotados de crianças e adolescentes e, às vezes, são vítimas do abuso sexual. Elas são tiradas das suas casas e quem fica fora e impune é o agressor, srs. parlamentares, e isso nós não podemos defender.

(Continua lendo.)

"Todos os esforços para informar a população e coibir os atos de abuso são importantes e necessários."

Eu quero dar os parabéns ao Ministério Público de Santa Catarina, que na semana passada lançou a campanha "SE VOCÊ VIU, DENUNCIE". Através de campanhas como essa é possível divulgar cada vez mais o serviço de denúncia DISQUE 100. Esse serviço recebeu, em 2012, 40.799 denúncias em todo o país. É muita coisa. É muita criança sendo explorada sexualmente. É muita criança e adolescente vítimas do abuso sexual.

Em Santa Catarina, foram 1.135, que representa 2,48% do total das notificações. Estou falando as que foram notificadas, fora aquelas que não tiveram o direito de serem notificadas.

Mais uma vez, sras. e srs. parlamentares, é fundamental darmos um basta nesse tipo de violência que para mim é a mais perversa que tem.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O Sr. Deputado Darci de Matos - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Darci de Matos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, quero registrar com satisfação a presença do jornalista, radialista e empresário Lúcio Mauro, que dirige a Rádio *Clube de Joinville* e que faz um trabalho comprometido com a nossa comunidade. Sejam bem-vindos!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Gilmar Knaesel, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Obrigado, sr. presidente, deputado Padre Pedro Baldissera, que está presidindo a sessão, srs. deputadas e deputados, todos que acompanham a sessão através da TVAL e Rádio

Digital, também as pessoas presentes aqui no plenário, claro que já repercutiu pela imprensa nacional, mas sempre é importante ressaltar aqui no plenário e que fique registrado também nos anais da Casa, a grande convenção nacional do PSDB, realizada neste último final de semana, quando foi eleito o senador Aécio Neves para presidir o PSDB nacional, nos próximos dois anos.

Mais importante do que a eleição de Aécio Neves foi a reafirmação dos ideais tucanos, dos ideais da Social Democracia, liderada pelo nosso ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, pelo ex-governador, prefeito e candidato a presidente José Serra e tantas outras lideranças nacionais que estiveram presentes, todos caminhando para o mesmo sentido. O sentido de buscarmos um discurso único do partido, não apenas um discurso político, mas um discurso desenvolvimentista de trazer aos brasileiros novamente uma perspectiva sob o ponto de vista do desenvolvimento econômico e social, sustentável especialmente na questão da moralidade e da ética, e tantos outros pontos abordados na convenção nacional.

Diante disso, ficou o compromisso do partido também na sua reestruturação nos estados, especialmente também em nosso estado, onde a convenção foi postergada, adiada, mas no sentido de buscarmos o mesmo encaminhamento, ou seja, a reunificação das lideranças, a reunificação do discurso, da plataforma e com isso estarmos prontos para o grande embate nacional para o próximo ano, quando algumas questões, deputado Dóia Guglielmi, nosso líder, com certeza, serão debatidas.

Quanto à questão do discurso fácil, aqueles que hoje governam o nosso país e que esqueceram muito das suas causas e origens, a questão economia, que foi o PSDB o partido que quando esteve na Presidência da República conseguiu eliminar da vida dos brasileiros um dos maiores problemas tanto dos trabalhadores como dos empresários, enfim, da sociedade, que era a inflação.

Graças àquela política econômica desenvolvida naquele período, criou-se uma plataforma para que o país pudesse ter a estrutura, o desenvolvimento, mas lamentavelmente milhões e milhões de oportunidades ainda são perdidas. O país não consegue resolver problemas de infraestrutura, no que diz respeito a vários pontos que estrangulam o desenvolvimento econômico do nosso país. O PIB do país cresce a menos de 3% anualmente, enquanto outros países em iguais condições crescem 7%, 8% ao ano, e o nosso problema está principalmente em não conseguir resolver questões de infraestrutura.

O atual governo federal não consegue apresentar propostas, tanto na área dos portos quanto na área de rodovias, ferrovias, também em outras estruturas necessárias. Mas não é só questão econômica, temos também a questão do desenvolvimento social.

Se hoje o atual governo comemora a inclusão social de milhares e milhares de pessoas economicamente, também teve, lá no PSDB, o início dessa plataforma, através de várias ações que foram desenvolvidas não só neste apoio clientelista, apenas, poderíamos chamar assim, das bolsas de recursos apoio, mas especialmente na oportunidade de entrar no mercado de trabalho através da educação, através da melhoria da infraestrutura da educação.

Então, dentro desse discurso, vamos apresentar no ano que vem o senador Aécio Neves, governador de Minas Gerais, que por oito anos governou aquele estado e tem a sua capacidade de gestor já comprovada. Ele vai

ser o nosso candidato a presidente da República e com isso criar uma nova alternativa, uma nova esperança para aqueles brasileiros que já não acreditam mais neste populismo que está hoje instalado no governo federal.

Este governo se preocupa apenas na questão clientelista, na questão de fazer favores e em contrapartida ter apoios políticos. Está aí o grande número de ministérios, 29, se não me engano, que estão criados para atender à sua base política e com isso dividir favores.

Dentro disso, quero também, deputado Dóia, nosso líder, dizer que estamos avançando dentro desse pensamento interno. V.Exa., como nosso líder da bancada, tem debatido em muitos momentos, nas nossas reuniões de bancada, junto com os demais deputados, essa nova perspectiva para o projeto do ano que vem.

Estamos solidários, somos parceiros e acreditamos que essa proposta do PSDB, com aliados que possivelmente serão conquistados nessa proposta, mas aliados com clareza, sem ter que ter a política do toma lá dá cá e ser uma política autêntica, verdadeira para o nosso país... E aqui volto a ressaltar também, dentro desse entendimento, a nossa proposta.

Ainda, para aproveitar os três minutos que faltam, sr. presidente, volto a ressaltar, reforçar o convite que já fizemos, no dia de ontem, a todos os srs. deputados, da nossa jornada da semana que vem, na comissão do Orçamento Regionalizado, quando estaremos na região do oeste, meio-oeste de Santa Catarina, a começar pela cidade de Concórdia, onde os deputados Neodi Saretta e Moacir Sopelsa serão os anfitriões da audiência pública.

Deputado Ciro Roza, na segunda de manhã e à noite estaremos em Joaçaba. Depois, continuando o nosso roteiro na cidade do nosso vice-presidente, deputado Romildo Titon. Na terça-feira de manhã estaremos em Campos Novos; na terça-feira à noite, em Curitiba, na quarta-feira de manhã, em Videira, terminando o nosso roteiro em Caçador.

Por isso, mais uma vez quero reafirmar o nosso compromisso a todos os deputados estaduais que defendem esse modelo do Orçamento Regionalizado que há anos estamos defendendo. Agora é o momento importante da participação dos deputados, já que há uma grande mobilização por parte das lideranças locais, principalmente prefeitos, vereadores, vice-prefeitos e também presidentes de entidades que estão comparecendo em grande número às audiências públicas. Também a participação clara do deputado, não apenas do deputado da região, os deputados membros da comissão, mas todos os deputados estaduais, no sentido do fortalecimento das audiências públicas.

Então, era isso, sr. presidente. Agradeço o espaço, em nome do PSDB.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PP.

Na ausência de orador deste partido, o próximo horário pertence ao PCdoB.

Com a palavra a deputada Angela Albino, por até cinco minutos.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Sr. presidente, ocupo a tribuna hoje para noticiar aos parlamentares, aos que estão aqui na Casa e aos que assistem pela TVAL que, durante a primeira onda de ataques que Santa Catarina viveu, ainda no ano passado, formulamos junto com a Câmara de Vereadores de Florianópolis, em particular com o vereador

Ricardo Vieira, a proposição de construir uma Frente Parlamentar de Combate à Violência em Santa Catarina.

Reavaliamos e achamos que era melhor esperar um momento de mais tranquilidade. Logo em seguida veio uma segunda onda de ataques, e novamente achamos que não era o momento, que não iria contribuir com os debates, se instalássemos a Frente Parlamentar.

Ao longo dos últimos meses, a Frente se desenvolveu, e temos a assinatura de 13 parlamentares desta Casa. A Câmara de Vereadores de Florianópolis, de São Bento do Sul, de Concórdia e de Campos Novos também estão subscrevendo a Frente Parlamentar que é mista. E fizemos o lançamento dessa frente na semana passada, com a proposição de debater o tema da prevenção e da segurança no estado de Santa Catarina, convidando entidades como o Instituto Vilson Groh para nos relatar a experiência exitosa que vive no combate à violência.

No entanto, esses últimos acontecimentos precipitaram para que essa Frente Parlamentar pudesse atuar imediatamente. Nós tínhamos programado uma reunião para o dia 27 de maio, na Câmara de Vereadores de Florianópolis, e antecipamos para hoje à tarde, numa reunião de emergência da Frente. À disposição estavam presentes os deputados Darci de Matos, Jailson Lima, Neodi Saretta e Dirce Heiderscheidt, para nós amanhã, às 14h, fazermos uma inspeção no presídio de São Pedro.

Os acontecimentos que têm sido noticiados nos últimos dias exigem de nós, senhores, uma posição muito firme para que não vejamos acontecer uma terceira onda de violência em Santa Catarina. Não é coincidência a queima do ônibus, ser alvejada a Câmara de Vereadores de Itajaí. Pelo menos esses dois acontecimentos seguem o mesmo padrão das outras ondas de ataque, e nós precisamos ter uma ação protagonista, aqui, da Assembleia Legislativa, junto com a Câmara de Vereadores, não no sentido de fulanizar o debate, não no sentido meramente de apontar as dificuldades, mas de propor soluções.

O que se está vendo é que os presos acharam um canal vitorioso para falar com a população, que são os ônibus queimados, o terror nas ruas. Não podemos permitir que isso aconteça; nós precisamos agora estabelecer o diálogo, e a Frente Parlamentar está disposta a fazer esse papel.

Na terça-feira, na manhã de ontem, portanto, fizemos uma audiência que foi proposta pelo deputado Padre Pedro Baldissera, no âmbito da comissão de Legislação Participativa, a qual presido, pedindo ao governo do estado para que possa instalar, em Santa Catarina, o Conselho Estadual de Direitos Humanos, pois uma tarefa como essa poderia ser cumprida por esse conselho. Uma medida de baixo impacto orçamentário, pois o conselho não precisa de uma grande estrutura, apenas de condições para desenvolver minimamente o seu trabalho.

Nós poderíamos ter, na presença do conselho, que é plural, que tem participação da sociedade civil, que tem participação de governo e de quem se interessa pelo assunto, esse diálogo via Conselho Estadual de Direitos Humanos. É o apelo que se faz inclusive ao governador, para que pense com carinho nessa possibilidade de fazermos aqui em Santa Catarina.

Com a exceção de três estados do país, todos os outros têm esse conselho, que dá acesso à verba federal para o programa e para ações de prevenção à violência. Isso é muito importante para nós, e o governador

pode imediatamente mandar construir o nosso Conselho Estadual de Direitos Humanos. Mas enquanto ele não vem, a Frente Parlamentar vai ser esse espaço de discussão, vai ser esse espaço de interlocução, vai ser esse espaço de debate. E amanhã às 14h sairemos da Assembleia Legislativa para fazer uma inspeção lá no presídio de São Pedro de Alcântara. Até convidado todos os parlamentares da Casa para que possam nos acompanhar.

Considere uma experiência que vivi com a deputada Ana Paula Lima, com o deputado Volnei Morastoni, de inspeção, *in loco*, no Hospital Infantil Joana de Gusmão, uma ação muito positiva e uma ação que nos permite atuar com base efetiva na realidade, no efetivo cenário onde acontece o problema. E tenho certeza de que foi parte integrante das soluções que o Hospital Infantil tem atravessado nos últimos dias.

Portanto, considero que o papel parlamentar de ir tratar direto com o problema é um papel que ajuda muito a construir soluções. Não queremos fulanizar debate, queremos propor soluções, ser parceiro do governo do estado, porque se não conseguirmos implementar essas políticas por necessidades orçamentárias, é nossa corresponsabilidade também buscar, ajudar o estado a ter acesso ao que precisa.

Portanto, amanhã às 14h faremos essa inspeção no...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Ainda dentro do horário dos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PP.

(O partido desiste.)

Portanto, passaremos à Ordem do Dia.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0344/2012, de autoria do deputado José Nei Ascari e do deputado Carlos Chiodini, que institui a Política Estadual de Proteção dos Direitos da Pessoa com Tratamento do Espectro Autista.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Direitos e Garantias Fundamentais, de Amparo à Família e à Mulher e de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permanecem como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0356/2012, de autoria do deputado Serafim Venzon, que institui a Semana de Conscientização do Uso de Fontes de Energia Limpa, no estado de Santa Catarina.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Economia, Ciência, Tecnologia, Minas e Energia.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permanecem como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0395/2012, de autoria do deputado Aldo Schneider, que institui o Dia Estadual do Rio Itajaí-Açu, no estado de Santa Catarina.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Turismo e Meio Ambiente.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Resolução n. 0009/2012, de autoria da deputada Angela Albino, que dispõe sobre a obrigatoriedade do uso de sacos de lixo biodegradáveis pela Assembleia Legislativa e adota providências correlatas.

Ao presente projeto foi apresentada emenda substitutiva global.

Conta com parecer favorável da Comissão de Justiça.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0040/2013, de autoria do deputado Nilson Gonçalves.

Este projeto será retirado de pauta porque o autor não está na sessão.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0161/2012, de autoria do deputado Dado Cherem, que dispõe sobre os direitos da pessoa portadora de seqüela grave advinda de queimaduras e adota outras providências.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Direitos e Garantias Fundamentais, de Amparo à Família e à Mulher e de Saúde.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro do Projeto de Lei n. 0361/2011, de autoria do deputado Jailson Lima, que proíbe no estado de Santa Catarina a venda, a oferta, o fornecimento, a entrega e a permissão de consumo de bebida alcoólica, ainda que gratuitamente, aos menores de 18 anos de idade e adota outras providências.

Ao projeto foi apresentada uma emenda substitutiva global.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação, e de Direitos e Garantias Fundamentais de Amparo à Família e à Mulher.

Em discussão.

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0409/2011, de autoria do deputado Sargento Amauri Soares, que dá nova redação ao art. 1º, da Lei nº 10.361, de 1997, que disciplina o funcionamento de clubes, academias e outros estabelecimentos que ministrem aulas ou treinos de ginástica, dança, artes marciais, esportes e demais atividades físico-desportivo-recreativas.

Ao projeto foi apresentada uma emenda substitutiva global.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Educação, Cultura e Desporto.

Em discussão.

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno o Projeto de Lei n. 0490/2011, de autoria da deputada Dirce Heiderscheidt, que institui o mês Outubro Rosa dedicado a ações preventivas à integridade da saúde da mulher.

Ao projeto foi apresentada uma emenda substitutiva global.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Direitos e Garantias Fundamentais de Amparo à Família e à Mulher e da de Saúde.

Em discussão.

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação do Projeto de Lei n. 0061/2013, de procedência do governo do estado, que dispõe sobre a aplicação do regime diferenciado de contratações públicas (RDC) ao Programa Pacto por Santa Catarina (Pacto).

Ao projeto foi apresentada uma emenda substitutiva global nas páginas 34.

Conta com parecer favorável das comissões de Justiça, Finanças e Trabalho.

Em discussão.

O Sr. Deputado Aldo Schneider - Peço a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra o líder do governo, Aldo Schneider.

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Sr. presidente, hoje fizemos uma maratona junto às comissões de Finanças, de Justiça e a de Serviços Públicos, para que pudéssemos arredondar o projeto de regime diferenciado de contratação.

Houve um entendimento por parte de todos os partidos que compõem essas comissões. E hoje com a aprovação dessa lei o governo estará a partir deste momento a fazer a contratação das obras que fazem parte do programa Pacto por Santa Catarina.

Então, quero aqui agradecer a todos os srs. deputados que de forma muito gentil compreenderam a necessidade de o governo fazer essa votação que é de interesse de toda Santa Catarina.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Continua em discussão.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Peço a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra o sr. deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Eu, pela manhã, na reunião extraordinária da CCJ, fiz um comentário que a nossa bancada, o nosso partido, tem contribuído muito na articulação da vinda de recursos para o nosso estado, a busca de recursos e investimentos de recursos para Santa Catarina junto ao governo federal. Essa lei segue uma linha de obras em nível nacional do Pacto.

Então, concordamos com a aprovação desse regime diferenciado de contratação e fizemos uma emenda, pois é importante essa

casa acompanhar as obras que têm recursos nesse regime diferenciado. Por isso, a nossa bancada vota favorável a esse projeto, juntamente com a emenda.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A Sra. Deputada Ana Paula Lima (Intervindo) - Sr. presidente, temos quórum qualificado para essa votação?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Estamos tentando arrebancar os deputados que estão do lado de fora, para ver se dá os 21 deputados.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Vamos colocar no painel sr. presidente?

Esse projeto, como falou o deputado Dirceu Dresch, recebeu uma emenda da bancada do PT assinada por mim e pelo referido deputado, em que o governo do estado tem a obrigação de encaminhar para esta Casa todas as obras que serão contempladas com esse recurso.

Então, acho que nada mais justo do que o Parlamento catarinense acompanhar essas obras e que nós possamos também divulgar para todos os catarinenses onde está sendo executado e colocado o dinheiro público.

Então, agradecemos o acatamento dessa emenda feita pela bancada do PT. E dizemos aos parlamentares que estaremos, sim, averiguando, fiscalizando todas as obras realizadas com recursos que vêm do governo federal.

Muito obrigada!

O Sr. Deputado Darci de Matos - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Darci de Matos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, tenho conhecimento de que, com a permissão do deputado Aldo Schneider, líder do governo, as duas emendas do PT foram acatadas. E pedimos, fazemos um apelo à bancada do PT que apoie, vote esse projeto, porque o mesmo é similar ao do governo federal, que dá celeridade às obras do Pacto por Santa Catarina tanto quanto o PAC nacional.

O Sr. Deputado Aldo Schneider - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Aldo Schneider.

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Com relação à manifestação dos eminentes deputados Dirceu Dresch e Ana Paula Lima, com certeza a emenda proposta pela bancada do PT esclarece não só à sociedade catarinense, mas em especial ao Parlamento catarinense todas as ações do governo do estado.

Foi feito um acordo entre o governo, através da Casa Civil, para que nós acatássemos tanto uma emenda do deputado Jean Kuhlmann quanto da deputada Ana Paula Lima e do deputado Dirceu Dresch.

Portanto, todo esse projeto que está agora, neste momento, sob a condição de votação foi amplamente discutido nas três comissões, com o aval unânime dos srs. deputados. E aproveito, antes de concluir o meu tempo, sr. presidente, para solicitar aos nossos colegas deputados que adentrem ao plenário para que possamos ter o quórum necessário para votação desse projeto, que é de urgência para o governo.

Portanto, solicito aos srs. deputados e às sras. deputadas que adentrem ao plenário para haver o quórum necessário para a votação.

O Sr. Deputado Neodi Saretta - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Neodi Saretta.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente e srs. deputados, o que está se debatendo aqui é importante, porque há uma necessidade de que essas obras sejam executadas. Há uma cobrança de Santa Catarina de que efetivamente essas obras sejam executadas com a maior celeridade possível.

Agora, a maior celeridade também não pode deixar de lado os procedimentos que têm que se adotar, especialmente na contratação. Por isso a forma genérica como estava quando o projeto de lei veio a esta Casa, uma forma muito aberta. Agora, com as emendas, e quero parabenizar também o trabalho do líder do governo, deputado Aldo Schneider, que soube compreender e fazer articulação disso, pois pelo menos teremos algum mecanismo de saber quais são as obras, que são aquelas relacionadas nas leis citadas nas emendas.

Esta Casa tem a obrigação de acompanhar isso de perto, e acho isso importante, pois a transparência é fundamental na execução dessas ações.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Pediria aos srs. deputados que se mantenham no plenário, muito embora esse projeto não dependa de quórum qualificado, mas de maioria simples, porém, temos um PLC do Ministério Público para votar, tendo em vista que na próxima semana, dadas as questões do Orçamento Regionalizado, esta Casa não terá sessão. Então, nós precisamos, pelo menos, limpar a pauta no dia de hoje. Por isso, peço o esforço dos srs. deputados para que permaneçam em plenário.

Continua em discussão.

(Pausa)

Não havendo mais quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado com o voto contrário do eminente deputado Sargento Amauri Soares.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0131, /2013, de autoria da deputada Angela Albino, que institui a Semana Catarinense de Conscientização do Bioma Mata Atlântica.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei Complementar n. 0010/2013, de procedência do Ministério Público, que cria promotorias de Justiça, cargos de promotor de Justiça e cargos de assistente de promotoria de Justiça na estrutura orgânica do Ministério Público do Estado de Santa Catarina e adota outras providências.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os deputados que votarem "sim" aprovam o projeto e os deputados que votarem "não" rejeitam o projeto.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER

sim

DEPUTADA ANA PAULA LIMA

sim

DEPUTADA ANGELA ALBINO

DEPUTADO ANTÔNIO GIUIAR

DEPUTADO CARLOS CHIODINI

DEPUTADO CIRO ROZA

DEPUTADO DADO CHEREM

DEPUTADO DARCI DE MATOS

DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT

DEPUTADO DIRCEU DRESCH

DEPUTADO DÓIA GUGLIELMI

DEPUTADO EDISON ANDRINO

DEPUTADO GELSON MERISIO

DEPUTADO GILMAR KNAESEL

DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS

DEPUTADO JAILSON LIMA

DEPUTADO JEAN KUHLMANN

DEPUTADO JOARES PONTICELLI

DEPUTADO JORGE TEIXEIRA

DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER

DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI

DEPUTADO KENNEDY NUNES

DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI

DEPUTADO MANOEL MOTA

DEPUTADO MARCOS VIEIRA

DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK

DEPUTADO MAURO DE NADAL

DEPUTADO MOACIR SOPELSA

DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO

DEPUTADO NEODI SARETTA

DEPUTADO NILSON GONÇALVES

DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA

DEPUTADO RENO CARAMORI

DEPUTADO ROMILDO TITON

DEPUTADO SANDRO SILVA

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES

DEPUTADO SERAFIM VENÇON

DEPUTADO SILVIO DREVECK

DEPUTADO VALMIR COMIN

DEPUTADO VOLNEI MORASTONI

Está encerrada a votação.

Temos 22 votos "sim".

Está aprovado o projeto.

O Sr. Deputado Darci de Matos - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Darci de Matos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, infelizmente temos a possibilidade de greve dos agentes prisionais de Santa Catarina. E o governo mandou para esta Casa um projeto de lei que reajusta o vencimento e trata do plano de carreira da segurança pública do sistema prisional de Santa Catarina.

A nossa proposição é que v.ex.a. suspenda a sessão por 15 minutos, para que possamos fazer uma reunião do colégio de líderes. E se houver um acordo, poderemos reunir as três comissões, analisarmos o projeto e aprovarmos o projeto e ainda apreciarmos o projeto em plenário no dia de hoje, dando serenidade a esse projeto que é um pleito, um sonho dos agentes prisionais e que poderá segurar essa possibilidade de greve no sistema prisional de Santa Catarina, porque seria uma catástrofe para o nosso estado.

O Sr. Deputado Aldo Schneider - Peço a palavra, pela ordem, Sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Aldo Schneider.

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Com relação à manifestação do eminente deputado Darci de Matos, nós temos que fazer aqui uma *mea culpa*, em relação ao tempo a partir do momento em que o governo acertou com os grevistas que até o dia 30 de maio estaria aprovado o projeto de reajuste dessa categoria.

Infelizmente o projeto por parte do governo só foi lido na sessão de ontem à tarde. Então, aqui o pedido de v.ex.a., se possível, ir aos nossos colegas deputados até para que se tenha quórum e a possibilidade de suspender a

sessão por dez minutos, para que possamos articular as comissões para a votação desse projeto de importância para a categoria dos agentes prisionais.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Peço a palavra, pela ordem, para uma questão de ordem, Sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, para uma questão de ordem, a sra. deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, não estamos em votação? Como é que vamos suspender a sessão, sr. presidente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Eu já vou responder à questão de ordem do deputado Darci de Matos, mas antes quero ouvir a deputada Angela Albino que está pedindo a palavra.

A Sra. Deputada Angela Albino - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Angela Albino.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Sr. presidente, hoje na reunião da frente parlamentar falamos exatamente sobre a necessidade de o governo enviar o projeto para esta Casa para evitar essa greve, porque o acordo era até o final do mês. Só alerto que o governo teve um mês para fazer isso, e nós teremos 15 minutos para analisar o projeto. Esse é um precedente perigoso que estamos fazendo em nome da segurança do nosso estado, da categoria dos agentes prisionais, mas estamos abrindo um precedente regimental da maior gravidade, porque o parlamentar que não veio a esta Casa hoje sequer sabe que estamos votando essa matéria.

Então, quero dizer vou consultar a representação dos agentes prisionais que estão aqui agora, e se eles concordarem com o projeto de lei, concordo também de vulnerarmos o Regimento desta Casa, pois é isso que estamos fazendo, apenas numa situação excepcionalíssima de um bem maior que é a segurança do nosso estado, que vive um momento delicado.

Mas quero registrar aqui a excepcionalidade dessa medida e a necessidade de o governo se organizar para trazer esse projeto aqui com as mínimas condições de debatermos e entendermos os desdobramentos da matéria que estamos votando.

O Sr. Deputado Darci de Matos - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Darci de Matos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, é óbvio que propusemos a suspensão da sessão, após a votação dos projetos que estão em curso.

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Kennedy Nunes.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Só quero lembrar, até para esclarecer à sociedade catarinense, que não vou defender o governo e que concordo que poderia ter mandado o projeto antes, mas vale lembrar que na semana passada não tivemos sessão nesta Casa por conta do Orçamento Regionalizado e que na semana que vem também não teremos sessão pelo mesmo motivo. Se não votarmos hoje esta matéria vamos criar um problema sério para o estado inteiro.

Então, é preciso ter essa sensibilidade. E conversei agora com os agentes, e eles disseram que é isso mesmo que eles

querem. Então, se eles estão dizendo que é isso que querem, o que custa aprovarmos para que o aumento já venha na próxima folha de pagamento?

A Sra. Deputado Angela Albino - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Angela Albino.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Sr. presidente, acabei de conversar com o Sintesp e os representantes dos agentes prisionais, e o projeto de lei reflete exatamente o acordo que foi construído com o governo do estado.

Então, neste sentido, como líder do PCdoB, vou concordar apenas desta vez vulnerarmos o Regimento Interno e fazer desta forma para podermos aprovar o projeto para beneficiar os agentes prisionais.

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Maurício Eskudlark.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, todos sabemos o que Santa Catarina está enfrentando na questão da segurança e o trabalho desenvolvido pelo governo. E a categoria dos agentes prisionais, uma das mais vulneráveis hoje, concordou com esse projeto.

Entendo que qualquer sacrifício que tenhamos que fazer na questão regimental compensa pelo que a sociedade catarinense espera para que nós, deputados, possamos participar da construção de uma melhor segurança pública para todo cidadão catarinense.

Então, conhecendo o trabalho, sendo da carreira da segurança público, pedimos isso aos demais colegas e a v.e.xa.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, não estou trazendo nenhuma posição da nossa bancada, porque a nossa líder é a deputada Ana Paula Lima. Mas não é assim, deputado Kennedy Nunes, ou seja, "o que custa aprovar esse projeto". Nós temos um Regimento nesta Casa a ser cumprido. Não é simplesmente uma questão de querer ou não! Estamos rasgando o Regimento!

O que me entristece é que estamos desde ontem aqui. Tivemos duas reuniões do CCJ, de ontem para cá. Então, não é porque na semana passada não tinha sessão e na semana que vem não vai ter. Foi de fato um lapso, isso tem que ficar claro, registrado, gravíssimo do governo do estado, de última hora, em regime de votação! Se terminar agora a votação, teremos que reabrir a votação depois, regimentalmente! E isso é um desrespeito com esse Parlamento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Muito bem! Respondendo à questão de ordem do eminente líder do governo e do vice-líder também, que fizeram a mesma proposição, esta Presidência não tem nenhuma objeção em posteriormente votar o segundo turno desses projetos, a redação final e, em seguida, suspendermos a sessão para que as lideranças tentem chegar a um acordo. Se isso acontecer, esta Presidência não se opõe em fazer essa votação no dia de hoje, mas, primeiramente, é preciso que haja um entendimento entre as lideranças e que as comissões assumam a responsabilidade do parecer, pois teria que haver uma tramitação dessa matéria.

Suspenderei a sessão agora para fazermos o segundo turno das votações, porque daqui a pouco o Plenário se esvaziará e acabaremos por não votando nada.

O Sr. Deputado Darci de Matos - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Darci de Matos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, apenas gostaria de dizer que precisamos observar o regimento, mas estamos

na iminência de uma greve em Santa Catarina e há um pedido dos agentes prisionais nesse sentido. Como não teremos sessão na semana que vem, a deputada Angela Albino se sensibilizou e concordou conosco. Por isso, faço um apelo à pessoa da deputada Ana Paula Lima, líder do PT, e ao deputado Sargento Amauri Soares, líder do PDT, que se sensibilizem para que possamos fazer esse acordo e atender ao pleito de Santa Catarina, sobretudo dos agentes prisionais que estão representados, neste momento, nesta Casa.

O Sr. Deputado Aldo Schneider - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Aldo Schneider.

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Sr. presidente, não quero ser redundante, mas gostaria de assumir aqui publicamente que o governo errou. Mas não podemos ficar na iminência de Santa Catarina voltar a ter esses ataques que já foram iniciados.

Conversamos há pouco com os representantes dos agentes prisionais de que no dia 28 de maio farão uma assembleia para definir se entrarão ou não em greve. Se o governo não fizer a sua parte até o dia 30 de maio, os representantes dessa categoria não terão como impedi-la. E obviamente todos nós sabemos o que isso representará para Santa Catarina.

Reconheço o erro do governo, mas solicito aos nossos líderes do PDT e do PT que deem um voto de confiança a Santa Catarina. E para tanto podem, inclusive, consultar os representantes dos agentes prisionais, que estão nesta Casa. Mas, por favor, revejam suas posições.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, extraordinária, para hoje às 16h33, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Esta encerrada a sessão.

# ATA DA 009ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA REALIZADA EM 22 DE MAIO DE 2013 PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JOARES PONTICELLI

Às 16:33h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Ana Paula Lima - Angela Albino - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Ciro Roza - Dado Cherm - Darci de Matos - Dirceu Dresch - Dóia Guglielmi - Edison Andriano - Gelson Merisio - Gilmar Knaesel - Ismael dos Santos - Jailson Lima - Joares Ponticelli - Jorge Teixeira - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Luciane Carminatti - Manoel Mota - Marcos Vieira - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Padre Pedro Baldissera - Reno Caramori - Romildo Titon - Sandro Silva - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Valmir Comin - Volnei Morastoni.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Passaremos à Ordem do Dia.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei Complementar n.

0010/2013, de procedência do Ministério Público, que cria Promotorias de Justiça, cargos de promotor de Justiça e cargos de assistente de promotoria de Justiça na estrutura orgânica do Ministério Público do Estado de Santa Catarina e adota outras providências.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que votarem "sim" aprovam a matéria e os que votarem "não" rejeitam-na.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER sim  
DEPUTADA ANA PAULA LIMA sim  
DEPUTADA ANGELA ALBINO sim

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR sim  
DEPUTADO CARLOS CHIODINI  
DEPUTADO CIRO ROZA sim  
DEPUTADO DADO CHEREM  
DEPUTADO DARCI DE MATOS sim  
DEPUTADA DIRCEU HEIDERSCHIEDT  
DEPUTADO DIRCEU DRESCH sim  
DEPUTADO DÓIA GUGLIELMI sim  
DEPUTADO EDISON ANDRIANO  
DEPUTADO GELSON MERISIO  
DEPUTADO GILMAR KNAESEL sim  
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS sim  
DEPUTADO JAILSON LIMA  
DEPUTADO JEAN KUHLMANN  
DEPUTADO JOARES PONTICELLI  
DEPUTADO JORGE TEIXEIRA sim  
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER sim  
DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI  
DEPUTADO KENNEDY NUNES sim  
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI  
DEPUTADO MANOEL MOTA sim  
DEPUTADO MARCOS VIEIRA sim  
DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK sim

DEPUTADO MAURO DE NADAL	sim	a permissão de consumo de bebida	Aprovado.
DEPUTADO MOACIR SOPELSA	sim	alcoólica, ainda que gratuitamente, aos	Discussão e votação em segundo
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO		menores de 18 (dezoito) anos de idade e	turno do Projeto de Lei n. 0490/2011, de
DEPUTADO NEODI SARETTA	sim	adota outras providências.	autoria da deputada Dirce Heiderscheidt, que
DEPUTADO NILSON GONÇALVES		Foi apensado a este o	institui o mês Outubro Rosa, dedicado a ações
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA		PL./0372.4/2011.	preventivas à integridade da saúde da mulher.
DEPUTADO RENO CARAMORI		Ao presente projeto foi apresentada	Ao presente projeto dói apresentada
DEPUTADO ROMILDO TITON	sim	uma emenda substitutiva global.	uma emenda substitutiva global.
DEPUTADO SANDRO SILVA	sim	Conta com parecer favorável da	Conta com parecer favorável da
DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES	sim	Comissão de Constituição e Justiça, de	Comissão de Constituição e Justiça, de Direitos
DEPUTADO SERAFIM VENZON		Finanças e Tributação e de Direitos e Garantias	e Garantias Fundamentais, de Amparo à Família
DEPUTADO SILVIO DREVECK		Fundamentais, de Amparo à Família e à Mulher.	e à Mulher e da Comissão de Saúde.
DEPUTADO VALMIR COMIN	sim	Em discussão.	Em discussão.
DEPUTADO VOLNEI MORASTONI		(Pausa)	(Pausa)
		Não havendo quem queira discutir,	Não havendo quem queira discutir,
		encerramos a sua discussão.	encerramos sua discussão.
		Em votação.	Em votação.
		Os srs. deputados que aprovam	Os srs. deputados que o aprovam
		permaneçam como se encontram.	permaneçam como se encontram.
		Aprovado.	Aprovado.
		Discussão e votação em segundo	Discussão e votação em segundo
		turno do Projeto de Lei n. 0409/2011, de	turno do Projeto de Lei n. 0131/2013, de
		autoria do deputado Sargento Amauri Soares,	autoria da deputada Angela Albino, que institui
		que dá nova redação ao art. 1º, da Lei nº	a semana catarinense da conscientização do
		10.361, de 1997, que disciplina o funciona-	Bioma Mata Atlântica.
		mento de clubes, academias e outros	Conta com parecer favorável da
		estabelecimentos que ministrem aulas ou	comissão de Constituição e Justiça e da
		treinos de ginástica, dança, artes marciais,	comissão de Turismo.
		esportes e demais atividades físico desportivo-	Em discussão.
		recreativas.	(Pausa)
		Ao presente projeto foi apresentada	Não havendo quem queira discutir,
		uma emenda substitutiva global.	encerramos sua discussão.
		Conta com parecer favorável da	Em votação.
		Comissão de Constituição e Justiça, de	Os srs. deputados que aprovam
		Educação, Cultura e Desporto.	permaneçam como se encontram.
		Em discussão.	Aprovado.
		(Pausa)	Srs. deputados, encerramos a
		Não havendo quem queira discutir,	presente sessão, convocando outra para as
		encerramos sua discussão.	16:35h.
		Em votação.	Está encerrada a presente sessão.
		Os srs. deputados que aprovam	
		permaneçam como se encontram.	

# ATA DA 010ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

## DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA

### REALIZADA EM 22 DE MAIO DE 2013

#### PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JOARES PONTICELLI

Às 16:35h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Ana Paula Lima - Angela Albino - Antônio Aguiar - Carlos Chioldini - Ciro Roza - Dado Cherem - Darci de Matos - Dirceu Dresch - Dóia Guglielmi - Edison Andriano - Gelson Merisio - Gilmar Knaesel - Ismael dos Santos - Jailson Lima - Joares Ponticelli - Jorge Teixeira - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Luciane Carminatti - Manoel Mota - Marcos Vieira - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Padre Pedro Baldissera - Reno Caramori - Romildo Titon - Sandro Silva - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Valmir Comin - Volnei Morastoni.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Sob a proteção de Deus declaro aberta a presente sessão extraordinária.

Passaremos à Ordem do Dia.

Faremos a votação da redação final conjuntamente dos seguintes Projetos de Lei: 0344/2012, 0356/2012, 0395/2012, 0061/2013, 0010/2013, 0161/2012, 0361/2011, 0409/2011; do Projeto de Resolução n. 0009/2012.

Não há emendas às redações finais.  
Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovadas.

Vamos fazer a votação dos requerimentos para depois suspendermos a sessão por 15 minutos.

Eu quero chamar a atenção dos srs. deputados, daqueles que estiverem de acordo sobre a votação do projeto que foi a grande discussão, que por gentileza não saiam do plenário, porque precisamos de 21 votos. Aquele que sair do plenário é porque não vai contribuir com a votação. Então, faço esse chamamento a todos os srs. parlamentares.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Sr. presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Sargento Amauri Soares.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Pelo que entendi, v.exa. anunciou que em seguida irá suspender por 15m. E foi aqui, na última fala do deputado Darci de Matos, citado duas vezes, que houve uma cobrança de postura deste parlamentar na condição de líder do PDT.

Quero dizer que o projeto chegou ontem na Assembleia Legislativa, e já havia demorado umas quatro semanas, porque essa negociação houve com o governo do estado. Mas que mesmo tendo chegado ontem, se houvesse uma articulação do governo, pelo menos teria sido avaliado na comissão de Constituição e Justiça, na manhã de ontem. Então, todo mundo cochilou até agora às 16h30m do dia que se pretende votar. Inclusive, o sindicato da categoria que estava aqui sequer falou com os deputados - comigo pelo menos não, e estou na Casa antes da sete da manhã -, pedindo que houvesse celeridade.

Evidentemente, sr. presidente, que não vamos obstruir, porque como servidor da Segurança Pública trabalhei 16 anos como policial militar, no sistema prisional, e conheço diversos agentes penitenciários. Respeito essa categoria profissional, sou amigo pessoal de alguns deles. Mas de fato está havendo aqui um atropelo por parte das instâncias. Mas é uma categoria profissional que tem o direito que merece.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Srs. deputados, quero comunicar aos srs. líderes, na pessoa do líder

do governo, deputado Aldo Schneider, que se v.exas. quiserem iniciar a reunião, coloco à disposição a sala da Presidência.

Vamos enumerar aqui os requerimentos, a grande maioria não precisa de quórum qualificado. E também temos alguns parlamentares para falar, portanto, os líderes poderiam se reunir enquanto isso.

Esta Presidência comunica que encaminhará aos destinatários as Indicações n.s: 0287/2013, de autoria do deputado Sílvio Dreveck; 0288/2013, de autoria do deputado Jean Kuhlmann; 0289/2013 e 0290/2013, de autoria do deputado Romildo Titon; 0291/2013, de autoria do deputado Darci de Matos; 0292/2013, de autoria do deputado Moacir Sopelsa; 0293/2013, de autoria da deputada Ana Paula Lima; 0294/2013, de autoria do deputado Aldo Schneider; 0295/2013, de autoria do deputado Jailson Lima; 0296/2013, 0297/2013, 0298/2013 e 0299/2013, de autoria do deputado Dirceu Dresch; 0300/2013, de autoria da deputada Ana Paula Lima; 0301/2013, 0302/2013 e 0303/2013, de autoria da deputada Luciane Carminatti; 0304/2013, de autoria do deputado Ismael dos Santos; 0305/2013, de autoria do deputado José Nei Ascari.

Comunica também que defere de plano os Requerimentos n.s: 0471/2013, 0472/2013, 0473/2013, 0474/2013, 0475/2013, 0476/2013, 0477/2013, 0478/2013, 0479/2013, 0486/2013, 0487/2013, 0488/2013, 0489/2013, 0490/2013, 0528/2013, 0529/2013, 0530/2013, 0531/2013, 0532/2013, 0533/2013, 0534/2013, 0535/2013, 0536/2013, 0537/2013, 0538/2013, 0539/2013, 0540/2013, 0541/2013, 0542/2013, 0543/2013, 0544/2013, 0549/2013, 0550/2013, 0551/2013, 0552/2013, 0553/2013, 0554/2013, 0555/2013, 0556/2013, 0557/2013, 0558/2013, 0559/2013 e 0560/2013, de autoria do deputado Carlos Chiadini; 0480/2013, de autoria da deputada Dirce Heiderscheidt; 0482/2013, de autoria do deputado Reno Caramori; 0483/2013 e 0495/2013, de autoria do deputado Jean Kuhlmann; 0484/2013 e 0485/2013, de autoria do deputado Kennedy Nunes; 0491/2013, de autoria do deputado José Milton Scheffer; 0492/2013 e 0493/2013 e 0494/2013, de autoria do deputado Aldo Schneider; 0496/2013, de autoria do deputado Nilson Gonçalves; 0497/2013, 0518/2013 e 0519/2013, de autoria do deputado Pedro Baldissera; 0498/201 e 0512/2013, de autoria do deputado Marcos Vieira; 0505/2013, de autoria do deputado Ciro Roza; 0506/2013, 0507/2013, de autoria do deputado José Milton Scheffer; 0508/2013, de autoria do deputado Edison Andrino; 0509/2013; 0509/2013, 0514/2013, 0515/2013, de autoria do deputado Dirceu Dresch; 0499/2013, de autoria do deputado Ismael dos Santos; 0500/2013, 0501/2013, 0502/2013 e 0503/2013, de autoria do deputado Maurício Eskudlark; 0504/2013, de autoria do deputado Dóia Guglielmi; 0510/2013 e 0511/2013, de autoria do deputado Kennedy Nunes; 0513/2013, de autoria do deputado Narcizo Parisotto; 0516/2013, de autoria da deputada Luciane Carminatti; 0517/2013, de autoria da deputada Angela Albino; 0520/2013, 0521/2013, 0522/2013 e 0523/2013, 0525/2013, 0526/2013, 0527/2013, 0545/2013 e 0546/2013, de autoria do deputado Antonio Aguiar; 0524/2013, de autoria do deputado Neodi Saretta; 0547/2013 e 0548/2013, de autoria do deputado Jean Kuhlmann.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, queria propor a retirada do requerimento do deputado Antonio Aguiar, que diz respeito à vinda de médicos ao Brasil, e o da bancada do PP, pois queremos fazer um debate sobre o assunto contido nesses requerimentos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Enquanto a assessoria localiza esses requerimentos, continuaremos a votação do restante da pauta da Ordem do Dia, depois atenderei ao seu pedido.

Requerimento n. 0481/2013, de autoria do deputado Altair Guidi, que solicita aos gerentes das empresas Tim, Claro, Vivo e Oi a instalação de um posto telefônico e expansão de rede de telefonia móvel nas comunidades de Fragosos, Bateias de Baixo e Bateias de Cima, no município de Campo Alegre.

Obs.: requerimento datado em 16/04/13 e apresentado no dia 14/05/13.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Moção n. 0038/2013, de autoria do deputado Sílvio Dreveck, solicitando ao Fórum Parlamentar Catarinense no Congresso Nacional que interceda junto ao Contran no sentido de rever as Portarias 429 e 434, que determinam o emplacamento de máquinas e implementos agrícolas fabricados a partir de janeiro do corrente ano.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0039/2013, de autoria do deputado Sílvio Dreveck e outros, solicitando ao coordenador do Fórum Parlamentar Catarinense no Congresso Nacional urgência nas tratativas com o ministério dos Transportes, no sentido de agilizar o processo de federalização da rodovia BR-280, trecho entre Canoinhas e Porto União, em Santa Catarina.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

As moções de n.s 0040/2013 e 0048/2013 foram retiradas de pauta a pedido de vários srs. deputados.

Moção n. 0041/2013, de autoria do deputado Dirceu Dresch, manifestando preocupação e apelando aos presidentes do Senado e da Câmara dos Deputados e demais autoridades pela aprovação com urgência da Medida Provisória n. 605, que altera a lei n. 10.438, de 26 de abril de 2002, na parte que cria a conta de desenvolvimento energético e estabelece seus objetivos.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Pedido de Informação n. 0051/2013, de autoria do deputado Dirceu Dresch, solicitando aos secretários de estado da Fazenda, da Educação, da Agricultura e da Pesca informações sobre o funcionamento e continuidade do Programa Nacional de Alimentação Escolar.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de informação n. 0052/2013, de autoria do Padre Pedro Baldissera, solicitando ao secretário de estado da Saúde informações sobre a adoção de medidas para o cumprimento da Lei n. 15.540, de 31 de agosto de 2011, que institui a Semana Estadual de Incentivo e de Valorização dos Doadores de Sangue e de Medula Óssea.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Finda a pauta da Ordem do Dia, passaremos à Explicação Pessoal.

Srs. deputados presentes, se concordarem, enquanto os líderes tomam a decisão, os deputados que estão inscritos poderão usar da palavra.

(Os deputados aquiescem.)

Havendo concordância, inscrito o deputado Maurício Eskudlark, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, srs. deputados, público que nos acompanha pela TVAL e os ouvintes da Rádio Alesc Digital, acho muito importante a votação desse projeto, porque esse PLC homologa uma conversação, um diálogo ocorrido entre o governo do estado, os agentes prisionais e o sistema socioeducativo, pois concede uma gratificação valorizando especialmente aqueles servidores que estão atuando na linha de frente, mais próximos do problema, vulneráveis, que têm recebido ameaças, assim como suas famílias, e que têm que ser valorizados.

Infelizmente, precisamos fazer uma valorização rápida e urgente de todo o sistema de segurança pública. E esse entendimento que ocorreu entre os agentes prisionais e agentes socioeducativos deve ser homologado pela Assembleia Legislativa, na aprovação dessa lei complementar. Mas acredito que os srs. líderes terão a sabedoria necessária para entender a importância desse projeto e que precisamos, muitas vezes, não desrespeitar, mas agilizar o Regimento para que o objetivo final, que é o bem-estar da população de Santa Catarina, seja atendido.

Peguei o assunto hoje tratado pela deputada Ana Paula Lima, a questão da violência contra crianças e adolescentes. E verificando a última semana, a Polícia Civil de Santa Catarina atuou bastante nessa questão, principalmente pela data, não dá para dizer comemorativa, apesar de que foi a da aprovação de mais uma lei em defesa das crianças e adolescentes, quando vítimas de violência. Mas apenas para fazer um pequeno histórico, que a Polícia Civil de Santa Catarina

conta com 28 delegacias de proteção à criança, ao adolescente, à mulher e ao idoso, aptas a tratar de maneira diferenciada os crimes cujas vítimas são crianças e adolescentes.

Então, no sábado, dia 18 de maio, considerado Dia Nacional de Combate ao Abuso Sexual e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, a instituição reforçou o seu papel com várias ações pelo estado de Santa Catarina. E apenas para registrar, nos primeiros quatro meses deste ano foram registrados 519 Boletins de Ocorrência de estupro de crianças e adolescentes - um número muito grande para quatro meses. E a gravidade é maior, porque essa questão da violência sexual contra a criança e o adolescente ocorre, na sua maioria, no âmbito familiar, com pessoas conhecidas, pessoas da própria família, pessoas que agem com intimidação, com ameaças. E em razão disso boa parte dos crimes cometidos acabam não sendo denunciadas.

Então, a sociedade, a família, os próprios familiares e pais muitas vezes não têm conhecimento dessa violência. Portanto, 519 Boletins de Ocorrência de estupro em quatro meses é muito grande, sendo 219 contra crianças e 220 contra adolescentes. Nesse mesmo período de 2012 foram 424 BOs, ou seja, quase 100 BOs a mais registrados neste ano, porque se procurou mais a Justiça, a Polícia e mais informações também na mesma média, sendo que no ano passado, em quatro meses, dos 424 BOs 241 foram contra crianças e 183 contra adolescentes.

Os casos têm sido abordados de uma forma diferenciada, porque numa delegacia convencional o atendimento é feito pelo próprio plantonista, pelo delegado. E nas delegacias, deputado Ismael dos Santos, passa por uma psicóloga, por uma assistente social.

Então, a psicóloga tem condições de colocar a criança num ambiente mais descontraído. Existem salas com livros, com brinquedos, para tentar fazer com que a criança que foi vítima de violência possa relatar o seu drama, muitas vezes até de forma espontânea, sem sentir aquela pressão, talvez mais uma agressão a si próprio.

Então, nessas 28 delegacias especializadas, sempre com a presença de assistente social e sempre com a presença de psicólogo...

Quando o estado não tinha todos os psicólogos necessários, sempre houve convênio, houve a participação dos municípios para que cedesse uma assistente social, um psicólogo, para fazer esse tipo de atendimento. Então, é importante registrar o empenho.

No último concurso, foram mais de 60 psicólogos que ingressaram. Houve a nomeação, por parte do governador Raimundo Colombo, neste ano, de um maior número de policiais, proporcionando essa melhoria. Mas ainda não temos o número necessário. A segurança tem apenas mais ou menos 50% do efetivo necessário, seja na Polícia Civil, na Polícia Militar, seja no sistema prisional, seja no IGP, nas nossas perícias do estado.

Então, há um trabalho muito grande. E quero ressaltar que em todo o estado de Santa Catarina as delegacias de proteção à Criança e ao Adolescente, à Mulher e ao Idoso fizeram trabalhos. E como policial e hoje deputado, faço questão de valorizar esses profissionais que, além do seu expediente, além do seu plantão, pegam no horário de folga ações para a conscientização da própria população a respeito desses fatos. E quero registrar o caso da Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente de Concórdia, que realizou diversas atividades na semana do dia 18 de maio, considerado o Dia Nacional de Luta contra o Abuso e a Exploração Sexual de

Crianças e Adolescentes, como a participação da capacitação de bolsistas acadêmicos da universidade do Contestado, a nossa UNC, da capacitação da Associação de Moradores em parceria com a união municipal de associações de moradores de Concórdia, do Centro de Referência Especializado de Assistência Social o CREAS, do Conselho Tutelar, com a capacitação para estudantes de Direito da faculdade de Concórdia, juntamente com o CREAS, Conselho Tutelar, Promotoria da Infância e Juventude, assim como a mobilização que fizeram na praça central do município.

Então, quero registrar o empenho de todos os profissionais da segurança pública em defesa da vida, da integridade da população e principalmente do empenho desses profissionais das delegacias de proteção à Mulher, à Criança, ao Adolescente e o Idoso.

Registramos que esses profissionais que representam cada um o governo do estado têm feito a sua parte, em que pese ainda todas as dificuldades existentes. E a participação não como deveria ser, tanto das instituições como do próprio governo federal.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Quero lembrar aos srs. deputados que estão em seus gabinetes que as lideranças deste Parlamento estão reunidas na sala da Presidência, para discutir a votação que ainda teremos nesta tarde.

Ainda em Explicação Pessoal, o próximo orador inscrito é o sr. deputado Ismael dos Santos, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, quero lamentar esses números da violência e da exploração sexual de crianças e de adolescentes infelizmente no Brasil e em Santa Catarina, mas por outro lado parabeno o trabalho da delegacia da Mulher, da Criança e do Adolescente, especialmente os nossos conselheiros tutelares que atuam por todo estado de Santa Catarina e que por mais de duas décadas vêm fazendo um trabalho de construção, de mudança, inclusive de comportamento, na sociedade catarinense e no país.

Por falar nisso, no último dia 15 celebramos de forma internacional o Dia Internacional da Família, mas os desafios continuam. São desafios num mundo em transformação! Continuo apostando na família, pelos laços da afetividade, do compromisso, do respeito, da proteção, do diálogo, num mundo em que muita gente começa, deputado Kennedy Nunes, a ridicularizar a família, que desacredita dessa instituição. Continuo, sim, apostando na família, porque entendo que uma sociedade estruturada passa necessariamente por famílias equilibradas, bem solidificadas. Como dizia o Papa João Paulo II, o futuro da humanidade passa pela família, e eu concordo com isso.

Por falar em mudança de comportamento, fiquei feliz hoje com a manchete do Jornal de Santa Catarina que diz o seguinte: "Lei seca força mudança no chope da Oktoberfest", que é a maior festa da cerveja talvez do país, quicê da América Latina. Como diz aquele velho ditado, "água mole em pedra dura tanto bate até que fura", acredito que este Parlamento, a mídia, a sociedade, enfim, todos aqueles que de forma consciente têm levantado a bandeira do combate às drogas podem de fato ficar felizes com uma notícia como essa, quando a maior festa da cerveja propõe que a bebida não terá álcool no concurso mais tradicional da festa e em todos os pontos de venda da cervejaria oficial, para tentar incentivar o consumo consciente. Para mim

isso se chama mudança de comportamento. Portanto, parabéns aos organizadores da próxima Oktoberfest por essa sensibilidade e consciência.

Fico feliz em saber de notícias como, e acompanhei nesta semana, de uma pizzaria em Blumenau que colocou à disposição dos seus clientes dois motoboys. Assim, quando a pessoa vai e não tem ninguém para dirigir e quer se exceder um pouquinho mais no álcool, a pizzaria cede um funcionário para levar o carro do cliente e depois o motoboy traz o funcionário para a empresa. É uma bela ideia. Acho que são atitudes pequenas, modestas como essa que podem revolucionar a questão do comportamento.

Sem falar em outra reportagem da semana passada, veiculada nos jornais de Santa Catarina, de grupos que vão para festas, mas que agora estão locando uma van, um micro-ônibus, já que querem beber e não serem irresponsáveis no trânsito. Como disse, atitudes como essas nos darão certamente maior segurança no trânsito em Santa Catarina e no Brasil.

Sr. presidente, gostaria de dizer, e agora como presidente da comissão de Combate e Prevenção às Drogas desta Casa, que estamos acompanhando de perto a proposta de alteração à Constituição, que altera a redação do art. 246 da Constituição Federal, criando o Fundo Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas com o seguinte parágrafo: (Passa a ler.)

Parágrafo único - "Todo e qualquer bem de valor econômico apreendido em decorrência do tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins será confiscado e reverterá em benefício de instituições e pessoal especializados no tratamento e recuperação de viciados e no aparelhamento e custeio de atividades de fiscalização, controle, prevenção e repressão do crime de tráfico dessas substâncias."

Então, parabéns por essa iniciativa mais do que justificada quando olhamos para o levantamento dos números no país.

Hoje ainda recebi um relatório da Senad - Secretaria Nacional de Políticas Sobre Drogas - e do Centro Brasileiro de Informação sobre Drogas - Cebrid -, que demonstram que as drogas mais usadas no país, e não é diferente em Santa Catarina, são: em primeiro lugar o álcool; em segundo lugar, o tabaco; em terceiro, a maconha; e em quarto lugar, os solventes.

No dia de ontem, sr. presidente, soube, conversando com uma dra. em farmacologia, que atendeu esta semana uma família, que há crianças de quatro anos de idade, dependentes de cola de sapateiro.

É preciso que o façamos de forma rápida, porque esses exemplos demonstram que o envolvimento de crianças, de adolescentes, da nossa juventude e, por que não dizer, também de adultos com drogas ilícitas ou lícitas devem ser prevenidos, pois o seu custo sempre será extremamente alto para a sociedade e para a família.

Era este, sr. presidente, o meu registro nesta tarde.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Muito obrigado, deputado Ismael dos Santos. Parabéns pela sua fala.

O Sr. Deputado Neodi Saretta - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Neodi Saretta.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente, quando se interrompeu, falava-

se que se precisava de um posicionamento de todas as bancadas. Embora não sejamos o líder da bancada, encaminhamos a posição para a votação. Então, no que depender do PT estamos à disposição. Feitos todos aqueles registros de atropelamento, sem tirar aquelas ressalvas, estamos à disposição e estaremos aqui. Se houver quórum, da parte do PT estamos dispostos a debater o assunto.

Era isso que eu queria deixar registrado, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Obrigado, sr. deputado. Parabéns pela posição. Sei que a sua bancada não poderia ficar de fora desse momento tão importante.

Não havendo mais oradores inscritos, livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, extraordinária, para hoje, às 17h30, para a votação do projeto de lei que dá aumento aos agentes penitenciários.

Está encerrada a presente sessão.

# ATA DA 011ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA REALIZADA EM 22 DE MAIO DE 2013 PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JOARES PONTICELLI

Às 17:30h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Ana Paula Lima - Angela Albino - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Ciro Roza - Dado Cherem - Darci de Matos - Dirceu Dresch - Dóia Guglielmi - Edison Andriano - Gelson Merisio - Gilmar Knaesel - Ismael dos Santos - Jailson Lima - Joares Ponticelli - Jorge Teixeira - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Luciane Carminatti - Manoel Mota - Marcos Vieira - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Padre Pedro Baldissera - Reno Caramori - Romildo Titon - Sandro Silva - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Valmir Comin - Volnei Morastoni.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Passaremos à Ordem do Dia.

Convoco os srs. deputados que estão em seus gabinetes que compareçam ao plenário para que possamos votar conforme acordo dos srs. líderes, tendo já deliberado pelas devidas comissões o Projeto de Lei Complementar n. 0019.

O Sr. Deputado Darci de Matos - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Darci de Matos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, convido a bancada do PSD e até convocamos para que desçam dos gabinetes, para que possamos votar um projeto de fundamental importância para Santa Catarina.

A Sra. Deputada Angela Albino - Sr. presidente, peço a palavra, pela ordem, para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, para uma questão de ordem, a sra. Deputada Angela Albino.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Sr. presidente, estamos fazendo uma excepcionalidade ao Regimento, dada a relevância da matéria.

Fica clara para nós a dificuldade de o governo para se articular, de construir esse projeto, que há mais de semanas está construindo politicamente dentro do governo. E a tramitação dele coloca essa Casa numa situação muito excepcional, se vulnerar o nosso Regimento.

Vou dizer de novo que temos que gravar isso, a relevância do que estamos fazendo aqui, em nome do estado de Santa

Catarina, em nome de reconhecer a condição dos agentes prisionais.

Agora, o governo tem que minimamente, sr. presidente, garantir rapidamente o quórum, para não submeter os parlamentares... E é preciso que se diga que a Oposição desta Casa está garantindo o quórum da votação desse projeto. Mas o governo sequer se articulou para ter a votação, aqui, o bastante. Então, precisamos dar um teto de tempo para o governo pelo menos reunir os votos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Vamos abrir a discussão do projeto, até que os srs. parlamentares chequem no plenário.

Está aberta a discussão do PLC n. 19.7/2013.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, a sra. Deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, a bancada do Partido dos Trabalhadores está presente nesta sessão. Fomos convencidos de abrir essa excepcionalidade que acho ser um erro para o Parlamento catarinense, com respeito à categoria que já há muito tempo vem esperando uma ação do governo. Mas conforme acordo com o líder do governo nesta Casa, vai ser a última vez que isso vai acontecer. O governo é lento, o governo coloca os projetos aqui na última hora, e quem garante a votação e a aprovação desses projetos, sr. presidente, com respeito à categoria, é a bancada de Oposição nesta Casa.

Então, que o governo venha trabalhar! Que mande os seus Parlamentares a esta Casa para fazer a votação, porque até o momento a Casa está vazia, e não temos aqui um número considerável para fazer a votação desses projetos.

A bancada do Partido dos Trabalhadores, em respeito à categoria, foi convencida de que tínhamos que aprovar esse projeto em regime de urgência, passando nas comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Trabalho, Administração e Serviço Público. Então, não somos Oposição. Há coisas boas que acontecem para a população do estado de Santa Catarina.

O governo precisa ser mais ágil, trabalhar mais, e ele não o está fazendo. Os parlamentares da base do governo têm que vir votar esse projeto, já que tinham tanta urgência.

Muito obrigada.

O Sr. Deputado Marcos Vieira - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Marcos Vieira.

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Sr. presidente, se fizermos uma matemática simples, vamos somar e dizer que a bancada do PT é desnecessária, nesta tarde, para votar, porque temos 21 deputados da base do governo que querem votar esse projeto. Temos 24 deputados em plenário, mais do que 50% da totalidade da Casa. Agora, de qualquer forma, é verdade que o governo foi lento, as negociações foram demoradas, mas a base que dá sustentação ao governo está abrindo um precedente, nesta Casa, atendendo a um apelo da bancada do Partido dos Trabalhadores e da bancada do PCdoB.

Vamos à votação.

O Sr. Deputado Moacir Sopelsa - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Continua em discussão.

Com a palavra, pela ordem, o deputado Moacir Sopelsa.

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Eu apenas quero registrar que de fato o governo não tem como analisar um projeto que chega num dia e precisa ser votado no outro. É questão de consciência de cada um e da importância do projeto. Bastasse o líder não querer, esse projeto não seria votado.

Eu quero dizer à deputada Ana Paula Lima que cuide mais de suas palavras quando vier usar este microfone, sr. presidente. Gostaria que s.exa. me ouvisse. Sou da base do governo e estou aqui, s.exa. não pode colocar todos os deputados no mesmo saco, diga o nome daqueles que não estão.

Quero consultar o presidente se o voto será no painel. E então poderemos ver quantos são da Situação e quantos da Oposição.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Sim, será no painel eletrônico.

Podemos encerrar a discussão?

O SR. DEPUTADO MAURO DE NADAL - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Mauro de Nadal.

O SR. DEPUTADO MAURO DE NADAL - Entendemos que esse projeto chegou em cima da hora, mas também entendemos a situação do Sintesp que há pouco nos procurou para que pudéssemos fazer os encaminhamentos necessários e votar essa importante matéria na tarde de hoje.

Ái quero agradecer a compreensão dos srs. líderes pelo encaminhamento,

agradecer aos presidentes da comissão de Constituição e Justiça, da comissão de Finanças e Tributação e da comissão do Trabalho e Serviços Públicos, pela realização da reunião em conjunto para podermos apreciar nas comissões e votarmos a matéria.

Assim, sr. presidente, peço a v.exa. que solicite à assessoria a abertura do painel eletrônico, para que possamos já fazer o encaminhamento da votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Determino que seja aberto o painel para que os deputados possam ir votando.

O Sr. Deputado José Milton Scheffer - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado José Milton Scheffer.

O SR. DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER - Sr. presidente, só para chamar a atenção de todos e das lideranças do estado de Santa Catarina da importância desse projeto.

Eu entendo que o governo do estado está fazendo a sua parte, pois o setor de segurança pública precisa ser reconhecido. E no momento em que é construído o entendimento entre o sindicato e o governo, não cabe a nós desta Casa diminuir a importância desse projeto que é estratégico para a segurança pública de Santa Catarina, para as pessoas e para os catarinenses.

Por isso, quero aqui cumprimentar todos os líderes e esta Casa pela maneira articulada na votação, aprovando um projeto prioritário para Santa Catarina. Tenho certeza de que, deputado Valmir Comin, v.exa. que é nosso líder, o povo de Santa Catarina quer, sim, que votemos hoje esse projeto e quer, sim, que os agentes prisionais, que os agentes de segurança pública sejam valorizados.

Por isso, estou aqui com muito orgulho representando...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Concedo-lhe mais 30 segundos, deputado.

O SR. DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER - Deputado, o Partido Progressista apoia esse projeto, e quero aqui reverenciar a importância do governador e do sindicato no acordo feito.

Não cabe a nós aqui discutir a tramitação nem diminuir a importância de um projeto estratégico para a segurança pública do estado de Santa Catarina.

O Sr. Deputado Manoel Mota - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Manoel Mota.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Acho que cada parlamentar está cumprindo o seu papel na Casa. Não é hora de diminuir ninguém. É hora de pensarmos na segurança pública de Santa Catarina. Os agentes prisionais estão passando por algumas dificuldades, precisam deste projeto mesmo, e o sindicato não vai resistir à pressão, se não for aprovado. Então, acho que este é um momento muito importante, e o nosso papel aqui é defender a sociedade.

Em relação à chegada do projeto, chegou atrasado, e pode-se cobrar isso na semana que vem ou na outra, mas agora acho que temos que cumprir o nosso papel para os agentes prisionais e dar segurança à nossa sociedade catarinense.

Este é o nosso papel e o papel da bancada do PMDB.

O Sr. Deputado Darci de Matos - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Darci de Matos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, queremos, ao contrário do que foi dito, reconhecer o apoio das bancadas de Oposição neste grande acordo da deputada Ana Paula, em nome do Partido dos Trabalhadores, da deputada Angela Albino e do deputado Sargento Amauri Soares.

Eu acho que só avançamos quando conversamos, debatemos e há acordo. E houve um grande acordo, é uma excepcionalidade justa, porque estamos evitando uma possível greve e concedemos um aumento a uma categoria que precisa e merece o nosso apoio.

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Kennedy Nunes.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente, eu até achei estranha a questão da demora de vir para cá e preocupei-me, sendo que iria cobrar isso do governador. Mas apenas quero deixar registrado que quem assinou esse projeto foi o vice-governador, Eduardo Pinho Moreira, que estava na interinidade.

O Sr. Deputado Jailson Lima - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Jailson Lima.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Sr. presidente, hoje basicamente passei o dia inteiro envolvido com o traslado do corpo de um parente que está no estado de São Paulo, mas mesmo assim segui o chamamento da minha líder, deputada Ana Paula Lima, para que pudéssemos ter quórum aqui. Então, vim aqui participar da votação, pois esse é um projeto de interesse coletivo da sociedade catarinense, porque segurança não tem partido.

Assim, de qualquer maneira fica aqui o registro de que esse projeto está chegando aqui tardiamente, e a demora não se deveu à Oposição. Por isso, seguindo a minha líder, o PT irá votar juntamente com o PCdoB e o PDT, para dar quórum efetivo a esse projeto.

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Antônio Aguiar.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Sr. presidente, gostaríamos de dar um sim à Segurança Pública pelo trabalho que vem exercendo e dizer que o Parlamento não deixou de fazer a sua parte. O acordo feito entre governo e Segurança Pública está honrado pelo Parlamento catarinense.

Muito obrigado!

O Sr. Deputado Valmir Comin - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Valmir Comin.

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Sr. presidente, apenas para registrar aqui a ausência do deputado Joares Ponticelli, do deputado Silvio Dreveck e do deputado Reno Caramori, que estão no encontro da Unale.

Assim, primeiro agradeço sobremaneira à Oposição, ao sr. líder do governo, pela sensibilidade, mesmo porque o assunto veio de afogadilho novamente. E quando se fala em abrir precedentes, vários

precedentes foram abertos nesta Casa. E evidentemente que sempre quando há o entendimento dos líderes se coloca em votação. E não foi diferente dessa vez, mas foi feito o entendimento dos líderes, junto com os representantes do líder do governo, para que os próximos projetos do governo se atentem e que coloquem aqui com antecedência, obedecendo evidentemente ao Regimento e aos prazos regimentais.

Muito obrigado!

A Sra. Deputada Angela Albino - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Angela Albino.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Sr. presidente, eu queria deixar registrada aqui a excepcionalidade dessa medida e de quanto nós nos responsabilizamos, independentemente de sermos Oposição; como parlamentares, corresponsabilizamos-nos pelo estado de Santa Catarina. Agora, é bom que fique marcado, deputado Marcos Vieira, que talvez faça a sua *mea culpa* pública, que demos quórum, que tivemos a responsabilidade política de estarmos aqui, independente de fazer ou não Oposição ao governo, porque sabíamos dos reflexos dessa decisão.

Portanto, sr. presidente, esperamos que o governo ouça esse gesto, porque quando a Oposição pediu vista, nesta Casa, ao projeto dos professores, um direito regimental que eu tenho, foi negado. E o governo, o deputado Marcos Vieira, disse inclusive não, que não podia. Agora, novamente estamos dizendo sim, que vamos concordar com a excepcionalidade. Assim, que o governo ouça que tem uma Oposição responsável, nesta Casa, uma Oposição que olha por Santa Catarina, diferente de vários deputados da base do governo, que não estão aqui hoje, ainda que essa matéria seja tão vital para o governo a ponto de submeter o Parlamento ao constrangimento de vulnerar sua determinação regimental.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, mais uma vez, com todo o respeito, deputado Moacir Sopelsa, que tenho pelo senhor, mas a nossa fala aqui foi que a Oposição desta Casa garantiu a aprovação desse projeto e que a base do governo não tinha voto suficiente para isso.

A bancada do PT votou a favor por entender que é um projeto que vai beneficiar essa categoria que já tinha acordado com o governo do estado e há muito tempo esperava pela sua aprovação, inclusive terão assembleia no próximo dia 28. Abrimos uma excepcionalidade para aprovarmos esse projeto. Mas quem garantiu a votação nesse projeto hoje, aqui, foi a bancada de Oposição, porque o governo não tinha voto suficiente.

O Sr. Deputado Aldo Schneider - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Aldo Schneider.

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Eu gostaria de solicitar aos meus colegas parlamentares que permaneçam em plenário, até porque temos o segundo turno e a redação final e precisamos da presença de v.exas.

Mas eu gostaria aqui, sras. e srs. parlamentares, de agradecer inicialmente à Presidência desta Casa, porque houve o entendimento de abrir o espaço para que os

líderes de todos os partidos que compõem o Parlamento pudessem discutir a questão de aceitar ou não a análise desse projeto. A partir desse momento que os líderes, governistas ou não, e aqui faço uma referencia toda especial à bancada do PDT, PT, PCdoB, aos líderes dos partidos que junto conosco do PPS, juntos com os líderes do governo, buscaram o encaminhamento para que liberássemos as nossas comissões técnicas da Casa para fazermos a análise desses projetos.

Então, quero aqui, em nome do governo, ratificar o que eu disse na reunião dos líderes e da comissão, ou seja, que com certeza não haverá mais esse tipo de votação por parte do governo, porque fizemos a nossa parte como parlamentares e fizemos a nossa parte com a categoria, mas temos que reconhecer aqui efetivamente que todos, os 24 parlamentares que aqui estão, estão dando a sua contribuição para a segurança de Santa Catarina.

Muito obrigado, em nome do governo, a todos, porque independentemente do governo Raimundo Colombo e Eduardo Pinho Moreira, o governo é de todos.

Muito obrigado e peço para encerrarmos a votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, quero aqui reconhecer a importância dessa categoria, dos agentes prisionais, que tem prestado um serviço extraordinário para Santa Catarina.

Esta Casa não pode ser uma extensão do Executivo. Esta Casa tem a sua autonomia, tem o seu papel, tem a sua função e tem que ser respeitada como tal.

Em segundo lugar, faltou muito diálogo. Nós precisávamos conversar mais

sobre isso, para não chegarmos a esta hora da votação, termos que suspender a sessão e dessa certa forma passarmos por cima do Regimento Interno. Mas esperamos que isso não aconteça mais e que possamos valorizar essa categoria de trabalhadores que prestam um serviço tão importante para Santa Catarina.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Está encerrada a discussão.

Agradeço a todos os parlamentares e às sras. parlamentares pela atitude que esta Casa deu, uma demonstração à sociedade catarinense, Situação e Oposição... Qualquer um parlamentar poderia solicitar vistas, e nós não estaríamos votando neste momento.

Portanto, todos os srs. parlamentares que aqui estão presentes são responsáveis por essa votação.

Damos a resposta devido o assunto ser de interesse da sociedade. E jamais seríamos perdoados, se na semana que vem tivesse uma greve da categoria e não nos tivéssemos reunidos aqui, porque estamos tratando do Orçamento Regionalizado, e na próxima semana não estaremos em sessão nesta Casa.

Portanto, agradeço a todos os parlamentares por essa resposta positiva que se deu tanto ao governo do estado quanto à sociedade catarinense.

Em votação.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER	sim
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	sim
DEPUTADA ANGELA ALBINO	sim
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	sim
DEPUTADO CARLOS CHIODINI	sim
DEPUTADO CIRO ROZA	sim
DEPUTADO DADO CHEREM	
DEPUTADO DARCI DE MATOS	sim

DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT	
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	sim
DEPUTADO DÓIA GUGLIELMI	sim
DEPUTADO EDISON ANDRINO	
DEPUTADO GELSON MERISIO	
DEPUTADO GILMAR KNAESEL	
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	sim
DEPUTADO JAILSON LIMA	sim
DEPUTADO JEAN KUHLMANN	
DEPUTADO JOARES PONTICELLI	
DEPUTADO JORGE TEIXEIRA	sim
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	sim
DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI	
DEPUTADO KENNEDY NUNES	sim
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	
DEPUTADO MANOEL MOTA	sim
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	sim
DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK	
DEPUTADO MAURO DE NADAL	sim
DEPUTADO MOACIR SOPELSA	sim
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	
DEPUTADO NEODI SARETTA	sim
DEPUTADO NILSON GONÇALVES	
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	
DEPUTADO RENO CARAMORI	
DEPUTADO ROMILDO TITON	sim
DEPUTADO SANDRO SILVA	sim
DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES	sim
DEPUTADO SERAFIM VENZON	sim
DEPUTADO SILVIO DREVECK	
DEPUTADO VALMIR COMIN	sim
DEPUTADO VOLNEI MORASTONI	

Está encerrada a votação.

Temos 24 votos "sim".

Esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, extraordinária, para hoje, às 17h43, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a presente sessão.

## PUBLICAÇÕES DIVERSAS

### PORTARIAS

#### PORTARIA Nº 1481, de 6 de junho de 2013

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

**EXONERAR** a servidora **MARLETI HUNTEMANN DA SILVA**, matrícula nº 6417, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-42, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 3 de junho de 2013 (Gab Dep Jailson Lima da Silva).  
Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

#### PORTARIA Nº 1482, de 6 de junho de 2013

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

**NOMEAR ANA MARIA LEAL DA VEIGA**, matrícula nº 7020, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-59, Atividade Administrativa Interna, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de 1 de junho de 2013 (Gab Dep Serafim Venzon).  
Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

#### PORTARIA Nº 1483, de 6 de junho de 2013

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

**EXONERAR** o servidor **NELSON JOSE DA SILVA**, matrícula nº 6508, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAM-41, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 5 de junho de 2013 (MD - 2ª Vice-Presidência).

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

#### PORTARIA Nº 1484, de 6 de junho de 2013

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

**NOMEAR NELSON JOSE DA SILVA**, matrícula nº 6508, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAM-66, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de 5 de junho de 2013 (MD - 2ª Vice-Presidência - Florianópolis).

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1485, de 6 de junho de 2013**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

**EXONERAR** a servidora **CARLA COLONIESE**, matrícula nº 6818, do cargo de Assessor de Liderança, código PL/GAL-57, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 5 de junho de 2013 (Liderança do PT).

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1486, de 6 de junho de 2013**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

**NOMEAR CARLA COLONIESE**, matrícula nº 6818, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAL-61, Atividade Administrativa Interna, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de 5 de junho de 2013 (Liderança do PT).

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1487, de 6 de junho de 2013**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

**EXONERAR** o servidor **FELIPE ANTONIO DAMO**, matrícula nº 3464, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAL-73, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 5 de junho de 2013 (Liderança do PT).

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1488, de 6 de junho de 2013**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

**NOMEAR FELIPE ANTONIO DAMO**, matrícula nº 3464, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAL-82, Atividade Administrativa Interna, do Quadro do Pessoal da Assembléia

Legislativa, a contar da data de 5 de junho de 2013 (Liderança do PT).

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1489, de 6 de junho de 2013**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

**EXONERAR** o servidor **FÁBIO DA VEIGA**, matrícula nº 6349, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAL-63, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 5 de junho de 2013 (Liderança do PT).

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1490, de 6 de junho de 2013**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

**NOMEAR FÁBIO DA VEIGA**, matrícula nº 6349, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAL-68, Atividade Administrativa Interna, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de 5 de junho de 2013 (Liderança do PT).

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1491, de 6 de junho de 2013**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

**EXONERAR** a servidora **JULIANA WILKE**, matrícula nº 6827, do cargo de Assessor de Liderança, código PL/GAL-63, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 5 de junho de 2013 (Liderança do PT).

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1492, de 6 de junho de 2013**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

**NOMEAR JULIANA WILKE**, matrícula nº 6827, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAL-65, Atividade Administrativa Interna, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de 5 de junho de 2013 (Liderança do PT).

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1493, de 6 de junho de 2013**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

**EXONERAR** o servidor **JULIANO GIASSI GOULART**, matrícula nº 5425, do cargo de Assessor de Liderança, código PL/GAL-63, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 5 de junho de 2013 (Liderança do PT).

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1494, de 6 de junho de 2013**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

**NOMEAR JULIANO GIASSI GOULART**, matrícula nº 5425, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAL-68, Atividade Administrativa Interna, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de 5 de junho de 2013 (Liderança do PT).

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1495, de 6 de junho de 2013**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

**EXONERAR** o servidor **LUIZ FERNANDO DE OLIVEIRA CARVALHO**, matrícula nº 5095, do cargo de Assessor de Liderança, código PL/GAL-63, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 5 de junho de 2013 (Liderança do PT).

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1496, de 6 de junho de 2013**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

**NOMEAR LUIZ FERNANDO DE OLIVEIRA CARVALHO**, matrícula nº 5095, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAL-68, Atividade Administrativa Interna, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de 5 de junho de 2013 (Liderança do PT).  
Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1497, de 6 de junho de 2013**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

**EXONERAR** a servidora **SCHIRLEI DE AZEVEDO DO AMARAL RIBEIRO**, matrícula nº 6957, do cargo de Assessor de Liderança, código PL/GAL-48, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 5 de junho de 2013 (Liderança do PT).  
Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1498, de 6 de junho de 2013**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

**NOMEAR SCHIRLEI DE AZEVEDO DO AMARAL RIBEIRO**, matrícula nº 6957, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAL-55, Atividade Administrativa Interna, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de 5 de junho de 2013 (Liderança do PT).  
Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1499, de 6 de junho de 2013**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

**EXONERAR** o servidor **MARIO LATRONICO JUNIOR**, matrícula nº 6995, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-61, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 5 de junho de 2013 (Gab Dep Joares Ponticelli).  
Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1500, de 6 de junho de 2013**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

**NOMEAR MARIO LATRONICO JUNIOR**, matrícula nº 6995, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-64, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de 5 de junho de 2013 (Gab Dep Joares Ponticelli - Tubarão).  
Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1501, de 6 de junho de 2013**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

**NOMEAR CAMILA DA ROSA SANTOS**, matrícula nº 5025, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-25, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Joares Ponticelli - Laguna).  
Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1502, de 6 de junho de 2013**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** Com base no Art. 1º parágrafo único do Ato da Mesa nº 396, de 29 de novembro de 2011, e do item II, da cláusula quinta do Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta entre MPSC e a ALESC, de 25 de outubro de 2011.

**PUBLICAR** que o servidor abaixo relacionado exerce **Atividade Parlamentar Externa/Relatório**, a contar de 3 de junho de 2013.

**Gab. Dep. Luciane Maria Carminatti**

Matrícula	Nome do Servidor	Cidade
3608	JOSÉ ROBERTO PALUDO	SÃO JOSÉ

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

<b>REDAÇÕES FINAIS</b>
------------------------

**EMENDA SUBSTITUTIVA GLOBAL AO PROJETO DE LEI Nº 061/2013**

O projeto de lei 0061.3/2013, que " Dispõe sobre a aplicação do Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC) ao Pacto por Santa Catarina (PACTO)", passa a vigorar com a seguinte redação:

Dispõe sobre a aplicação do Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC) ao Programa Pacto por Santa Catarina (PACTO).

**O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA:**

Faço saber a todos os habitantes deste Estado de Santa Catarina que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica adotado, no âmbito do Estado de Santa Catarina, o Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC), instituído pela Lei federal nº 12.462, de 4 de agosto de 2011, aplicável facultativamente às licitações e aos contratos relativos aos programas, aos projetos e às ações de que tratam as Leis nº 15.255, de 5 de agosto de 2010, nº 15.830, de 30 de maio de 2012, nº 15.855, de 2 de agosto de 2012 e nº 15.941, de 20 de dezembro de 2012, e o Decreto nº 1.537, de 10 de maio de 2013.

Parágrafo primeiro. O Chefe do Poder Executivo encaminhará à Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina relatório indicando quais as obras do Programa Pacto por Santa Catarina (PACTO) serão contratadas observando o Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC), sob pena, de não o fazendo, não poder aplicar a presente legislação.

Parágrafo Segundo. Não se aplicam ao Regime de que trata esta Lei as contratações destinadas à fiscalização e supervisão.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em

Dep. Aldo Schneider

Líder de Governo

APROVADO EM TURNO ÚNICO

Em Sessão de 22/05/13

**JUSTIFICATIVA**

A presente emenda substitutiva global tem por escopo aprimorar a proposição governamental e eidentificar, mediante a inserção da legislação correlata, os programas, os projetos e as ações que, facultativamente, poderão ser contemplados pelo Regime Diferenciado de Contratações Pública (RDC) no âmbito do Estado, uma vez que as alterações ora sugeridas buscam o aperfeiçoamento da matéria objeto do projeto de lei nº 0061.3/2013.

Sala das Sessões, em

Dep. Aldo Schneider

Líder de Governo

**REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 061/2013**

Dispõe sobre a aplicação do Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC) ao Programa Pacto por Santa Catarina (PACTO).

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica adotado, no âmbito do Estado de Santa Catarina, o Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC), instituído pela Lei federal nº 12.462, de 4 de agosto de 2011, aplicável facultativamente às licitações e aos contratos relativos aos programas, aos projetos e às ações de que tratam as Leis nº 15.255, de 5 de agosto de 2010, nº 15.830, de 30 de maio de 2012, nº 15.855, de 2 de agosto de 2012 e nº 15.941, de 20 de dezembro de 2012, e o Decreto nº 1.537, de 10 de maio de 2013.

§ 1º O Chefe do Poder Executivo encaminhará à Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina relatório indicando quais as obras do Programa Pacto por Santa Catarina (PACTO) serão contratadas observando o Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC), sob pena, de não o fazendo, não poder aplicar a presente legislação.

§ 2º Não se aplicam ao Regime de que trata esta Lei as contratações destinadas à fiscalização e supervisão.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 22 de maio de 2013.

Deputado **SILVIO DREVECK**

Vice-Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

\*\*\* X X X \*\*\*

**EMENDA ADITIVA AO PL Nº 0106.0/2012**

O artigo 1º do Projeto de Lei Complementar nº 0003.02012 passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º O conjunto de municípios formado por Anitápolis, Armazém, Braço do Norte, Grão Pará, Gravatal, Rio Fortuna, Santa Rosa de Lima, São Ludgero e São Martinho fica denominado "Vale Catarinense da Produção do Gado Jersey".

Sala das Comissões, em

Deputado Edison Andrino

Líder do Governo

APROVADO EM 1º TURNO

Em Sessão de 03/06/13

APROVADO EM 2º TURNO

Em Sessão de 05/06/13

**REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 106/2012**

Denomina Vale Catarinense da Produção do Gado Jersey o conjunto de Municípios compostos por Anitápolis, Armazém, Braço do Norte, Grão Pará, Gravatal, Rio Fortuna, Santa Rosa de Lima, São Ludgero e São Martinho.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina,

**DECRETA:**

Art. 1º O conjunto de Municípios formados por Anitápolis, Armazém, Braço do Norte, Grão Pará, Gravatal, Rio Fortuna, Santa Rosa de Lima, São Ludgero e São Martinho fica denominado Vale Catarinense da Produção do Gado Jersey.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 5 de junho de 2013.

Deputado **SILVIO DREVECK**

Vice-Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

\*\*\* X X X \*\*\*

**REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 131/2013**

Institui a Semana Catarinense de Conscientização do Bioma Mata Atlântica.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica instituída no Calendário Oficial do Estado de Santa Catarina a Semana Catarinense de Conscientização do Bioma Mata Atlântica.

Parágrafo único. A Semana Catarinense de Conscientização do Bioma Mata Atlântica será comemorada, anualmente, na semana que contemplar o dia 27 de maio, Dia Nacional da Mata Atlântica.

Art. 2º As comemorações da Semana Catarinense de Conscientização do Bioma Mata Atlântica deverão compreender atividades educativas voltadas à conscientização sobre a preservação e conservação do Bioma Mata Atlântica, tais como:

I - manutenção da qualidade e integridade dos solos e dos recursos hídricos;

II - proteção e conservação da sua biodiversidade;

III - importância da criação de unidades de conservação;

IV - importância das espécies endêmicas e ameaçadas de extinção;

V - importância do turismo rural e ecológico ou agroecoturismo; e

VI - legislação pertinente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 22 de maio de 2013.

Deputado **SILVIO DREVECK**

Vice-Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

\*\*\* X X X \*\*\*

**REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 161/2012**

Dispõe sobre os direitos da pessoa portadora de seqüela grave advinda de queimaduras e adota outras providências.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina,

**DECRETA:**

Art. 1º Toda pessoa que, em decorrência de queimadura, ficar acometida por seqüela grave que a incapacite para o trabalho ou atividade habitual terá direito à assistência médica especializada, constituindo-se dever do Estado a sua reinserção social.

Art. 2º Para os efeitos desta Lei, queimadura consiste em uma lesão causada por agentes térmicos, químicos, elétricos ou radioativos que agem no tecido de revestimento do corpo humano e pode destruir, parcial ou totalmente, a pele, seus anexos e até atingir camadas mais profundas, como os tecidos subcutâneos, músculos, tendões e ossos.

Art. 3º Seqüela grave incapacitante para o trabalho ou atividade habitual, para os efeitos desta Lei, compreende as lesões derivadas de queimaduras de espessura total, também conhecidas de 3º grau, com mais de 10% (dez por cento) da área corporal atingida, ou queimadura de áreas especiais como face, mãos e perineo, das quais decorra:

I - perda total de membro ou órgão;

II - perda integral da função de membro ou órgão;

III - redução de mais de 50% (cinquenta por cento) da função de membro ou órgão;

IV - cicatriz patológica conhecida como queleide e/ou hipertrófica que cause danos funcionais e/ou estéticos da face que resultem em desfiguramento grave; ou

V - trauma psicológico severo que diminua, consideravelmente, a capacidade intelectual e a convivência social.

Parágrafo único. Será igualmente considerado portador de seqüela grave incapacitante a pessoa que for vítima de queimadura de qualquer extensão que tenha associada a esta queimadura lesão inalatória, politrauma, trauma craniano, trauma elétrico, choque, insuficiência renal, cardíaca ou hepática, distúrbios de hemostasia, embolia pulmonar, infarto agudo do miocárdio, quadros infecciosos graves decorrentes ou não da queimadura, síndrome compartimental e doenças conspuivas.

Art. 4º Assistência médica especializada consiste na promoção, por parte do Estado, da reabilitação física e psicológica da pessoa vítima de queimadura que ficar acometida por seqüela grave que a incapacite para o trabalho ou para a sua atividade habitual.

Art. 5º Reabilitação física, para efeitos desta Lei, compreende o tratamento cirúrgico integral, inclusive o estético, o fornecimento gratuito de cirurgias reconstrutivas com uso de tecnologias que envolvam substitutos cutâneos, malhas de compressão, lâminas de silicone, órtese, prótese ou outros materiais necessários à melhora do quadro clínico ou cirúrgico, e a assistência especializada prestada por equipe multidisciplinar composta por médicos cirurgiões plásticos e/ou com experiência comprovada na área de queimaduras, nutricionistas, fisioterapeutas, fonoaudiólogos, oftalmologistas, ortopedistas, neurologistas, clínicos gerais e enfermeiros, enquanto perdurar a necessidade, conforme critério médico e profissional.

Art. 6º Reabilitação psicológica, para efeitos desta Lei, compreende o acompanhamento da pessoa vítima de queimadura, por médicos psiquiatras, psicólogos e terapeutas ocupacionais, pelo tempo necessário, conforme critério médico e profissional.

Art. 7º A reinserção social da pessoa vítima de queimadura que cause seqüela grave incapacitante para o trabalho ou atividade habitual compreende a promoção da sua integração ou reintegração à vida comunitária, por meio da criação de programas assistenciais que concorram para a eliminação de preconceitos, bem como atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, além da criação de programas que facilitem o acesso aos bens e serviços coletivos.

Art. 8º A pessoa vítima de queimadura com seqüela grave incapacitante para o trabalho ou atividade habitual tem acesso gratuito ao transporte público municipal e intermunicipal, bem como o direito de usar a vaga de estacionamento especial para pessoas portadoras de deficiência.

Art. 9º Aplicam-se a toda pessoa na condição de seqüela grave incapacitado para o trabalho ou atividade habitual as disposições da Lei federal nº 7.853, de 24 de outubro de 1989 e do Decreto federal nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999, que a regulamentou.

Art. 10. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 22 de maio de 2013.

Deputado **SILVIO DREVECK**

Vice-Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

\*\*\* X X X \*\*\*

**REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 344/2012**

Institui a Política Estadual de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica instituída no Estado de Santa Catarina a Política Estadual de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista.

§ 1º A pessoa com transtorno do espectro autista é considerada pessoa com deficiência para todos os efeitos legais.

§ 2º Para os efeitos desta Lei, é considerada pessoa com transtorno do espectro autista aquela com síndrome clínica caracterizada da seguinte forma:

I - deficiência persistente e clinicamente significativa da comunicação e da interação social, manifestada por deficiência marcada de comunicação verbal e não verbal usada para interação social, ausência de reciprocidade social, falência em desenvolver e manter relações apropriadas ao seu nível de desenvolvimento; ou

II - padrões restritivos e repetitivos de comportamentos, interesses e atividades, manifestados por comportamentos motores ou verbais estereotipados ou por comportamentos sensoriais incomuns, excessiva aderência a rotinas e padrões de comportamento ritualizados e interesses restritos e fixos.

Art. 2º São diretrizes da Política Estadual de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista:

I - a intersetorialidade no desenvolvimento das ações e das políticas e no atendimento à pessoa com transtorno do espectro autista;

II - a participação da comunidade na formulação de políticas públicas voltadas para as pessoas com transtorno do espectro autista e o controle social da sua implantação, acompanhamento e avaliação;

III - a atenção integral às necessidades de saúde da pessoa com transtorno do espectro autista, objetivando o diagnóstico precoce, o atendimento multiprofissional e o acesso a medicamentos e nutrientes;

IV - a inclusão dos estudantes com transtorno do espectro autista nas classes comuns de ensino regular e a garantia de atendimento educacional especializado gratuito;

V - o estímulo à inserção da pessoa com transtorno do espectro autista no mercado de trabalho, observadas as peculiaridades da deficiência e as disposições da Lei federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente);

VI - a responsabilidade do Estado quanto à informação pública relativa ao transtorno e suas implicações;

VII - o incentivo à formação e à capacitação de profissionais especializados no atendimento à pessoa com transtorno do espectro autista, bem como de pais e responsáveis; e

VIII - o estímulo à pesquisa científica, com prioridade para estudos epidemiológicos tendentes a dimensionar a magnitude e as características do problema relativo ao transtorno do espectro autista em Santa Catarina.

Parágrafo único. Para cumprimento das diretrizes de que trata este artigo, o Poder Público poderá firmar contrato de direito público ou convênio com pessoas jurídicas de direito privado.

Art. 3º São direitos da pessoa com transtorno do espectro autista:

I - a vida digna, a integridade física e moral, o livre desenvolvimento da personalidade, a segurança e o lazer;

II - a proteção contra qualquer forma de abuso e exploração;

III - o acesso a ações e serviços de saúde, com vistas à atenção integral às suas necessidades de saúde, incluindo:

a) o diagnóstico precoce, ainda que não definitivo;

b) o atendimento multiprofissional;

c) a nutrição adequada e a terapia nutricional;

d) os medicamentos; e

e) informações que auxiliem no diagnóstico e no tratamento; e

IV - o acesso:

a) à educação e ao ensino profissionalizante;

b) à moradia, inclusive à residência protegida;

c) ao mercado de trabalho; e

d) à previdência social e à assistência social.

Parágrafo único. O estudante com transtorno do espectro autista, com sintomatologia exacerbada, incluído nas classes comuns do ensino regular, terá direito a um segundo professor de turma.

Art. 4º A pessoa com transtorno do espectro autista não será submetida a tratamento desumano ou degradante, não será privada de sua liberdade ou do convívio familiar nem sofrerá discriminação por motivo da deficiência.

Parágrafo único. Nos casos de necessidade de internação médica em unidades especializadas, observar-se-á o que dispõe o art. 4º da Lei federal nº 10.216, de 6 de abril de 2001.

Art. 5º A pessoa com transtorno do espectro autista não será impedida de participar de planos privados de assistência à saúde em razão de sua condição de pessoa com deficiência, conforme dispõe o art. 14 da Lei federal nº 9.656, de 3 de junho de 1998.

Art. 6º Fica assegurado horário especial de trabalho ao servidor efetivo que for pai, mãe, tutor, curador ou responsável pela pessoa com transtorno do espectro autista, sem prejuízo de sua remuneração, respeitado o limite de 20 (vinte) horas semanais, na forma do disposto nos arts. 1º e 5º da Lei nº 6.634, de 30 de setembro de 1985.

Art. 7º O gestor escolar, ou autoridade competente, que recusar de maneira discriminatória a matrícula de estudante com transtorno do espectro autista, ficará sujeito às penalidades previstas na legislação vigente.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 22 de maio de 2013.

Deputado SILVIO DREVECK

Vice-Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

\*\*\* X X X \*\*\*

**REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 356/2012**

Institui a Semana de Conscientização do Uso de Fontes de Energia Limpa, no Estado de Santa Catarina.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica instituída a Semana de Conscientização do Uso de Fontes de Energia Limpa, no calendário oficial de eventos do Estado de Santa Catarina.

Parágrafo único. A Semana a que se refere o *caput* deste artigo deverá ser comemorada, anualmente, na semana do dia 5 de junho, Dia Mundial do Meio Ambiente.

Art. 2º As comemorações da Semana de Conscientização do Uso de Fontes de Energia Limpa deverão compreender atividades voltadas à preservação, proteção e aprendizado sobre o consumo da água.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 22 de maio de 2013.

Deputado SILVIO DREVECK

Vice-Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

\*\*\* X X X \*\*\*

**EMENDA À REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 361/2011**

No art. 5º do Projeto de Lei nº 361/2011:

Onde se lê: Os empresários e responsáveis pelos estabelecimentos. Comerciais e seus...

Leia-se: ... Os responsáveis pelos estabelecimentos comerciais e seus...

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 22 de maio de 2013

Deputado SILVIO DREVECK

Vice-Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

JUSTIFICATIVA

A alteração proposta visa adequar a redação final ao que pretendia o autor, nos termos do art. 190 do Regimento Interno desta Casa.

**REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 361/2011**

Proíbe a venda, a oferta, o fornecimento, a entrega e a permissão de consumo de bebidas alcoólicas, mesmo que gratuitamente, aos menores de 18 (dezoito) anos de idade no Estado de Santa Catarina.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica proibido vender, ofertar, fornecer, entregar, mesmo que gratuitamente, e permitir o consumo de bebidas alcoólicas aos menores de 18 (dezoito) anos de idade no Estado de Santa Catarina.

Parágrafo único. A proibição de que trata este artigo abrange todos os estabelecimentos comerciais, coletivos, públicos e ambulantes.

Art. 2º A proibição prevista no art. 1º desta Lei implica o dever de cuidado, proteção e vigilância por parte dos responsáveis pelos estabelecimentos, que devem afixar avisos da proibição de que trata o art. 1º desta Lei, em tamanho e local de ampla visibilidade, com expressa referência a esta Lei e ao art. 243 da Lei federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990.

Art. 3º A fiscalização do disposto nesta Lei será realizada pelo órgão estadual de defesa do consumidor em conjunto com a Secretaria de Estado da Segurança Pública.

Art. 4º O descumprimento ao disposto nesta Lei acarretará aos estabelecimentos as seguintes sanções:

I - multa no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais);

II - multa no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) e suspensão do Alvará de Funcionamento por 30 (trinta) dias na reincidência; e

III - multa no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) e cassação do Alvará de Funcionamento na segunda reincidência.

Art. 5º Os responsáveis pelos estabelecimentos comerciais e seus empregados ou prepostos deverão exigir documento oficial de identidade, a fim de comprovar a maioridade do interessado em consumir bebida alcoólica e, em caso de recusa, deverão abster-se de fornecer o produto.

Art. 6º Esta Lei será regulamentada pelo Poder Executivo, nos termos do inciso III do art. 71 da Constituição Estadual.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 22 de maio de 2013.

Deputado SILVIO DREVECK

Vice-Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

\*\*\* X X X \*\*\*

#### REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 395/2012

Institui o Dia Estadual do Rio Itajaí-Açu, no Estado de Santa Catarina.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica instituído o Dia Estadual do Rio Itajaí-Açu, a ser comemorado, anualmente, no dia 25 de março, no Estado de Santa Catarina.

Parágrafo único. O Dia Estadual do Rio Itajaí-Açu tem como objetivo incentivar a participação da sociedade no processo de educação ambiental e no desenvolvimento de ações voluntárias para a preservação de toda a Bacia Hidrográfica do Rio Itajaí.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 22 de maio de 2013.

Deputado SILVIO DREVECK

Vice-Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

\*\*\* X X X \*\*\*

#### EMENDA SUBSTITUTIVA GLOBAL AO PROJETO DE LEI Nº 0409.0/2011

O Projeto de Lei nº 0409.0/2011 passa a ter a seguinte redação:

"PROJETO DE LEI Nº 0409.0/2011

Acrescenta parágrafo único ao art. 1º da Lei nº 10.361, de 10 de janeiro de 1997.

Art. 1º.....

Parágrafo único. Exclui-se do *caput* deste artigo a dança, quando visar atividades culturais.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação."

Sala das Sessões, em

Deputado Joares Ponticelli

APROVADO EM 1º TURNO

Em Sessão de 22/05/13

APROVADO EM 1º TURNO

Em Sessão de 22/05/13

#### EMENDA À REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 409/2011

O art. 1º do Projeto de Lei nº 409/2011 passa a ter a seguinte redação:

"Art. 1º O art. 1º da Lei nº 10.361, de 10 de janeiro de 1997, passa a vigorar com a seguinte redação:

.....

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 22 de maio de 2013

Deputado SILVIO DREVECK

Vice-Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

JUSTIFICATIVA

A alteração proposta visa adequar a redação final ao que pretendia o autor, nos termos do art. 190 do Regimento Interno desta Casa.

#### REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 409/2011

Acrescenta parágrafo único ao art. 1º da Lei nº 10.361, de 1997.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina,

#### DECRETA:

Art. 1º O art. 1º da Lei nº 10.361, de 10 de janeiro de 1997, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º.....

Parágrafo único. Exclui-se do *caput* deste artigo a dança, quando visar atividades culturais." (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 22 de maio de 2013.

Deputado SILVIO DREVECK

Vice-Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

\*\*\* X X X \*\*\*

#### EMENDA SUBSTITUTIVA GLOBAL AO PROJETO DE LEI Nº 490/2011

O projeto de lei nº 0490.9/2011 passa a ter a seguinte redação:

" PROJETO DE LEI Nº 490/2011

Institui o mês Outubro Rosa dedicado a ações preventivas à integridade da saúde da mulher.

Art. 1º Fica instituído no Estado de Santa Catarina, o mês de outubro como Outubro Rosa, mês dedicado à realização de ações preventivas à integridade da saúde da mulher, priorizadas as relativas:

I - à prevenção ao câncer de mama e colo de útero;

II - às doenças sexualmente transmissíveis; e

III - às afecções ginecológicas mais comuns.

Art. 2º Esta Lei será regulamentada no prazo de 90 (noventa) dias, a contar da data de sua publicação, nos termos do inciso III do art. 71 da Constituição do Estado.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação."

SALA DAS COMISSÕES, em

Deputado Dado Cherem

Relator

APROVADO EM 1º TURNO

Em Sessão de 22/05/13

APROVADO EM 2º TURNO

Em Sessão de 22/05/13

#### REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 490/2011

Institui o mês Outubro Rosa dedicado a ações preventivas à integridade da saúde da mulher.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica instituído no Estado de Santa Catarina, o mês de outubro como Outubro Rosa, mês dedicado à realização de ações preventivas à integridade da saúde da mulher, priorizadas as relativas:

I - à prevenção ao câncer de mama e colo de útero;

II - às doenças sexualmente transmissíveis; e

III - às afecções ginecológicas mais comuns.

Art. 2º Esta Lei será regulamentada no prazo de 90 (noventa) dias, a contar da data de sua publicação, nos termos do inciso III do art. 71 da Constituição do Estado.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 22 de maio de 2013.

Deputado SILVIO DREVECK

Vice-Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

\*\*\* X X X \*\*\*

#### REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 010/2013

Cria Promotorias de Justiça, cargos de Promotor de Justiça e cargos de Assistente de Promotoria de Justiça na estrutura orgânica do Ministério Público do Estado de Santa Catarina e adota outras providências.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina,

#### DECRETA:

Art. 1º Ficam criadas na estrutura de primeiro grau do Ministério Público do Estado de Santa Catarina 1 (uma) Promotoria de Justiça de entrância especial e 2 (duas) Promotorias de Justiça de entrância inicial, nos termos seguintes:

I - entrância especial: 38ª Promotoria de Justiça da Comarca da Capital;

II - entrância inicial:

a) 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Barra Velha; e

b) 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de São João Batista.

Parágrafo único. As atuais Promotorias de Justiça das Comarcas de Barra Velha e São João Batista passam a ser denominadas de 1ª Promotoria de Justiça, em cada uma dessas Comarcas.

Art. 2º Ficam criados, em decorrência desta Lei Complementar, 1 (um) cargo de Promotor de Justiça de entrância especial e 2 (dois) cargos de Promotor de Justiça de entrância inicial, com lotação nas Promotorias de Justiça criadas no art. 1º desta Lei Complementar e terão nomenclatura ordinal a elas correspondente.

Art. 3º Ficam criados na estrutura organizacional do Ministério Público do Estado de Santa Catarina, com lotação vinculada às novas Promotorias de Justiça, 3 (três) cargos de Assistente de Promotoria de Justiça, com a classificação, os requisitos e as vedações previstos no art. 1º da Lei Complementar nº 276, de 27 de dezembro de 2004.

Art. 4º A instalação das Promotorias de Justiça e o provimento dos cargos criados por esta Lei Complementar, cuja iniciativa fica reservada, em caráter exclusivo, ao Procurador-Geral de Justiça, dependerão da existência de suporte orçamentário e financeiro para atender aos respectivos custos de instalação e manutenção.

Art. 5º As despesas necessárias à execução da presente Lei Complementar correrão à conta das dotações próprias do orçamento do Ministério Público do Estado de Santa Catarina.

Art. 6º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em Florianópolis, 22 de maio de 2013.

Deputado SILVIO DREVECK

Vice-Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

\*\*\* X X X \*\*\*

**REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 019/2013**

Altera a Lei Complementar nº 472, de 2009, que Institui Plano de Carreira e Vencimentos do Grupo Segurança Pública - Sistema Prisional e Sistema Socioeducativo da Secretaria Executiva da Justiça e Cidadania, e estabelece outras providências.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina,

**DECRETA:**

Art. 1º O art. 51 da Lei Complementar nº 472, de 9 de dezembro de 2009, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 51. Fica instituído o Adicional de Local de Exercício aos servidores lotados e em exercício na Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania, em razão das atividades desenvolvidas.

§ 1º O adicional de que trata o *caput* deste artigo será concedido no valor correspondente a:

I - 100% (cem por cento), incidente sobre o valor de vencimento fixado para o nível inicial da carreira, respeitado o nível de formação dos cargos, para os servidores lotados e em exercício nas colônias penais agrícolas, unidades prisionais avançadas, penitenciárias, presídios, unidades de atendimento socioeducativo, casas de albergado e Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico; e

II - 35% (trinta e cinco por cento), incidente sobre o valor de vencimento fixado para o nível inicial da carreira, respeitado o nível de formação dos cargos, para os servidores lotados e em exercício nas demais estruturas da Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania.

§ 2º Aos servidores ocupantes do cargo de Agente Penitenciário e Agente de Segurança Socioeducativo, que na data de publicação desta Lei Complementar estejam à disposição da Secretaria de Estado da Segurança Pública (SSP) e em exercício nos distritos policiais ou delegacias de polícia, fica mantido o adicional de que trata o *caput* deste artigo, no valor correspondente a 10% (dez por cento), incidente sobre o valor de vencimento fixado para o nível inicial da carreira.

§ 3º Fica assegurada a percepção do adicional de que trata o *caput* deste artigo nas hipóteses de licença para tratamento de saúde, licença-maternidade e readaptação funcional, enquanto perdurar o afastamento.

§ 4º Sobre o valor do adicional de que trata o *caput* deste artigo não incidirá qualquer adicional, gratificação ou vantagem, exceto a gratificação de férias e a gratificação natalina.

§ 5º A concessão ou majoração do adicional de que trata o *caput* deste artigo será paga parcelada mente, da seguinte forma:

I - 21,42% (vinte e um inteiros e quarenta e dois centésimos por cento), a contar de 1º de maio de 2013;

II - 21,42% (vinte e um inteiros e quarenta e dois centésimos por cento), a contar de 1º de novembro de 2013;

III - 21,42% (vinte e um inteiros e quarenta e dois centésimos por cento), a contar de 1º de maio de 2014;

IV - 21,42% (vinte e um inteiros e quarenta e dois centésimos por cento), a contar de 1º de novembro de 2014; e

V - 14,32% (quatorze inteiros e trinta e dois centésimos por cento), a contar de 1º de maio de 2015.” (NR)

Art. 2º O art. 52 da Lei Complementar nº 472, de 2009, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 52. O adicional de que trata o art. 51 desta Lei Complementar será concedido aos servidores efetivos que estejam exercendo cargo em comissão ou função gratificada, observados os critérios estabelecidos nesta Lei Complementar.” (NR)

Art. 3º Fica estendido o adicional de que trata o art. 51 da Lei Complementar nº 472, de 2009, aos servidores ocupantes do cargo de Agente de Segurança Socioeducativo lotados e em exercício no Centro Educacional São Gabriel, da estrutura da Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação (SST), no valor correspondente a 100% (cem por cento), incidente sobre o valor de vencimento fixado para o nível inicial da carreira.

Parágrafo único. Fica vedada a acumulação do adicional de que trata o *caput* deste artigo com a Gratificação de Atividade de Gestão Pública, instituída pelo art. 19 da Lei Complementar nº 362, de 30 de junho de 2006.

Art. 4º Fica vedada a percepção do adicional de que trata o art. 51 da Lei Complementar nº 472, de 2009, com o adicional de penosidade, insalubridade e risco de vida, incorporação de risco de vida, incorporação de insalubridade, adicional de atividade penitenciária ou com quaisquer outras vantagens de mesma natureza jurídica, garantida ao servidor a percepção do benefício mais vantajoso.

Art. 5º Os índices decorrentes da concessão do adicional de que trata o art. 51 da Lei Complementar nº 472, de 2009, ficam absorvidos por eventual índice de revisão geral anual da remuneração e do subsídio dos servidores públicos civis e militares estaduais, ativos, inativos e pensionistas da Administração Pública estadual direta, autárquica e fundacional, nos termos do disposto no art. 37, inciso X, da Constituição da República, dos exercícios de 2012, 2013 e 2014.

Art. 6º As despesas decorrentes da aplicação desta Lei Complementar correrão à conta das dotações próprias do Orçamento Geral do Estado.

Art. 7º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em Florianópolis, 22 de maio de 2013.

Deputado SILVIO DREVECK

Vice-Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

\*\*\* X X X \*\*\*

**EMENDA SUBSTITUTIVA GLOBAL AO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 0009.0/2012**

O projeto de Resolução nº 00009.0/2012 passa a tramitar com a seguinte redação:

“ PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 009/2012

Dispõe sobre a obrigatoriedade do uso de sacos de lixo biodegradáveis pela Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina e adota outras providências.

Art. 1º A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina utilizará sacos de lixo exclusivamente produzidos a partir de matéria-prima não poluente e biodegradável.

§ 1º A Assembleia Legislativa divulgará, por meio de seus veículos eletrônicos de comunicação, as vantagens da adoção da prática prevista no *caput* deste artigo.

§ 2º Para a finalidade do disposto no *caput* deste artigo, a Assembleia Legislativa poderá celebrar convênios e parcerias nas esferas pública e privada.

Art. 2º A Mesa regulamentará esta Resolução, no prazo de 60 (sessenta) dias.

Art. 3º As despesas decorrentes desta Resolução correrão à conta de dotação própria consignada no orçamento da Assembleia Legislativa.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.”

Sala das Sessões,

Deputado Joares Ponticelli - Presidente

Deputado Kennedy Nunes - Secretário

Deputado Nilson Gonçalves - Secretário

APROVADO EM TURNO ÚNICO

Em Sessão de 22/05/13

**REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 009/2012**

Dispõe sobre a obrigatoriedade do uso de sacos de lixo biodegradáveis pela Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina e adota outras providências.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina,

**DECRETA:**

Art. 1º A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina utilizará sacos de lixo exclusivamente produzidos a partir de matéria-prima não poluente e biodegradável.

§ 1º A Assembleia Legislativa divulgará, por meio de seus veículos eletrônicos de comunicação, as vantagens da adoção da prática prevista no *caput* deste artigo.

§ 2º Para a finalidade do disposto no *caput* deste artigo, a Assembleia Legislativa poderá celebrar convênios e parcerias nas esferas pública e privada.

Art. 2º A Mesa regulamentará esta Resolução, no prazo de 60 (sessenta) dias.

Art. 3º As despesas decorrentes desta Resolução correrão à conta de dotação própria consignada no orçamento da Assembleia Legislativa.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 22 de maio de 2013.

Deputado SILVIO DREVECK

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

\*\*\* X X X \*\*\*